

SOCIOlogia

VOL. XXXI | JANEIRO-JUNHO 2016

Augusto Santos Silva

João Queirós

**Pedro Miguel Alves Ribeiro
Correia**

Caroline Guibet Lafaye

Mauro Serapioni

João Abreu de Faria Bilhim

**Adilson Filomeno Carvalho
Semedo**

**Marcello Felisberto Moraes
de Assunção**

SOCIOLOGIA

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

SOCIOlogia



**REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

VOL. XXXI • PORTO • 2016

DIRETOR:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)/"Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations" (Centre Max Weber), França; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CENCIFOR; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Vítor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Marta Lima, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO, Latindex, EBSCO (Open Science Directory e Fonte Académica), Sherpa/Romeo, DOAJ – Directory of Open Access Journals, Newjour, CAPES e EZB – Electronic Journals Library.

TIRAGEM - 150 EXEMPLARES

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

EXECUÇÃO GRÁFICA - Clássica

Rua Joaquim Ferreiro, 70 - Arm. G/H
4435-297 Rio Tinto

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

**OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES
OS ARTIGOS FORAM SUBMETIDOS A PEER REVIEW.**

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
ARTIGOS	
Précarités: les effets de la rupture du lien social Augusto Santos Silva	11
Políticas de reabilitação urbana e recomposição do tecido social no centro histórico do Porto: representações e discursos de moradores sobre a respetiva evolução recente João Queirós	29
Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas Mauro Serapioni	59
Diferenças nas perceções dos valores organizacionais dos candidatos a cargos de direção superior na Administração Central do Estado João Abreu de Faria Bilhim e Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia	81
O Catolicismo nos Contextos e Circunstâncias da Modernidade em Cabo Verde Adilson Filomeno Carvalho Semedo	107
Comment les psychiatres se représentent-ils aujourd’hui “la” maladie mentale? Caroline Guibet Lafaye	127
ENSAIO BIBLIOGRÁFICO	
Notas sobre a dominação social em António Gramsci e Pierre Bourdieu Marcello Felisberto Moraes de Assunção	151

ESTATUTO EDITORIAL.....	175
SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES.....	177
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS.....	181

Editorial

Concretizando um dos objetivos editoriais da *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, o número XXXI, referente a 2016, apresenta um conjunto de artigos marcado pela diversidade de questões. Tal opção compagina-se com a edição anual de um número temático. Até ao presente, “Imigração, diversidade e convivência cultural” e “Envelhecimento demográfico: percursos e contextos de investigação na sociologia portuguesa” (ambos em 2012), “Lógicas de desenvolvimento social inclusivo e sustentável” (2013), “Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais (2014) e “Práticas de consumo: valores e orientações” (2015) constituem o acervo dos números publicados anualmente.

Augusto Santos Silva reflete sobre o termo precariedade. Para o efeito convoca os contributos da teoria social acerca dos processos de individualização e de integração social, particularmente as relações entre estes. A precariedade assume, no presente, formas específicas, conduzindo a ruturas sociais, o que exige novos posicionamentos e práticas sociais.

A reabilitação urbana do centro da cidade do Porto é o tema global do artigo de João Queirós. Ao longo do texto desenvolve-se uma análise, em vários planos, sobre as plurais transformações sociais e físicas que foram ocorrendo naquele espaço, no decurso temporal do pós 2000. Uma particular atenção é conferida aos processos de *gentrificação* e às representações e discursos por parte dos moradores.

O texto de Mauro Serapioni discorre sobre a avaliação das políticas públicas. Especificamente o autor aborda, de modo detalhado, as diversas abordagens que, ao longo do tempo, foram sendo mobilizadas para aquele exercício. Por sua vez, apresenta-se uma leitura das tomadas de posição sobre a avaliação, na atualidade.

João Abreu de Faria Bilhim e Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia centram-se nos valores que enformam a gestão no setor público. O artigo baseia-se numa investigação empírica com candidatos aos cargos de direção superior na Administração Central do Estado. Ressalta as diferenças de valores entre aquele setor e o privado.

Adilson Filomeno Carvalho Semedo apresenta-nos um texto sobre religião e a modernização societal em Cabo Verde. Tomando por referência temporal o período de 1975 a 2001, o autor percorre, num registo analítico, os posicionamentos que a Igreja Católica teve face às transformações políticas ocorridas após a independência do país.

O artigo de Caroline Guibet Lafaye aborda as representações dos médicos psiquiatras franceses sobre a doença mental. Por via de um inquérito a um conjunto daqueles profissionais, a autora aponta para a existência de vários modelos discursivos sobre as doenças mentais, em especial a psicose.

Na secção Ensaio Bibliográfico, Marcello Felisberto Moraes de Assunção desenvolve uma análise comparativa entre dois autores - Bourdieu e Gramsci. Análise que se confina aos conceitos de hegemonia, violência simbólica e dominação. Estamos perante um texto, com uma vertente didática e informativa, que nos introduz, em particular os leitores menos conhecedores, a algumas das leituras daqueles autores sobre a contemporaneidade.

Carlos Manuel Gonçalves

ARTIGOS

Précarités: les effets de la rupture du lien social

Augusto Santos Silva

Faculdade de Economia da Universidade do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Résumé

Du XVIII^{ème} siècle à aujourd'hui, la pensée sociale et la théorie sociologique ont produit d'importantes réflexions sur la relation entre l'individualisation et l'intégration sociale. Ces réflexions constituent un bon point de départ pour aborder la question de la précarité. Elles permettent de la considérer dans le cadre de la rupture des liens sociaux et de tenir compte de ses effets sur la sécurité, la liberté et l'identité des agents. Elles permettent aussi d'établir des orientations pour l'action institutionnelle et professionnelle: à la multiplication des précarités il faudrait opposer le renforcement de multiples liens, sans annuler l'autonomie de chaque sujet.

Mots-clés: précarité, lien social, intégration.

Precariedades: os efeitos da rutura do elo social

Resumo

Desde o século XVIII e até à atualidade, o pensamento social e a teoria sociológica vêm produzindo importantes reflexões sobre a relação entre os processos de individualização e de integração social. Estas reflexões constituem um bom ponto de partida para abordar a questão da precariedade, considerando-a no quadro da rutura dos laços sociais e examinando os seus efeitos sobre a segurança, a liberdade e a identidade dos agentes. Sugerem também orientações para a ação institucional e profissional: devemos opor à multiplicação das precariedades o reforço dos múltiplos laços que ligam os sujeitos, sem anular a autonomia individual de cada um.

Palavras-chave: precariedade, laço social, integração.

Precariousness: the consequences of the disruption of social ties

Abstract

Social thought and sociological theory have produced, from the 18th century onwards, important reflections on the interrelated processes of individualisation and social integration. Those reflections provide a good point of departure to approach the issue of precariousness. This issue must be framed within the broader disruption of social links, and one must point out its effects on personal security, freedom and identity. We should also draw appropriate orientations for the institutional and professional practices. The most general of such orientations suggests that the multiplication of precarious forms must be combated by means of the reinforcement of social links, which does not mean to annul individual autonomy.

Keywords: precariousness, social link, integration.

Precariedades: los efectos de la ruptura de los lazos sociales

Resumen

Desde el siglo XVIII hasta nuestros días, el pensamiento social y la teoría sociológica han producido importantes reflexiones sobre la relación entre los procesos de individualización y de la integración social. Estas reflexiones son un buen punto de partida para abordar el tema de la precariedad, considerándola en el marco de la ruptura de los lazos sociales; y para examinar sus efectos sobre la seguridad, la libertad y la identidad de los agentes. También sugieren directrices para la acción institucional y profesional: debemos oponernos a la proliferación de las formas de precariedad fortaleciendo los múltiples lazos que unen a los sujetos, pero sin anular la autonomía individual de cada uno.

Palabras-clave: precariedad, lazo social, integración.

1. La nouvelle face de la précarité en Europe

«La multiplication des précarités», c'est bien ce qui se passe tout autour de nous¹. «La précarité est aujourd'hui partout», écrivait déjà, en 1998, Pierre Bourdieu (1998: 95-101); et l'actualité de cette remarque n'a qu'augmenté. La pensée et le raisonnement sociologique peuvent-ils nous aider à réfléchir sur ce thème – et, ce

¹ Ce texte approfondit la conférence inaugurale du congrès de l'AIFRIS, Association Internationale pour la Formation, la Recherche et le Travail Social, tenu à Matosinhos, Portugal, en juillet 2015, sous le thème « La multiplication des précarités ». Je remercie Marielle-Christine Gros pour son aide linguistique et plusieurs participants pour ses commentaires et questions. Bien sûr, je suis le seul responsable des erreurs qui subsisteront.

faisant, peuvent-ils contribuer à informer notre action, aussi bien civique que professionnelle, face à la multiplication des précarités?

Je le crois bien. «Précaire», nous dit l'édition digitale du *Dictionnaire Larousse* (accédée en juin 2015), peut avoir trois sens : a) «qui n'existe ou ne s'exerce que par une autorisation révocable» (comme dans l'expression «poste précaire») ; b) «qui n'offre nulle garantie de durée, de stabilité, qui peut toujours être remis en cause » («santé précaire, emploi précaire») ; c) «qui est d'une sécurité douteuse» («un abri précaire»). Donc, négation du droit, discontinuité, insécurité : quelles sont leurs sources, quelles sont leurs formes, quels sont leurs effets?

Question sociologique par excellence, ou des sciences sociales en général, qui a attiré l'attention de plusieurs penseurs et de nombreuses recherches, dès l'origine de la configuration européenne moderne de ces sciences, au XVIII^{ème} siècle. Elle a été énoncée selon, au moins, quatre dimensions cumulatives.

La première, c'est l'atomisation : ce qui arrive quand toute personne se transforme en individu, dépourvu de repères communautaires, dépossédé de ressources traditionnelles, déraciné des anciens lieux et groupes d'appartenance et d'identification. C'est là le plus important reproche que des penseurs sociopolitiques fiers de la valeur des traditions sociales ont adressé à la Révolution Française et à son projet d'élimination des organismes intermédiaires, comme les corporations de métiers ou les structures religieuses. On connaît l'argument d'Edmund Burke (1982 [1790]). Mais l'atomisation a aussi été décrite comme la condition première de la possibilité d'une démocratie libérale, réalisée, selon le portrait esquissé par Tocqueville (1983 [1835-1840]), aux États-Unis. Pour que l'individu ne soit pas précarisé par sa réduction à la position d'un atome, il faudrait que le corps politique s'inscrive dans une société multiforme, composée de différents et successifs liens et lieux de relation.

La deuxième dimension de la réflexion sociopolitique a été celle de l'aliénation, selon le mot du jeune Karl Marx, celui des *Manuscrits Économico-Philosophiques* (2007 [1844]). Quand le seul lien qui reste est l'échange, sur le marché, du travail contre le salaire, sans qu'il soit imposé d'autre règle que le déroulement du jeu de l'offre et de la demande, le contrôle du travail échappe au travailleur et, en conséquence, celui-ci perd la maîtrise de l'axe le plus important de sa propre personnalité. Isolé sur le marché de l'emploi sans autre garantie que la loi du marché, le travailleur est transmué de personne en objet.

La troisième dimension sera conceptualisée par Émile Durkheim (1981 [1897]) sous le nom d'anomie. Elle tient fondamentalement au processus de l'intégration sociale, interprétée comme l'intégration de l'individu dans un certain milieu social, qu'il s'agisse de l'ensemble de la société ou de l'une de ses formes constitutives, notamment la famille, la religion ou la politique. Le point-clé de cette approche, qui la distingue de l'antérieure, c'est sa portée: la question se pose dans tous les aspects de la vie personnelle et relationnelle et comporte aussi bien une dimension objective – la question de l'appartenance – qu'une dimension subjective – la question de la perception, du partage, ou non, du consensus normatif.

La quatrième et dernière dimension est celle de la citoyenneté – ou mieux de l'effet précarisant de son manque. Quand on est exclu du «corps politique» parce qu'on ne possède pas une quantité suffisante de propriété, de richesse ou d'instruction, on se voit dénié le droit principal de participation civique, la possibilité d'élire et d'être élu. On n'est donc pas citoyen. Mais, en outre, la formation d'un espace public, d'une sphère de circulation de l'information et de débat dont l'influence s'étend par rapport aux décisions politiques et économiques, représente bien l'un des facteurs majeurs d'institutionnalisation de la société moderne. Or, sans accès à la presse – et donc sans alphabétisation – et sans canaux de représentation – c'est à dire sans la libre formation de syndicats, d'associations, de partis politiques et d'autres formes de regroupement – la reconnaissance réciproque de la personne par l'État et de l'État par la personne ne peut être garantie.

L'atomisation, l'aliénation, l'anomie et l'exclusion de la communauté politique (la dénegation de citoyenneté), toutes ces forces convergeraient vers la production de la précarité, engendrant la révocabilité, l'instabilité et l'insécurité. On ne devrait pas dévaloriser le rôle de cette interprétation - sous sa forme idéologique, en tant que pensée, et sous sa forme scientifique, en tant que savoir - dans le vaste processus politique qui a ponctué la deuxième moitié du XIXème siècle et la première du XXème, aboutissant à la démocratie sociale telle que nous la connaissons, graduellement, en Europe, dès la fin de la Deuxième Guerre Mondiale. Les idées et les savoirs ne font pas tout, mais elles sont une partie non négligeable de l'histoire humaine. C'est vrai que la lecture associant les inégalités, l'exclusion civique et la vulnérabilité a informé l'action sociale et les décisions politiques qui ont eu comme point d'honneur de combiner la démocratie et l'intégration sociale – et qui ont fait virtuellement disparaître, pour les

citoyens des pays les plus développés de l'Europe centrale et du nord, pendant presque trente années et sous la forme politique de l'État Providence, le thème de la précarité et le mot lui-même.

On ne peut pas dresser ici le résumé de cette histoire, longue et complexe, certainement non linéaire mais, en tendance générale, progressive. Cependant, pour que notre argument soit bien compris, il faut souligner quelques-uns de ses aspects cruciaux: l'extension des droits politiques (permettant l'entrée des classes populaires et du mouvement ouvrier dans la « cité »); le développement organisationnel de l'entreprise (internalisant et stabilisant la relation d'emploi, dorénavant plus formalisée que le simple jeu de l'offre et de la demande sur un marché concurrentiel), la formation et l'application du droit du travail (offrant les garanties du contrat et protégeant sa partie la plus faible); la sécurité sociale (socialisant les risques liés au travail et au vieillissement) ; et encore d'autres règles institutionnelles de l'État social. La réduction des inégalités économiques, par l'intervention redistributrice de l'impôt et des services publics, l'égalité juridique, la promotion de l'école de masse en tant que canal de mobilité sociale et l'institutionnalisation des relations collectives de travail allaient de pair dans cette gestion de la croissance, une gestion simultanément économique et politique, libérale et sociale, libre-échangiste et régulatrice, inductrice et réformatrice.

Il n'est pas possible de reproduire ici l'abondante littérature économique et sociologique portant sur ce modèle « fordiste » et social-démocrate qui a profondément marqué l'Europe de l'après-guerre. Il n'est pas non plus possible d'essayer de synthétiser les nombreuses études qui montrent comment les années 1970 et 1980 ont vécu la crise de ce modèle et comment la mondialisation a changé considérablement ses conditions de développement ou même de survie. Qu'il nous suffise de prévenir les simplifications idéologiques: la réalité européenne est de nos jours fort complexe et on ne peut décréter ni la mort, ni la santé du « modèle social ».

Invoquant ces données, d'une façon si superficielle, je veux seulement atteindre deux objectifs. Le premier consiste à montrer la multiplicité des liens sociaux qui ont été construits – à plusieurs moments et avec des degrés d'intensité très variables – au cours de ce processus historique d'intégration systémique qui a abouti à l'« économie sociale de marché » et à l'« État de bien-être » (pour reprendre les termes, respectivement, des chrétiens-démocrates et des sociaux-démocrates) et s'est ensuite épanoui dans ce cadre. C'est seulement en prenant en compte cette multiplicité de liens

que l'on peut comprendre la substitution, pendant plus d'un quart de siècle, dans l'Europe des années 50, 60 et 70, de la « question sociale » de la précarité par l'horizon démocratique de l'aisance matérielle et du partage du pouvoir par rapport à l'État comme à l'intérieur de l'entreprise.

On peut même tenter d'élaborer une liste, bien sûr non exhaustive, de ces liens. D'abord, des formes d'appartenance et d'affiliation traditionnelles (c'est-à-dire antérieures à la modernisation industrielle-libérale) qui ont retrouvé leur place dans l'Europe des XIX^{ème} et XX^{ème} siècles: la famille nucléaire et le réseau de parenté, le village ou le quartier urbain, le voisinage, l'église et les rites religieux, les festivités locales et la fête foraine, les relations de patronage et clientèle, le métier et les formes collectives de travail et d'entraide. On pourrait énumérer ensuite les grandes institutions d'encadrement créées par l'État: la conscription militaire et l'école primaire de masse. Progressivement, le nouveau régime politique fondé sur l'élargissement de la représentation aux classes populaires et les formes qui ont contribué à la construction idéologique et organisationnelle de la classe ouvrière: les syndicats, les partis, les clubs, l'éducation populaire. Déjà au XX^{ème} siècle, l'arrivée de plusieurs mouvements travaillistes au gouvernement, le crédit, l'économie sociale, l'entreprise, la triangulation entre l'emploi, la profession et la carrière, la négociation collective, la sécurité sociale, les loisirs, les médias et surtout la télévision, l'enseignement secondaire et, plus tard, supérieur, les nouvelles catégories sociales de la jeunesse et de la retraite et du troisième âge, l'accès à la technologie qui diminue le travail domestique des femmes et plus généralement la consommation, la culture populaire et ses multiples «sous-cultures». Autant de liens sociaux, autant de facteurs d'intégration massive, autant de repères d'habilitation («on a le droit de...»), de continuité et de stabilité («on peut compter sur...») et de sécurité («il y a là un réseau protecteur... »).

Cet état de choses a pu être vécu, par des millions d'européens affiliés au segment primaire du marché de travail, en tant qu'acquis – une réalité qu'on a pu considérer comme irréversible, indisputable, «naturelle», ce que les anglophones disent *taken for granted*. Et (c'est là le deuxième objectif de mon invocation) c'est par contraste avec cette logique que le processus de précarisation a été senti comme l'ébranlement inattendu de tout un contrat moral. Depuis les premiers signes de sa manifestation – notamment avec la popularisation des recettes managériales dites de *outsourcing* et *downsizing* déjà dans les années 80, ainsi que la première grande vague

idéologique néo-libérale, symbolisée par Thatcher et Reagan – jusqu’à son expansion au tournant du siècle et jusqu’à sa presque naturalisation, dans le cadre de la crise de 2008 et après, la multiplication des précarités a été perçue comme une transformation radicale du mode de vie européen, une menace globale pour les conditions fondatrices de l’affiliation sociale.

2. Les changements qui ont conduit à la perception d’une précarité nouvelle

De ce point de vue, centré sur les représentations sociales, qu’est ce qui s’est passé – qu’est ce qui est en train de se passer, sous nos yeux? A mon avis, cinq changements majeurs, se cumulant les uns les autres.

Le premier, c’est le rétrécissement des opportunités. L’«égalité des opportunités» a bien sûr constitué le dispositif idéologique axial du consensus normatif (ou, si l’on veut, de l’hégémonie) de l’après-guerre, la promesse autour de laquelle les forces contraires du capital et du travail pouvaient se rencontrer et se compromettre réciproquement, dans le cadre d’un régime démocratique. On doit, certainement, en faire la critique. Mais sans oublier que cet emblème avait une sorte d’arrière-plan: des opportunités croissantes, et relativement ouvertes, de mobilité sociale et de mieux-être matériel. La logique fordiste permettait justement de combiner le développement technologique et entrepreneurial, la production de richesse et un certain niveau de partage de leurs fruits, s’engageant dans un jeu de somme positive. Les opportunités étaient garanties par la croissance économique et le pacte social; l’école de masse servait de canal de mobilité intergénérationnelle; et les institutions du système d’emploi, y compris les systèmes de pension et de santé, assuraient une protection stable. C’est donc ce monde vécu qui a été mis en cause par les crises successives de l’économie européenne, le déclin des politiques keynésiennes et les effets de la mondialisation et de la financiarisation. Les opportunités ne semblent plus à la portée de la main d’un ou d’une citoyenne scolarisée, professionnalisée et affiliée à son groupe ou à la structure sociale. L’ouverture a cessé d’être le nom indisputable du jeu.

Le deuxième changement est de nature socio-juridique: c’est la mise en question du contrat. Je parle des deux dimensions du contrat, le droit et la morale. Le contrat juridique conforme au droit du travail était le mécanisme premier de

l'institutionnalisation des relations de travail – c'est-à-dire, de leur irréductibilité à la forme marchande et de la désaliénation du travailleur face aux conditions et fruits de son labeur. Simultanément, le contrat offrait à l'entreprise un point d'appui solide aux stratégies de socialisation et de motivation considérées indispensables, ou au minimum favorables, à la productivité du travail et à l'efficacité de l'organisation. La situation, sinon courante, du moins considérée comme souhaitable, c'était la codification du travail comme profession et sa stabilisation dans le cadre d'un emploi et d'une organisation qui fonctionnaient comme un autre foyer. À la base ou en complément de ces règles juridiques, il y avait un élément moral, qui mettait en avant la valeur de la réciprocité et du compromis à long terme, conjuguant l'« esprit maison » de l'employé et la « responsabilité sociale » de l'employeur. Parmi les conséquences de cette représentation se comptaient la condamnation morale et légale d'une rotation excessive de la main-d'œuvre et la définition de limites sévères au licenciement, allant jusqu'à l'interdiction de congédier en absence de faute disciplinaire très grave. Dans un premier temps, la critique idéologique de l'« emploi pour la vie » et la dévaluation de l'« aversion au risque », qui diminuerait la compétitivité du Vieux Continent face au monde anglo-saxon, et, par la suite, la progressive révision de la législation dans le sens de la flexibilité dite externe ont questionné profondément ce rapport de forces si hardiment établi. Mais ce fut surtout la banalisation du recours aux formes soi-disant atypiques de la relation de travail, avec les contrats à court terme ou le déguisement du travail subordonné en fausse prestation de services, ainsi que la croissance du chômage, notamment entre les jeunes, qui ont fait comprendre que tout un monde était en risque de s'écrouler. La stabilité devenait instable, l'autorisation était désormais révocable.

Le rétrécissement des opportunités et l'affaiblissement de la logique du contrat ne sont pas les seules modifications qui ont propagé le sentiment social de précarisation. Un autre fait tout aussi décevant – et dont l'effet symbolique excède même sa portée matérielle – est l'occurrence ou la possibilité d'occurrence du déclassement (au sens de Bourdieu, par exemple 1979). Il y a évidemment une tendance à la dévaluation de certaines ressources corrélative de l'augmentation du nombre d'individus qui les détiennent: devenues moins rares, les ressources perdent leur pouvoir discriminatif et il faut donc en avoir d'autres, soit les mêmes mais en plus grande quantité, soit d'autres mais de qualité supérieure, pour en retirer des avantages équivalents. De plus, la non synchronisation des sous-systèmes sociaux explique que certains bienfaits prodigués par

l'un d'entre eux puissent aggraver la perception d'inutilité sociale, parce qu'ils ne trouvent pas de correspondance immédiate et visible dans la hiérarchie des positions ou des chances constitutive d'un autre sous-système. Ces «effets pervers» ont été bien étudiés à propos de l'éducation: la valeur du titre est soumise à la loi des rendements marginaux décroissants et ne se réalise pas directement en tant que condition suffisante pour occuper le poste envisagé comme de valeur correspondante.

Mais ce que ces premières années du XXI^{ème} siècle ont connu, surtout à la suite de la crise de 2008, c'est une toute autre extension et intensité de ce type de processus. Dans un contexte de récession puis de stagnation si prolongées et de chômage si étendu, la valeur de l'expérience accumulée par les travailleurs les plus âgés et par ceux qui sont déjà à la retraite a chuté radicalement, et les compétences et certifications acquises par les plus jeunes générations (en comparaison historique, les plus scolarisées) ont vu leur cotation sociale et leur utilité économique dramatiquement diminuées. Mais - beaucoup plus profondément, certes, dans les pays les plus atteints par la crise budgétaire et financière, comme les pays du Sud et du Sud-Est de l'Europe ainsi que l'Irlande, sans pour autant être leur exclusivité, car il s'agit d'un trait transversal à toute l'Europe - ce qui s'est passé et continue à se passer c'est un processus de déclassement social d'une énorme ampleur. Il atteint l'ensemble des classes moyennes et les secteurs auparavant relativement favorisés des classes populaires.

La pauvreté, que la grande masse de la population européenne s'était habituée à n'associer qu'au chômage, aux «territoires problématiques» des banlieues, aux «familles déstructurées», aux comportements «déviants», ou alors aux difficultés d'intégration de certaines minorités ethniques, cette pauvreté, plus ou moins sévère, selon les classifications de l'Eurostat, pourrait donc constituer une réalité ou du moins une menace pour les «citoyens moyens», les «gens communs». La sensibilité socio-psychologique de cette nouvelle situation ne doit pas être ignorée. Cessant d'être garantie, la sécurité est devenue un problème.

Corrélativement – et c'est là le quatrième changement que je voudrais retenir – le rapport au futur est en train de s'altérer radicalement. Dans l'après-guerre, au moins trois générations successives d'européens (et, aux États-Unis, virtuellement toutes les générations depuis la Guerre Civile) se sont représentées le futur comme progrès: le jour d'aujourd'hui était déjà mieux que celui d'hier, demain serait mieux qu'aujourd'hui, le sort de la prochaine génération étant sûrement meilleur que celui des générations

précédentes. Certes, il y avait des risques moraux, peut-être la société se libérait-elle trop hâtivement de vieux repères traditionnels; et il fallait aussi distinguer le plan matériel, où les progrès seraient indiscutables, des plans géopolitique, militaire, environnemental, culturel, relationnel, etc., où l'angoisse et les désaccords pourraient s'installer. D'autre part, les recherches sociologiques et la pensée sociale montraient que les structures sociales se maintenaient hiérarchisées, pleines d'asymétries et d'inégalités. Cependant, rien ne permettait d'ignorer le mouvement global de translation sociale: et la perception de la progression associée à ce mouvement de l'ensemble sociétal, quand bien même les désavantages se maintenaient ou renforçaient en termes relatifs, a énormément contribué au consensus normatif et au dialogue politique.

Tout cela s'est rompu à cause de l'extension de la crise actuelle: l'attente positive, l'expectative du progrès sont devenues problématiques. La discontinuité a surgi là où la continuité régnait, le développement a cessé d'être un acquis. En plus du passé dévalué et du futur devenu problématique, il y a l'instabilité et l'insécurité du présent: le temps lui-même se précarise.

Dernier changement à relever dans notre immédiate contemporanéité: la désaffiliation. On ne devrait pas la confondre avec le long processus historique qui a fait de l'individualisme un des axes de la civilisation européenne. L'idée et ensuite la construction juridique de la personne en tant que sujet autonome, valant pour soi-même, base et non conséquence de l'organisation collective, irréductible à quelle qu'autre entité, soit-elle la religion ou l'État, sont constitutives de la modernité européenne et y acquièrent une tonalité bien différente, par exemple, de celle qui imprègne la culture nord-américaine. Henri Mendras (1997: 22) l'exprime bien, quand il écrit que «l'individualisme [européen] occidental ne se comprend que dans un rapport à autrui, aux institutions et à la société tout entière». Cela revient à souligner deux choses: que la condition de sujet ne permet pas de confondre l'inscription communautaire avec la dissolution de l'être dans une collectivité «antérieure» ou «supérieure» à lui - contrairement à ce qu'en pensait Durkheim (1974 [1912]), et différemment de ce que plusieurs observateurs nous disent à propos du Japon et d'autres pays de l'Asie-Pacifique; et que l'individualisation, tout en étant un processus historique qui s'étend sur plusieurs siècles, est allée de pair avec la socialisation graduelle des ressources, des règles et des cadres de vie et de travail – ayant donc été fortifiée par des institutions

collectives aussi importantes que l'administration publique, l'armée, l'école, les associations et groupes d'intérêt ou les services sociaux.

On gagne, par conséquent, à être précis. Le nom de la transformation qui précarise la condition de tant d'européens n'est pas «individualisme» - ou du moins nous ne sommes pas ici forcés de trancher cette autre question sociologique. C'est vraiment la déconnection entre l'individu et les institutions sur lesquelles celui-ci a établi et étayé son individualité. Il nous suffit de revisiter la liste que nous avons dressée ci-dessus pour bien le comprendre : ce qui est en cause c'est l'affaiblissement, ou même la disparition, des liens qui unissaient les travailleurs à l'emploi, à la profession et à l'organisation, qui unissaient les employés aux syndicats, qui unissaient les citoyens aux partis et au système politique et électoral, qui unissaient les voisins à une localisation relativement stable de leur résidence et de leur sociabilité, qui unissaient les femmes et les hommes autour d'une identité régionale et nationale et de l'ensemble des institutions de l'État-Nation. Les tendances à l'isolement social, ou mieux à la précarisation et confusion des liens sociaux – dans le sens que ces liens deviennent plus instables et peuvent être intérieurement contradictoires – sont antérieures à l'aube du XXI^{ème} siècle, mais leur perception sociale a cru dramatiquement avec la crise actuelle. Ce que Richard Sennett (2006) ou Robert Castel (1995) ont écrit, à propos de la «solitude» et de la «désaffiliation» des sujets dans le contexte du «nouveau capitalisme» ou de la «modernité liquide» (Bauman, 2000), peut être aujourd'hui étendu aux représentations de vastes segments de la population. Moins de remparts institutionnels, moins de sécurité: le réseau institutionnel sur lequel comptait l'individu se précarise lui aussi.

3. Pour une contribution sociologique au renforcement démocratique des liens sociaux

Le panorama que je viens de tracer à vol d'oiseau ne met en relief qu'un petit nombre de traits forts, dont il faudrait vérifier la pertinence dans chaque situation empirique. C'est une ébauche générale et non une caractérisation approfondie d'une réalité européenne qui varie d'ailleurs fortement selon les pays, les économies ou les positions sociales. D'autre part, mon regard porte plus sur les représentations – le monde vécu par les sujets: leurs perceptions, leurs sentiments, leurs jugements de valeur

– que sur des faits, des événements et des structures « matérielles ». Mais c'est précisément ce regard et cette échelle que je veux prendre en considération : je crois qu'ils sont les plus efficaces pour mettre en relief le côté humain, psychosociologique et politique de la précarité. J'essaie de contribuer à la problématisation de la multiplication des précarités en mettant l'accent sur les interprétations et les évaluations sociales de cette multiplication: c'est-à-dire, en montrant comment les gens la subissent et la comprennent.

Sur le chemin suivi jusqu'ici nous avons planté plusieurs jalons. En premier lieu, celui de la réflexion sociale et de la théorie sociologique sur les facteurs de déracinement de l'individu moderne: l'atomisation, l'aliénation, l'anomie, l'exclusion de la cité politique. En second lieu, celui de l'institutionnalisation, tout au long des XIX^{ème} et XX^{ème} siècles, de cadres sociaux qui ont permis de rétablir ou de créer des formes de liaison – une institutionnalisation elle-même influencée par la pensée sociale. Finalement, le jalon des changements récents qui ont accentué le sentiment social de la réalité de la précarisation ou de sa menace: le rétrécissement des opportunités, l'affaiblissement du contrat, le déclassement, le doute face au futur, la désaffiliation.

Cette espèce d'inventaire critique me semble constituer une démarche analytique indispensable, mais cependant insuffisante. Ici, comme dans tant d'autres domaines de la représentation sociale, il faut une synthèse pour remettre les pièces ensemble et former une composition partageable. Pendant la seconde moitié du XX^{ème} siècle, les démocraties les plus vivantes et les plus riches du Continent ont développé une telle synthèse: l'État Providence, ou de Bien-être, la réalisait sur le plan institutionnel et le « modèle social européen », en tant que zone de convergence entre la démocratie chrétienne et la social-démocratie, l'accomplissait sur le plan idéologique et de la psychologie collective.

L'hégémonie de ce cadre institutionnel et de cette grande narrative a été remise en cause (ou tout au moins questionnée) depuis les deux dernières décennies du XX^{ème} siècle. Ont-ils disparu, ont-ils résisté, sont-ils encore prépondérants, sont-ils retrouvables, récupérables, transformables, pour quoi de bon et sous quelles formes? Il y a là tant de problèmes essentiels, aussi bien du point de vue de la recherche sociologique que de celui de la pensée sociale et politique (pour ne pas parler de l'action) – et ce n'est pas l'enjeu du moment que de les approfondir. Cependant, leur existence même est l'un des signes de la précarisation – et il est tout à fait nécessaire d'en tenir compte.

Prenons au sérieux le *Dictionnaire Larousse*: la précarité est associée à la révocabilité (des droits), à l'instabilité (des liens), à l'insécurité (de la position et du trajet de vie). Un des facteurs les plus importants de cette triple dérive est précisément l'émiettement des institutions et la fragmentation des narratives. En tant que sociologue, je n'envisage aucune réponse efficace à la précarisation – à sa présence et surtout à son effet sur les attitudes collectives et le consensus normatif – qui ne passe par la recomposition des institutions et la redynamisation des idéologies. Ce n'est pas du tout postmoderne, mais c'est ce que je pense.

Et qui plus est, je soutiens qu'il ne s'agit pas seulement d'une opinion – tout à fait légitime, et utile pour la discussion, mais quand même de l'ordre simplement subjectif – mais si d'une proposition fondée sur la théorie sociologique et sur l'analyse empirique qu'elle oriente. J'inciterais d'ailleurs à une relecture de quelques textes fondateurs de cette théorie, à la lumière de ce que l'on observe aujourd'hui en Europe, et inversement. Car (a) la préoccupation originaire relative au risque d'atomisme et la défense d'une (re)construction des sociétés modernes basée sur le développement de ce qu'on appelait alors les « organismes intermédiaires » entre l'individu et l'État, ainsi que (b) la contribution à la formation d'un « espace public » favorable à la raison et, finalement, (c) le plaidoyer pour la multiplication des formes d'identification de l'individu-citoyen avec l'État-Nation et de participation aux processus démocratiques de représentation et décision – tout cela peut nous aider fortement maintenant. Aussi bien pour l'interprétation de ce qui se passe que pour l'intervention civique et professionnelle sur ce qui se passe.

Si l'on se souvient de l'Adam Smith de la *Théorie des sentiments moraux* (1759) et de l'école écossaise du XVIII^{ème} siècle; si l'on retient la manière dont Tocqueville essaya d'harmoniser libéralisme et démocratie; si l'on évoque la critique du capitalisme manchestérien par les « socialistes utopiques » et le premier marxisme; si l'on reconsidère Durkheim ou l'École de Chicago, et tant d'autres savants et penseurs sociaux - alors on peut envisager de faire face à la multiplication des précarités et à l'intensification de la précarisation à partir de la clé suivante. La rupture des liens sociaux vulnérabilise les personnes et les groupes, et les expose plus directement (c'est-à-dire, avec beaucoup moins de points d'appui) aux risques de réversibilité, d'instabilité et d'insécurité. Des liens sociaux qui se rompent, ça veut dire moins de probabilités d'affiliation pour chaque personne, couple ou famille (ou village, ou sous-culture, ou

tribu urbaine, etc.), et moins de capacité pour les groupes et les organisations sociales à affilier, intégrer, encadrer et soutenir leurs membres (ou candidats, ou prétendants).

Quels sont ces liens? Ils sont multiples, ce serait une grave erreur de les réduire au système d'emploi, pourtant si déterminant. C'est mieux de ne pas établir à l'avance une liste fermée ou une hiérarchie rigide, et de parcourir plusieurs sphères sociales, suivant les acteurs, leurs perceptions et leurs interactions. Les questions sont presque infinies. Qui accomplit aujourd'hui le rôle si fort de liaison joué par l'ancienne télévision publique généraliste et monopolistique? Quels changements a subi la fonction socialisatrice de l'école publique universelle? Quel est le soi-disant équivalent fonctionnel, pour les jeunes des milieux populaires, de la conscription, maintenant que l'armée s'est professionnalisée? Quel est le potentiel d'affiliation que comportent des formes apparemment nouvelles de sociabilité parmi les jeunes, comme les «scènes», les «tribus urbaines» et autres groupes similaires? Et de la culture de masse? Et l'économie sociale et le «troisième secteur», quel est leur impact? Bien sûr, l'organisation du travail, la législation et la pratique des relations de travail, quelque soit le niveau, bref, la métamorphose du salariat est absolument centrale pour notre enquête. Tout comme la citoyenneté, l'identité locale, nationale et européenne, et ses symboles, les associations et mouvements sociaux, les partis et les syndicats, la liste est interminable. Il sera, donc, plus productif de considérer une «nouvelle question (du lien) social(e)» en tant que telle, à virtuellement tous les paliers de l'action et de la structure sociale – et de la décliner au pluriel, parce qu'il y a bien plus qu'un lien à créer ou rétablir, et plusieurs institutions et narratives pour le(s) consolider.

C'est en somme une perspective, et non une recette, que je propose : contrebalancer la «multiplication des précarités» par la «multiplication des liaisons» (des «attachements», selon le mot d'Antoine Hennion, 1993, ou Bruno Latour, 2005). C'est un angle d'observation qu'illumine peut-être mieux l'interprétation sociologique des très vives tendances qui traversent l'Europe contemporaine. Et c'est-aussi un outil de plus pour l'orientation stratégique et méthodologique du travail professionnel de médiateurs tels que les travailleurs sociaux (au sens large du terme), à chaque niveau pertinent de leur intervention.

Je n'ai aucune compétence pour exploiter cette piste. En alternative, je terminerai cette réflexion par trois remarques générales, concernant l'encadrement théorique et normatif des stratégies institutionnelles et professionnelles de renforcement

du lien social que je prône. Elles touchent à des points qui sont, à mon avis, très sensibles, pour que les critères de légitimité, de pertinence et d'efficacité des réponses à la précarisation soient clairs et pour que les stratégies démocratiques ne se confondent point avec des illusions ou des tentations qui n'y mènent pas.

Première remarque: la flexibilité n'entraîne pas forcément la précarisation. Le problème n'est pas la flexibilité en elle-même, c'est au plus la forme et la portée qu'elle peut acquérir. C'est-là, je le sais bien, un thème majeur pour les discussions politiques et techniques, surtout en ce qui concerne l'organisation de la production et du travail et son articulation avec la vie privée et familiale. Je ne peux pas la trancher ici, mais je conteste l'association mécanique entre deux choses qui sont différentes en nature. Le problème n'est pas terminologique mais substantif et il a une portée normative très poussée: par exemple, renoncer à toute flexibilisation interne de l'organisation de la production équivaut à ne plus disposer d'une alternative viable, dans le cadre de l'économie mondialisée, à la précarisation.

Deuxième remarque: critiquer la précarité – c'est-à-dire, l'effet de vulnérabilité de l'isolement social et l'effet d'insécurité objective et psychologique de la rupture du contrat juridique et du contrat social – n'est pas opérer la dénégation du risque et de l'incertitude associés aux sociétés de la « seconde modernité » (selon le mot d' Ulrich Beck, 2006 [1986]), imaginant rétrospectivement cet autre « paradis perdu » de l'époque (qui, en fait, n'a jamais existé) où la collectivité protégeait l'individu, l'anomie était improbable et le futur était déjà inscrit dans le passé. La rigidité et la pérennité du *statu quo* social, même si elles étaient possibles, ne seraient pas forcément désirables. De la même façon qu'il n'est pas fondé d'associer précarité et dynamisme entrepreneurial, au contraire de ce que pensent tant de libéraux d'ouï-dire, c'est aussi une erreur de théorie et de méthode que de refuser d'intégrer, dans notre cadre de réflexion et d'action, la gestion du risque et l'adaptation à un avenir qui reste toujours plus ou moins incertain. La précarité, ce n'est pas du tout l'autre nom de la plasticité et de l'ouverture.

Troisième remarque, finalement, la plus importante du point de vue politique – et de l'éthique sociale de l'intervention professionnelle. Il y a aujourd'hui, partout en Europe (des nations nordiques à celles du sud-ouest et du sud-est) une réaction à la précarisation qui se propage. Elle cible la dimension de l'insécurité et obscurcit la dimension de la révocabilité; elle se centre sur les « menaces » et oublie les droits; elle

valorise la collectivité définie essentiellement, soit par une identité religieuse, soit par une identité ethnique, nationale ou raciale, et elle méprise l'individu; elle a une vision moniste de la société, craignant la diversité, le pluralisme et la différence pour les considérer comme la source de tous les périls. Elle «culturalise» la question de la précarité. Et ce n'est pas seulement une narrative, une représentation et une évaluation du monde; c'est aussi une pratique et une organisation, qui réduisent effectivement plusieurs facteurs de vulnérabilité et déracinement, offrant une certaine protection aux plus démunis, mais au prix du renoncement à la subjectivité et à l'individualité – les «racines» devant dans tous les cas l'emporter sur les projets. C'est donc vraiment une antithèse de la solution européenne dont on a déjà parlé, celle qui articula individualisme et institutions communes: ici c'est la dissolution des sujets dans une masse (Canetti, 1986 [1960]) uniforme et conquérante, conduite par une nomenclature sévère de gardiens et prophètes, qui est requise et est en marche.

Et non, je ne parle pas seulement des réseaux communautaires de protection et d'encadrement gérés par les organisations fondamentalistes, notamment islamistes, qui s'établissent et se développent dans les milieux d'immigrés exclus ou se sentant exclus en France, aux Pays-Bas ou en Grande-Bretagne. Je parle de la façade sociale des mouvements européens d'extrême-droite, simultanément «travailleurs» et xénophobes, théâtralement soucieux des peuples et civilisations nationales qu'ils feignent croire en danger aux mains de l'immigration et du cosmopolitisme. Car ces mouvements proposent, eux aussi, par leur pratique et surtout par une influence démesurée sur l'agenda politique la plus institutionnelle, une gestion de la précarisation des conditions de vie des classes populaires européennes à travers la fermeture: le ciblage de l'Autre, la négation de la citoyenneté, ou même de l'humanité, à l'Étranger (y compris les jeunes nationaux d'origine étrangère) et la restriction des institutions d'accueil et de protection à la communauté des nationaux «authentiques», «primordiaux» ou «originaires».

Nous avons besoin de beaucoup de réflexion et de beaucoup d'attention critique face aux phénomènes très complexes qui marquent notre temps. La multiplication des précarités, ça me semble un fait empirique tout à fait évident. Sa relation avec de successives ruptures de plusieurs liens sociaux est une donnée analytique qu'on doit prendre en compte. Le travail sur les liens, la multiplication d'attachements sur lesquels les gens puissent construire ou reconstruire leurs pratiques, identités et affiliations,

paraît être un chemin à parcourir, simultanément sur le plan institutionnel, normatif et technique ou professionnel.

À condition pourtant de bien comprendre que les liens sont multiples, les sociétés sont composites, les temps sont dynamiques, les identités sont plurielles. La conformité n'est pas l'antidote contre l'insécurité. La dénégation du cosmopolitisme n'est pas la voie royale pour rendre la stabilité à un groupe qui se croirait menacé par un Autre devenu trop proche. L'autonomie n'est pas le synonyme d'anomie: du point de vue de l'option éthique pour la cohésion sociale à orientation démocratique, c'est même son contraire.

Bibliographie

- BAUMAN, Zygmunt (2000), *Liquid modernity*, Cambridge, Polity.
- BECK, Ulrich (2006), *La société du risque: sur la voie d'une autre modernité*, Paris, Flammarion.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction: critique sociale du jugement*, Paris, Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1998), *Contre-feux: propos pour servir à la résistance contre l'invasion néo-libérale*, Paris, Liber-Raisons d'Agir.
- BURKE, Edmund (1982): *Reflections on the revolution in France* [1790], rééd., Londres: Penguin.
- CANETTI, Elias (1986), *Masse et puissance* [1960], trad., Paris, Gallimard.
- CASTEL, Robert (1995), *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*, Paris, Fayard.
- DURKHEIM, Émile (1974), *Les formes élémentaires de la vie religieuse* [1912], rééd., Paris, PUF.
- DURKHEIM, Émile (1981), *Le suicide: étude de sociologie* [1897], rééd., Paris, PUF.
- HENNION, Antoine (1993), *La passion musicale: une sociologie de la médiation*, Paris, Métailié.
- LATOUR, Bruno (2005), *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*, Oxford, Oxford University Press.
- MARX, Karl (2007), *Les manuscrits économique-philosophiques de 1844*, trad., Paris, Vrin.
- MENDRAS, Henri (1997), *L'Europe des européens: sociologie de l'Europe Occidentale*, Paris, Gallimard.
- SENNETT, Richard (2006), *The culture of the new capitalism*, New Haven, Yale University Press.

TOCQUEVILLE, Alexis de (1983): *De la démocratie en Amérique* [1835-1840], rééd., Paris, Gallimard.

Augusto Santos Silva. Professeur à la Faculté d'Économie de l'Université de Porto, et chercheur à l'Institut de Sociologie de l'Université de Porto (IS-UP) (Porto, Portugal). Endereço de Correspondência: Faculdade de Economia do Porto, Rua Roberto Frias, 4200-464 Porto, Portugal. *E-mail:* asilva@fep.up.pt

Artigo recebido a 31 de setembro de 2015. Publicação aprovada a 15 de novembro de 2015

Políticas de reabilitação urbana e recomposição do tecido social no centro histórico do Porto: representações e discursos de moradores sobre a respetiva evolução recente

João Queirós

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Resumo

Decorridos dez anos sobre o arranque da estratégia de reabilitação urbana do centro do Porto posta em marcha pela Câmara Municipal através da *Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana*, o presente artigo propõe alguns resultados de uma investigação sociológica de terreno dedicada à evidenciação das principais transformações físicas e sociais resultantes da aplicação daquela estratégia. No texto, é dado destaque quer à leitura das principais tendências de recomposição do tecido social registadas no centro histórico do Porto, quer ao modo com os moradores de longa data deste território percebem e interpretam as implicações dos processos de *reabilitação-gentrificação* da sua área de residência.

Palavras-chave: Reabilitação urbana; gentrificação; moradores; centro histórico do Porto.

Urban rehabilitation policies and social change in Porto's historic center: residents' perspectives on their recent evolution

Abstract

A decade has passed since Porto's city council, through its "urban rehabilitation agency", put forward a renewed strategy aiming at the urban "rehabilitation" of the city's historic center. This paper presents some of the results of a field research willing to highlight the main physical and social transformations resulting from the materialization of that strategy. The paper scrutinizes some of the major changes in the social fabric of Porto's historic center and analyzes how longtime residents interpret and deal with the implications of the *rehabilitation-cum-gentrification* of their place of residence.

Keywords: Urban rehabilitation; gentrification; longtime residents; Porto's historic center.

Politiques de réhabilitation urbaine et recomposition du tissu social au centre historique de Porto: représentations et discours des résidents sur leur évolution récente

Résumé

Dix ans depuis le commencement de la stratégie de réhabilitation urbaine du centre-ville de Porto conçue par la mairie, à travers son « société de réhabilitation urbaine », cet article présent quelques résultats d'un enquête de terrain sur les transformations physiques et sociales engendrées par l'application de cette stratégie. L'article propose une lecture des principales tendances de recomposition sociale observées au centre historique de Porto et analyse aussi le mode dont les résidents interprètent les implications de la *réhabilitation-gentrification* de leur place de résidence.

Mots-clés : Réhabilitation urbaine ; gentrification ; résidents ; centre historique de Porto.

Políticas de rehabilitación urbana y cambio social en el centro histórico de Oporto: representaciones y discursos de los moradores sobre su evolución reciente

Resumen

Transcurridos diez años sobre el inicio de la estrategia de rehabilitación urbana del centro histórico de Oporto concebida por el ayuntamiento y su “sociedad de rehabilitación urbana”, este artículo presenta algunos resultados de una investigación sociológica de terreno dedicada a la identificación de las más importantes transformaciones físicas y sociales producidas por aquella estrategia. El artículo propone una lectura de las principales tendencias de cambio del tejido social observadas en el centro histórico de Oporto y aun un análisis sobre el modo como los moradores interpretan las implicaciones de los procesos de *rehabilitación-gentrificación* de su territorio.

Palabras clave: Rehabilitación urbana; gentrificación; moradores; centro histórico de Oporto.

1. Introdução¹

Volvida uma década sobre o arranque da estratégia de reabilitação urbana do centro do Porto proposta pela Câmara Municipal através da *Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana* (SRU), afigura-se sociologicamente oportuno procurar naquele território as evidências das transformações físicas e sociais que da aplicação dessa estratégia possam ter resultado.

¹ O presente artigo reproduz alguns resultados de um estudo de caso desenvolvido no quadro do projeto de investigação de doutoramento do autor (Projeto SFRH/BD/46978/2008, financiado ao abrigo do programa de bolsas de formação avançada da Fundação para a Ciência e a Tecnologia do Ministério da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior e cofinanciado pelo Fundo Social Europeu, no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano do QREN 2007-2013). Vd. Queirós (2015).

Num artigo dedicado à apreciação crítica das mudanças legislativas, institucionais e programáticas naquela altura observáveis na cidade nos domínios do planeamento e da gestão das operações de reabilitação do centro urbano (Queirós, 2007), foi possível evidenciar o que parecia ser o avanço, na transição do primeiro para o segundo quinquénio da década de 2000, de um processo de significativo reforço da centralidade e proatividade do Estado, e em particular da administração local, na constituição de uma estratégia de intervenção vocacionada para a promoção do “regresso à Baixa”. Tal como sublinhava o então presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio, em discurso proferido na cerimónia de constituição formal da SRU portuense, realizada em 27 de novembro de 2004²:

No programa com que nos apresentámos aos portuenses fomos sempre bem claros no que concerne à nossa estratégia para o Porto. Não entendemos que uma cidade que tem uma Baixa com a riqueza da nossa a possa abandonar; muito menos por contraposição a um crescimento urbanístico exagerado nas freguesias mais afastadas do Centro. Por isso, desde o novo PDM, passando pela política fiscal e por outros incentivos de diversa natureza, tudo tem apontado para o regresso à Baixa. O regresso ao Porto que o distingue das restantes cidades. O Porto que todos sentimos de forma muito especial.

O propósito genérico de promoção do “regresso à Baixa”, a que neste discurso se referia o presidente da Câmara Municipal do Porto, e que seria colocado no âmago da estratégia vertida no *Masterplan* da recém-constituída SRU, traduzia-se, entretanto, numa multiplicidade de vertentes de atuação, que colocavam o seu alcance para além da simples pretensão de atrair novos residentes. Na verdade, se a “*reabilitação da Baixa*” aparecia como o primeiro dos objetivos fundamentais da nova entidade responsável pela dinamização da reabilitação urbana no centro do Porto, na lista de prioridades estratégicas da SRU figuravam também, para além de ações de “qualificação do espaço público”, o “desenvolvimento e promoção do negócio”, a “revitalização do comércio” e a “dinamização do turismo, cultura e lazer” (SRU, 2005, :. 4-18; Queirós, 2007; 2014; 2015). Novos residentes, investidores e empresários, consumidores de índole diversa, turistas: em 2005, eram estes os principais grupos sociais visados pela estratégia preconizada pela sociedade de reabilitação urbana criada no Porto por impulso da Câmara Municipal.

² Informações diversas sobre a génese, estrutura, objetivos e atividade da SRU do Porto podem ser encontradas *online* em <http://www.portovivosru.pt>. A versão integral do *Masterplan* da instituição está disponível em <http://www.portovivosru.pt/pt/area-de-atuacao/enquadramento>.

A partir da leitura crítica dos documentos orientadores dessa estratégia e dos discursos políticos que a seu propósito então começavam a ser veiculados, o artigo anteriormente citado concluía que a reabilitação urbana do centro do Porto começava a alinhar pelo diapasão do “novo urbanismo neoliberal”, assumindo contornos de “gentrificação conduzida pelo Estado” (Queirós, 2007: 104 e seguintes; vd. também, a propósito, Hackworth e Smith, 2001; Hackworth, 2002; Smith, 2002; Uitermark, Duyvendak e Kleinhans, 2007). No mesmo artigo, sublinhava-se ainda a periferização ou mesmo invisibilização a que a estratégia de reabilitação proposta parecia votar a população autóctone (Queirós, 2007: 112-113).

O objetivo fundamental do presente artigo é prolongar e aprofundar, mais de dez anos volvidos sobre a criação da SRU do Porto, as principais pistas de análise incluídas no texto a que vem sendo feita menção. Para tal, dois trilhos analíticos serão percorridos. O primeiro, vertido na terceira secção deste texto, procura nas estatísticas oficiais e nos discursos de representantes das autoridades locais informações capazes de objetivar e discutir as principais tendências de recomposição do tecido social registadas ao longo dos últimos anos no Porto, com o fito de contribuir para a identificação e medição indiciária dos processos de gentrificação que possam estar a ocorrer na cidade em resultado da materialização da estratégia de reabilitação urbana proposta para o seu centro. O segundo trilho analítico, desvendado nas quarta e quinta secções do artigo, explora as representações e discursos que, a propósito da *reabilitação-gentrificação* da sua área de residência, podem ser encontrados no seio dos moradores de longa data do centro histórico do Porto. Recolhidos através de entrevistas realizadas no quadro de um exercício de pesquisa de terreno desenvolvido em 2011 e 2012 naquela área da cidade, os discursos dos moradores citados dão voz a perspectivas geralmente arredadas quer da representação que predominantemente é feita da configuração e implicações dos processos de “reabilitação”, “revitalização” ou “regeneração” de centros urbanos, quer da própria análise sociológica da gentrificação.

2. Para uma reorientação do foco das pesquisas sobre gentrificação: pistas teórico-metodológicas

No horizonte de preocupações deste artigo não está incluído o propósito de desenvolvimento de um trabalho de revisão bibliográfica conducente à apresentação de um balanço teórico sobre a noção de *gentrificação* – entendida aqui como a “produção do espaço para utilizadores progressivamente mais afluentes”, para recorrer à sucinta, porém certa, definição de Hackworth (2002: 815). O estado atual do conhecimento em ciências sociais dispensa, aliás, a realização de um tal exercício, dado que inclui quer um conjunto de relevantes retrospectivas e sínteses teóricas sobre o tema, quer um vasto manancial de estudos empíricos que testam, especificam e enriquecem o debate concetual que a propósito vem sendo desenvolvido desde que em 1964 Ruth Glass cunhou o termo³.

As próximas páginas deste artigo serão, pois, aproveitadas não para retomar disputas teórico-concetuais sobre o tópico, mas antes para discutir alguns resultados de um exercício de pesquisa de terreno realizado em 2011 e 2012 no centro histórico do Porto com o objetivo de responder ao desafio que Slater (2006; 2008) e, na senda deste, Wacquant (2008) lançaram para que se restituisse à investigação sobre gentrificação o espírito e olhar críticos que, segundo estes dois autores, vêm faltando ao tratamento deste objeto de estudo sociológico.

De acordo com Slater (2006: 737), a tónica que caracteriza a maioria das pesquisas recentes sobre gentrificação revela uma perda da “orientação crítica” que esteve na génese da própria investigação sobre o tema: incapaz de se libertar das disputas teórico-ideológicas sobre a “natureza” da gentrificação (“económica” ou “cultural”?), negligente relativamente à centralidade do problema do desalojamento, dominada pela agenda político-ideológica do “equilíbrio” e da “mistura social”, a investigação sobre gentrificação tem vindo a perder, segundo Slater, capacidade para perspetivar de forma crítica as injunções das políticas e dos discursos dominantes e para

³ A produção teórica e empírica sobre gentrificação remonta, efetivamente, ao trabalho seminal de Glass *et al.* (1964). O crescimento exponencial dos estudos sobre gentrificação deu-se, porém, sobretudo depois da publicação dos trabalhos pioneiros de Hamnett (1984), Marcuse (1985) e Smith e Williams (1986). Em Slater (2006), é possível encontrar não apenas uma proposta de reposicionamento teórico e metodológico dos estudos sobre gentrificação – à qual o presente artigo procura dar seguimento –, como também uma lista de bibliografia muito relevante sobre o tema. Em Portugal, o trabalho de Rodrigues (2010) procede a uma revisão detalhada da noção, optando pelo recurso ao termo “nobilitação”, em detrimento do neologismo “gentrificação”, e referenciando-a empiricamente ao caso lisboeta.

avaliar de forma rigorosa os efeitos – e as vivências dos efeitos – resultantes das transformações físicas e sociais a que os espaços urbanos vêm sendo submetidos. Quando não se deixam simplesmente subordinar à lógica autorreferenciada do debate escolástico e das disputas académicas ou à ideologia moralmente persuasiva dos discursos sobre a necessidade de promover a “mistura” e o “reequilíbrio social” de territórios “degradados” e “empobrecidos”, os estudos sobre esse fenómeno de apropriação de um dado território por representantes de grupos sociais mais capitalizados do que aqueles que tradicionalmente o ocupam, com tendencial remoção e/ou circunscrição territorial e social destes últimos, refugiam-se em argumentos de índole metodológica para justificar o seu tendencial centramento nos “promotores”, em detrimento da observação e escuta daqueles que sofrem as respetivas consequências (Slater, 2006: 746-751).

Sem negligenciar o peso que na explicação do tipo de orientação hoje prevalecente nos estudos sobre gentrificação deverá ter a “afinidade eletiva”, nascida da proximidade ou mesmo da concomitância social, entre “académicos” e “gentrificadores” (Allen, 2008), Wacquant (2008: 199) realça que essa orientação se insere num padrão mais amplo de “invisibilização” das classes populares na esfera pública e na investigação social, tendência reforçada nos últimos anos por uma heteronomia dos processos de definição de temas e objetivos da pesquisa urbana que cresce à medida que se circunscrevem as funções sociais do Estado e se ampliam no seu seio as preocupações com a “economia” e, enfim, com as necessidades e interesses dos grupos sociais dominantes (em desfavor das necessidades e interesses das classes populares).

Ora, o que a leitura crítica da evolução das políticas urbanísticas e habitacionais na cidade do Porto evidencia (Pereira e Queirós, 2012; Queirós, 2007; 2015) é precisamente o modo como o Estado, também no nosso país, e em particular depois do final da década de 1990, tem vindo a direcionar muitas das suas preocupações e recursos para o incentivo à “revitalização” e à promoção do “crescimento económico” das cidades, designadamente através da promoção da “reabilitação urbana” e do que ela pode representar enquanto “oportunidade de negócio” para investidores e enquanto oportunidade de desenvolvimento e realização pessoal para turistas, consumidores e novos residentes dos territórios a transformar. Com efeito, o reforço assinalável da importância da intervenção do Estado na conceção de dispositivos legais e institucionais, instrumentos de política e programas de intervenção urbanística e

habitacional direcionados para os centros das cidades – uma das expressões do processo de “neoliberalização do espaço” em curso nas últimas décadas (Peck e Tickell, 2002) – tende a submeter-se quase sempre ao objetivo da gentrificação destas áreas, isto é, à sua configuração para apropriação e usufruto por parte dos ditos grupos sociais “progressivamente mais afluentes”. Um “Estado local empreendedor”, desafiado pela tendencial diminuição do financiamento proveniente de transferências da administração central e pela consequente necessidade de alargar o leque de fontes de receita próprias, associa-se de forma cada vez mais próxima às forças de mercado e aos interesses daqueles grupos, quer através da disponibilização de formas variadas de “incentivo” ao investimento, quer através da assunção parcial ou mesmo total dos riscos ligados ao alargamento da “fronteira” da gentrificação para territórios onde o retorno do investimento apresenta menores garantias, quer através da privatização de áreas de domínio público ou ocupadas por habitação pública, quer ainda através da disponibilização de incentivos fiscais e “amenidades” urbanas de diversa ordem, quer, finalmente, através da circunscrição ou eliminação dos mecanismos de proteção social e dos canais institucionais de participação cívica e política ao dispor daqueles que residem nos centros urbanos e que poderiam opor-se e resistir às mudanças pretendidas (vd., sobre isto, Hackworth e Smith, 2001: 469-470; vd. ainda Smith, 1996; 2002; Squires, 1996; Hackworth, 2002).

Dulcificado pelo discurso moralmente persuasivo da “mistura” e do “(re)equilíbrio social”, o modelo de produção e apropriação do espaço que a *reabilitação-gentrificação* significa tende a aparecer desprovido da sua dimensão classista e da política de vencedores e perdedores que efetivamente lhe subjaz (Smith, 2002: 445). A restituição de uma “orientação crítica” ao estudo deste fenómeno significará, neste sentido, revelar a agenda ideológica, política e económico-social associada a esse modelo de produção e apropriação do espaço, em particular através do escrutínio dos discursos e das práticas emanadas da instância que o configura e legitima, o Estado, significando também – como as próximas secções deste artigo pretendem – o recentramento das atenções nos efeitos urbanos e sociais da gentrificação, em especial naqueles que afetam a vida dos grupos sociais que residem nas áreas “em processo de gentrificação” ou “a gentrificar” – e que, quase nunca ouvidos ou considerados, são quase sempre arredados do controlo do processo e das “vantagens” que o mesmo afirma aportar.

3. Processos de recomposição social no centro histórico do Porto: leitura de algumas tendências de evolução recente

A análise que a disponibilização dos dados definitivos do recenseamento geral da população de 2011 permite elaborar a propósito da evolução do panorama sociodemográfico da cidade do Porto ao longo da primeira década do século XXI revela não ter ocorrido no decénio em causa inversão das principais tendências observáveis neste território desde pelo menos finais dos anos 1970. Com efeito, o processo de perda populacional verificado ao longo dos últimos vinte anos do século passado teve continuidade nos primeiros anos do novo milénio, fazendo recuar o número de portuenses até valores idênticos aos que podiam ser encontrados na cidade no início da década de 1930 (pouco mais de 235 mil residentes). O conjunto de habitantes perdido entre 2001 e 2011 – mais de 25 mil – ombréia com a perda registada no período de 1981 a 1991, mas fica ainda assim longe dos 60 mil residentes a menos da década de 1990. A performance demográfica da cidade contrasta visivelmente com a da respetiva área metropolitana, cuja densidade populacional tem aumentado de forma continuada ao longo dos últimos cinquenta anos (Quadro A-1, em anexo).

Mesmo se o decréscimo do número de residentes constitui um fenómeno comum à larga maioria das freguesias portuenses, é sobretudo no centro da cidade que se observam as mais fortes quebras populacionais. Esta é, de resto, outra das tendências que repete o observado nas décadas precedentes. Enquanto a faixa atlântica e a periferia citadina registam taxas de variação das respetivas populações menos negativas do que a média concelhia, concentrando uma proporção crescente de portuenses, a área central e o núcleo antigo continuam a verificar níveis de retrocesso demográfico mais acentuados do que os reportados por aquela média. Na maior parte do território situado no interior dos limites do centro histórico, o cenário é, com efeito, de claríssima rarefação populacional: em 2011, o somatório dos habitantes das quatro freguesias do núcleo antigo não chegava sequer a dez mil (caiu para metade em vinte anos), correspondendo a menos de 4% da população total da cidade (Quadro A-2, em anexo).

O centro histórico do Porto: elementos de contextualização histórica e demográfica

O “centro histórico” – área que neste artigo recebe também a designação de “núcleo antigo” – corresponde aqui ao entendimento comum (que é também o entendimento político-mediático dominante) que na cidade do Porto há várias décadas se tem deste território e que o identifica com um semicírculo que tem na Ribeira e na avenida dos Aliados as extremidades do seu raio, englobando aquelas que eram, até à reorganização administrativa de 2013, as freguesias de Miragaia, S. Nicolau, Sé e Vitória.

Berço da cidade, objeto de todos os louvores quando o que está em causa é evidenciar, junto do forasteiro, aquilo que de mais típico e distintivo o Porto tem, e ao mesmo tempo um dos territórios portuenses que mais imagens negativas e representações estereotipadas ao longo dos tempos conotou (e conota), o centro histórico assiste há várias décadas a um processo de perda da sua relevância demográfica. Se o Porto é uma cidade que se esvazia e “encolhe” do ponto de vista populacional – qual “buraco do donute metropolitano” –, é no centro histórico que podem ser encontrados os mais evidentes sinais deste declínio. Espaço outrora sobrelotado, ponto de confluência de indivíduos e famílias provenientes de outros pontos da cidade e, muito em especial, de cidades, vilas e aldeias espalhadas um pouco por todo o norte do país, o centro histórico é hoje um território pouco atrativo (talvez devesse dizer-se mesmo *repulsivo*) do ponto de vista residencial e, por isso, escassamente povoado, ainda que não deixe de ser uma área muito frequentada, dada a centralidade que assume, às escalas local, regional, nacional e internacional, enquanto polo de interesse patrimonial, cultural e turístico. Dados do INE referentes a final de 2014 estimavam em pouco mais de 218 mil os indivíduos residentes à data na cidade do Porto, o que significaria muito provavelmente um valor de população residente no centro histórico pouco superior a 8.500 pessoas. Cinquenta anos antes, o número de habitantes aparecia multiplicado quatro vezes e meia, o que atesta bem a velocidade e intensidade do processo de esvaziamento da função residencial observado no núcleo antigo do Porto ao longo das últimas décadas.

Não surpreendentemente, este território – que não chega a ter 1,5 quilómetros quadrados de área, mas que apresenta uma significativa densidade construtiva (5.280 alojamentos por quilómetro quadrado, contra 3.320 alojamentos por quilómetro quadrado, em média, na cidade, em 2011) – ostenta uma elevadíssima proporção de fogos vagos, grande parte dos quais em acentuado estado de degradação. De acordo com o censo de 2011, os alojamentos vagos correspondiam naquele ano a quase 20% do parque habitacional da cidade e a quase 40% do parque habitacional das quatro freguesias do núcleo antigo. Segundo a mesma fonte de informação, 7% dos edifícios da cidade estavam muito degradados ou precisavam de grandes reparações, valor que subia para 15% no centro histórico.

Uma história das principais transformações económicas, sociais e urbanas do Porto, da Idade Média aos nossos dias, com referências bastante desenvolvidas à evolução do centro histórico da cidade, pode ser encontrada em Ramos (1995). O mais detalhado estudo sociológico disponível sobre a estrutura social e classista da cidade do Porto é o de Pereira (2005). Em Queirós (2015), é possível obter uma apreciação sócio-histórica e sociológica dos efeitos urbanos e sociais das intervenções urbanísticas e habitacionais promovidas pelo Estado no núcleo antigo da cidade ao longo do último meio século.

Refletindo as transformações que a saída de um grande número de pessoas (na sua maioria jovens e adultos relativamente jovens) operou na estrutura da pirâmide etária e nas dinâmicas do crescimento natural da cidade ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000, os índices de envelhecimento e de renovação da população em idade ativa registados no Porto em 2011 revelavam um significativo reforço do peso da população situada nos escalões etários mais elevados. No ano do último recenseamento geral da

população realizado até esta altura em Portugal, por cada cem portuenses com idade inferior a 15 anos, quase duzentos dos seus conterrâneos tinham 65 ou mais anos. Contrastando com os valores registados na faixa atlântica e na periferia citadina – estes claramente mais próximos da média nacional –, os índices de envelhecimento revelavam-se na área central e no centro histórico especialmente carregados: em 2011, havia aqui, em média, entre 260 e 270 indivíduos com 65 ou mais anos por cada cem indivíduos com menos de 15 anos, o que juntava ao quadro de acentuada perda populacional um cenário de profunda desvitalização sociodemográfica (Quadro A-3, em anexo).

Os números do envelhecimento populacional, em especial aqueles que reportam uma diminuição do potencial de renovação da população em idade ativa, encontram inevitável correspondência na evolução das taxas de atividade, que entre 2001 e 2011 decaem no Porto de forma significativa. Traduzindo, como não poderia deixar de ser, os efeitos da insuficiente renovação de gerações e, bem assim, da saída continuada da cidade de indivíduos em idade ativa, o declínio das taxas de atividade reflete também o processo de perda de vitalidade económica e de destruição de emprego que nela tem vindo a ocorrer, em especial depois do final da primeira metade da década de 1990. Produto das transformações por que têm passado as estruturas produtivas locais – no seio das quais as atividades industriais e outras atividades grandes empregadoras têm vindo a perder muito do seu tradicional peso –, a diminuição do volume de emprego que a cidade do Porto tem observado vem forçando à inatividade um número crescente de trabalhadores (Quadro A-4, em anexo; Varejão, 2008: 26 e seguintes; 111-112).

Os dados referentes à evolução das taxas de desemprego são especialmente reveladores desta trajetória de perda do potencial empregador que a cidade tem vindo a percorrer. Ainda que a conjuntura económica do país explique parte do crescimento muito acentuado que o peso dos ativos desempregados observou recentemente no Porto, o cenário que os dados em causa retratam é o de uma cidade a braços com grandes dificuldades para garantir emprego a importantes segmentos da sua população residente. Em especial nos contextos onde se concentram o operariado, os segmentos menos qualificados dos empregados de execução e, em geral, os grupos socioprofissionais com menores credenciais escolares, como são os casos do centro histórico e da periferia oriental da cidade, as taxas de desemprego tendem a apresentar valores entre cinco a dez pontos percentuais acima da média concelhia, e entre dez a quinze pontos acima da

média nacional, não sendo improvável encontrar, no limiar da segunda década do século XXI, freguesias onde um em cada quatro ativos está oficialmente desempregado (Quadro A-4, em anexo).

Não obstante estes factos, verifica-se que o Porto tem conseguido manter, e até reforçar, o seu estatuto enquanto polo residencial de profissionais qualificados. Por um lado, porque a evolução do perfil produtivo da cidade, ao privilegiar atividades exigentes em qualificações escolares e profissionais, contribui para o reforço da atratividade deste território enquanto espaço de residência especialmente adequado para indivíduos com aquelas características; por outro lado, porque é nele que se concentram as famílias com maior capacidade para competir no mercado imobiliário local. Com efeito, se a perda de alguma capacidade de polarização do emprego (em especial nos segmentos de média e menor qualificação) constitui uma das causas da persistente saída de residentes que a cidade tem registado, não há dúvida de que parte muito importante da explicação deste último fenómeno está diretamente associada à exiguidade do mercado de arrendamento e aos elevados preços da habitação (nova ou arrendada) característicos do Porto. Em especial quando comparados com os de diversas localizações da coroa suburbana, tais preços não só impõem a saída dos grupos domésticos com menores rendimentos que procuram uma habitação (grupos domésticos que noutras condições poderiam ficar no Porto), como mantêm afastados da cidade os indivíduos e famílias com interesse em nela residir, mas sem poder de compra para concretizar uma tal trajetória de mobilidade residencial (Varejão, 2008: 111-112).

Não surpreende, neste sentido, que os indicadores de processos de recomposição do tecido social portuense recrutados no quadro da presente análise sugiram a prossecução de um processo local de reforço do peso dos agentes sociais com maiores volumes de capital escolar e económico. O ritmo de crescimento da importância relativa daqueles que possuem ensino superior e daqueles que ocupam as categorias socioprofissionais mais qualificadas observado ao longo dos últimos vinte anos não difere significativamente do registado no conjunto do país, mas o que isso quer dizer é que a cidade tem mantido – e nalgumas zonas acentuado – o perfil de sobrequalificação da sua população. Presentemente, o peso da população residente empregada nos grupos profissionais mais qualificados é, no Porto, duas vezes superior ao verificado no conjunto do país, havendo freguesias onde essa proporção triplica a do todo nacional.

Num contexto, como o portuense, que é de significativa perda populacional e de acentuado envelhecimento, este reforço da população mais qualificada terá um duplo significado: por um lado, quererá dizer que o Porto retém prioritariamente as famílias destes agentes, perdendo sobretudo famílias de grupos sociais com volumes de capital intermédios ou reduzidos (com destaque, nestas, para as famílias jovens); por outro lado, denotará que a atratividade residencial da cidade, que no período entre 2001 e 2011 se ampliou em certas zonas, incide também primordialmente sobre os grupos mais capitalizados. No fundo, haverá, no Porto, tudo indica, quer no conjunto dos que conseguem ficar, quer no conjunto dos que pretendem e conseguem entrar ou regressar, uma sobrerepresentação dos indivíduos que maiores qualificações académicas e profissionais apresentam.

Quadro 1
Evolução de alguns indicadores de processos de recomposição social na cidade do Porto e respetivas freguesias entre 1991 e 2011

	Proporção da população residente proveniente de outros concelhos (nos últimos cinco anos)			Proporção da população residente com ensino superior completo			Proporção da população residente empregada nos grupos profissionais mais qualificados (grupos 1 e 2 da CNP)		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Portugal	-	-	-	4	9	15	10	15	22
Porto	6	8	9	10	18	28	19	29	40
Núcleo antigo	4	5	8	3	5	11	6	11	21
Área central	7	9	11	12	20	29	23	31	42
Faixa atlântica	6	9	8	16	33	48	30	51	65
Periferia citadina	5	7	8	10	17	26	18	27	38

Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População, 1991-2011* (dados definitivos).
Notas: “Núcleo antigo”: Miragaia, S. Nicolau, Sé, Vitória; “Área central”: Bonfim, Cedofeita, Massarelos, Santo Ildefonso; “Faixa atlântica”: Foz do Douro, Nevogilde; “Periferia citadina”: Aldoar, Campanhã, Lordelo do Ouro, Paranhos, Ramalde. A discriminação dos dados por freguesia, bem como elementos adicionais de análise, pode ser obtida em Queirós (2014; 2015).

Os dados compilados no Quadro 1 revelam que é na área central, precisamente o conjunto de freguesias que compõe o contexto de intervenção definido como prioritário pelas políticas públicas de reabilitação urbana postas em marcha no Porto em meados da primeira década do século XX (a “Baixa”), que mais elevadas se revelam as proporções

de residentes que antes de 2006 residiam noutros concelhos. Nesta zona, a atração de novos residentes apresenta valores consistentemente acima dos valores médios concelhios, destacando-se, no seu interior, a freguesia de Santo Ildefonso, onde 16% da população residente em 2011 proveio, durante o quinquénio precedente, de locais de residência exteriores à cidade do Porto. No restante território concelhio, apenas Nevogilde, na faixa atlântica, regista valores de atração de novos residentes superiores à média global da cidade. Não sendo possível, em face da informação disponível, determinar o que nestes números se fica a dever de forma direta àquilo que no Porto recentemente tem sido feito em matéria de promoção da reabilitação urbana e de incentivo à reabilitação do centro da cidade, a simultaneidade dos dois fenómenos – aposta estratégica na reabilitação desta área e reforço da respetiva atratividade residencial – sugere não ser descabido um seu relacionamento.

Apesar de muitas das operações previstas pela SRU permanecerem ainda em fase de projeto ou longe da sua plena realização – e de, também por isso, persistirem nesta área da cidade, de acordo com as autoridades locais, importantes desafios de índole urbanística e socioeconómica (vd. SRU, 2008, volume I) –, e mesmo se a “crise económica e financeira” do país obrigou ao refreamento das ambições contidas na estratégia daquela entidade, informações recolhidas no final de 2010 apontavam para um reforço paulatino da procura de algumas zonas do centro histórico e da respetiva envolvente próxima por parte de novos residentes e investidores e para um aumento do número de proprietários interessados em reabilitar os seus edifícios. As palavras são de uma profissional da SRU então entrevistada:

[O]s privados, neste momento, querem reabilitar os prédios, têm os inquilinos e andam à procura da solução alternativa para o realojamento temporário, mesmo na zona, através de casas que são privadas. (...) [N]ós, neste momento, temos um número considerável de projetos em fase de licenciamento, mesmo na zona da Sé, nestas ruas um pouco mais problemáticas, temos o seguinte: há muito privado a adquirir – a altura é boa para adquirir – e os processos de licenciamento a aparecer. (...) [N]ós temos muitos prédios a serem transacionados aqui na zona da Sé, muitos mesmo, muitos, muitos. (...) Eu penso que a Ribeira, neste momento, está a querer levar uma volta, e os proprietários que lá têm prédios, e com os *hostels*, que estão a entrar aí com força, principalmente na zona da Ribeira, Mouzinho... Aqui na Sé ainda é o privado, para reabilitar, mesmo para habitação, uma habitação pequena, um T1, um T2, são esses projetos que têm entrado [ED24, 54 anos, engenheira, trabalha no centro histórico do Porto desde a década de 1970].

Perante estas indicações, não causava estranheza que o presidente da Câmara Municipal do Porto fizesse nesta mesma altura um balanço positivo dos resultados da estratégia de reabilitação urbana posta em marcha depois da sua primeira vitória autárquica, no início da década de 2000. No editorial da edição da revista oficial da edilidade publicada em outubro de 2010, o destaque era dado à conclusão das obras de requalificação do “Ferreira Borges”, um antigo mercado municipal do centro histórico transformado em equipamento lúdico-cultural e concessionado a uma empresa privada (*Hard Club*); Rui Rio admitia que “falta[va] reabilitar muitos prédios” e que “falta[va] trazer gente para viver na Baixa”, mas não deixava de manifestar “orgulho e contentamento” por “tudo o que se consegui[ra]” (CMP, 2010, p. 3):

Quando em 2002 tomei posse, pela primeira vez, como Presidente da Câmara, assumi o compromisso de iniciar a reabilitação da Baixa do Porto. A Baixa estava abandonada, com o parque habitacional a cair de podre, arrasada pela “Porto 2001”, e sem que alguém quisesse olhar estrategicamente para ela. (...) Começámos por criar um novo modelo, assente no investimento privado, e não apenas nos dinheiros públicos. De seguida, fundámos a sociedade de reabilitação urbana, a Porto Vivo, SRU. Fizemos um Masterplan. Iniciámos o “namoro” aos investidores. E arrancámos com a reabilitação da grande maioria das ruas e praças do centro da cidade. Em paralelo, foi preciso um discurso político firme, convicto e coerente, que levasse os interessados a acreditar no nosso projecto. (...) Mas falta ainda fazer muito pelo centro da nossa cidade. Falta reabilitar muitos prédios e falta, acima de tudo, trazer gente para viver na Baixa. Aceitarão, no entanto, todos, que chegados até aqui, seja humano manifestar o orgulho e o contentamento por tudo o que já se conseguiu. Aliás, são estes resultados já obtidos, graças ao mérito e capacidade de muita gente, que devem constituir, para todos nós, um elemento de confiança no futuro.

Figuras 1 e 2

O “antes” e o “depois” das obras de reabilitação no “quarteirão de Carlos Alberto” promovidas pela *Porto Vivo, SRU* na segunda metade da década de 2000 (fachadas voltadas à Praça de Carlos Alberto, localizada no limite noroeste do centro histórico do Porto, na freguesia da Vitória)



Fotografias: João Queirós (fotografia da esquerda: 2005; fotografia da direita: 2013).

Um dos “pioneiros” do propalado “regresso ao centro da cidade”, citado numa edição anterior da revista oficial da Câmara Municipal do Porto, parecia autorizar a confiança no sucesso da estratégia de reabilitação urbana da SRU demonstrada por Rui Rio:

Comprei, em Dezembro [de 2008], um T1 na Rua de S. João, no coração da Ribeira, porque acredito no trabalho da Porto Vivo, SRU, que desde sempre acompanhei. Trata-se de um projecto bastante aliciante e, também, de uma oportunidade de investimento. Estou convicto de que a Baixa do Porto, designadamente a Ribeira, que é um “ex libris” da

cidade, será uma das zonas privilegiadas em termos habitacionais, à semelhança do que sucede na generalidade das capitais europeias. Vai ser um privilégio poder viver naquela zona, devido ao seu peso histórico e patrimonial, bem como à qualidade de vida que, no futuro, eu penso que terá [Paulo Lima Carvalho, 27 anos, solteiro, gestor de recursos humanos, citado em CMP (2009, p. 23)].

Seja porque a população ativa que permanece denota um peso crescente dos academicamente mais instruídos e profissionalmente mais qualificados, seja porque muitos daqueles que entretanto chegaram são detentores destas propriedades, a verdade é que a população do centro histórico do Porto apresentava, no início da segunda década do século XXI, num quadro de evolução demográfica muito desfavorável, proporções de população residente com instrução superior e emprego nos grupos profissionais mais qualificados significativamente mais elevadas do que dez ou vinte anos antes. Permanecendo, é certo, ainda abaixo dos valores que estes indicadores assumiam para o conjunto da cidade, os números relativos às freguesias do centro histórico estavam em 2011 mais próximos das médias concelhias, tendo inclusivamente convergido com os valores do todo nacional (Quadro 1).

Alicerçada na defesa da promoção de um “(re)equilíbrio social” que só a atração de população jovem e qualificada poderia, segundo esta perspetiva, oferecer a contextos socioterritoriais demograficamente deprimidos, envelhecidos e empobrecidos como estes, a estratégia de reabilitação urbana promovida pelas instâncias estatais no centro do Porto depois de 2004 parecia poder começar a reivindicar os primeiros frutos. Mas o que pensaria nesta altura a população autóctone desta área da cidade acerca das transformações urbanas e sociais em curso?

4. Representações e discursos de moradores sobre a configuração e implicações das operações de reabilitação urbana em curso no centro histórico do Porto: alguns resultados de uma investigação de terreno

Em 1981, 1982, [o então presidente da Câmara Municipal do Porto, Alfredo Coelho de Magalhães,] já nos alertava para essa situação, que mais tarde as pessoas seriam, digamos, escoraçadas daqui pra fora. É o que acontece. As pessoas aqui, nós podemos dizer que há para aí quarenta apartamentos aqui, propriedade da Câmara, renovados, prontos a habitar, que estão fechados há anos. (...) Todos nós sabemos porquê, porque a experiência diz-nos isso, que é exatamente para um certo tipo de pessoas com poder

económico mais elevado. (...) Há pessoas que são convidadas, mesmo o proprietário não sendo a Câmara Municipal, isto é, senhorios particulares, esses indivíduos, logo que morem virados para o rio, por exemplo, são convidados a sair para um bairro municipal pela própria Câmara. Então pergunto eu: “Qual é o interesse da Câmara em servir um senhorio particular?”. Mas, efetivamente, se alguém aqui precisar duma casa e for lá, eles negam-lhe o acesso, não é? [ED38a, 63 anos, morador do centro histórico do Porto, dirigente associativo, artesão e pequeno comerciante].

É nestes termos que um morador de longa data da Ribeira, coração do centro histórico do Porto, resume a sua posição relativamente à configuração e implicações das operações de reabilitação urbana que nos últimos anos a sua área de residência vem registando. Um antigo dirigente associativo, o morador em causa, entrevistado no quadro da investigação a que o presente artigo se refere, fala no que se lhe afigura ser a crescente proatividade das instâncias estatais, designadamente da Câmara Municipal, em matéria de criação de condições para uma apropriação deste território por “pessoas com poder económico mais elevado”, quase sempre alóctones. O morador mais jovem presente na mesma entrevista concorda com este ponto de vista:

[E]stá-se a virar esta zona mais para o turismo e mais para um certo tipo de população que o poder político pretende aqui, o poder político e económico, e esquece-se que, se calhar, o segredo do centro histórico é esta gente. Quando esta gente não estiver aqui disponível para ter este tipo de conversa e para contar esta história... Os edifícios são muito bonitos, mas eles não falam, nem têm as suas tradições... O centro histórico, para mim, também são essas tradições [ED38b, 27 anos, morador do centro histórico do Porto, empregado de escritório].

Concordantes, as perspetivas destes moradores sobre a estratégia de reabilitação urbana que na última década vem sendo desenvolvida no centro histórico do Porto colocam em destaque dois aspetos cruciais na análise das transformações por que passam hoje as áreas centrais de um grande número de cidades por todo o globo: por um lado, a relevância que o Estado assume, direta ou indiretamente, na (re)estruturação física e social do território; por outro lado, o significado e consequências que, para os residentes tradicionais destas áreas, habitualmente têm os processos de gentrificação que quase sempre decorrem das intervenções urbanísticas e habitacionais que nelas são promovidas.

O que as próximas páginas do presente artigo desejam é precisamente aferir essas consequências, tal como propostas pelos moradores de longa data do centro histórico do

Porto. Através da recolha e enunciação das suas representações e discursos, pretende-se, por um lado, notar o que tem sido a elisão de tais representações e discursos do imaginário que predominantemente é produzido e veiculado a propósito deste assunto e, por outro lado, sublinhar a relevância potencial da respetiva inserção na reflexão e no debate sobre as políticas de reabilitação urbana projetadas e postas em prática por estes dias no território portuense a que vem sendo feita alusão.

Há que considerar, ademais, que a própria evolução sociodemográfica de contextos como o núcleo antigo da cidade do Porto tende a funcionar como ecrã impeditivo de uma apreciação nítida do processo de aprofundamento da relegação política dos grupos sociais mencionados. A “saída” continuada de população, em especial de população jovem, contribuindo para esmorecer a “voz” dos que permanecem (recorde-se, a propósito, a terminologia de Hirschman, 1970; 1978), limita significativamente a capacidade de mobilização, reivindicação e conquista de um lugar no processo de definição da situação e projeto de áreas urbanas com as características de um centro histórico do Porto. Como numa profecia que se cumpre a si mesma, o diagnóstico de “*desertificação*” e “*apatia*” que desta realidade frequentemente se faz funciona como justificação quer para a desconsideração das dinâmicas associativas locais que possam, não obstante, subsistir, quer para a intensificação da proatividade das políticas públicas, traduzida na generalização de processos *top-down* de idealização de propostas e de tomada de decisões.

Os moradores já são poucos e, quando há muito pouca gente, o poder reivindicativo também é pouco, não é? Entretanto, depois, o que é que fizeram? Deixaram de auscultar esses organismos populares de base, esses organismos populares deixaram de ser auscultados. Não fazia sentido estarmos ali a olhar uns para os outros! E, quando tiraram por outras medidas e por outros métodos, tiraram poder reivindicativo às associações de moradores, não eram ouvidas mais. Não fazia sentido... (...) A população, sendo cada vez menos... Esta é uma das causas, não é? E nós vimos, como já acabei de explicar há bocado, qual é o futuro que eles pretendem para isto. É esvaziar daqui a população, meter outro género de pessoas cá, com poder económico mais elevado, financiar... os homens do capital investirem aqui para o turismo e pontapear daqui as pessoas, que muitas já foram pontapeadas [ED38a, 63 anos, morador do centro histórico do Porto, dirigente associativo, artesão e pequeno comerciante].

Não surpreende, perante um cenário como este, que, para além da *erosão da capacidade para reivindicar a permanência no local de residência* e para alcançar melhorias no quadro habitacional e de vida, se observe também no centro histórico do

Porto uma certa *erosão do gosto pela área e mesmo do desejo de nela continuar a viver*. Ainda que a maioria dos moradores de longa data entrevistados no âmbito deste estudo não desaproveite a oportunidade para sublinhar a força do laço afetivo que a liga ao centro histórico, a saída de muitos conterrâneos e a colonização dos espaços e tempos da sua vida quotidiana pelo turismo, pelas novas procuras residenciais ou, pior ainda, pelas atividades associadas à economia do tráfico e consumo de drogas produzem sentimentos de desgosto pela zona e expressões denunciadoras de perda de referências, nostalgia e desalento (“quando há pouca gente, o poder reivindicativo é pouco”; “isto agora está vazio”; “a gente só vê as pessoas em casamentos, batizados e funerais”; “estão cá pessoas que não são daqui”; “já não há aquela convivência”).

Os mais novos que saíram daqui foram com os pais, outros casaram, foram para outros lados, compraram apartamento, foram para outros lados, mas se eles fizessem obras aqui na zona... Isto antigamente tinha muita gente, a maior parte, que isto era cheio, agora a maior parte está vazio, que eles vêm fazer obras pràqui e as pessoas vão pròs bairros, vão pràli, vão pracolá... e desaparecem daqui. A gente só vê as pessoas antigas quando é um casamento, quando é um batizado, e é assim que as pessoas se unem todas; quando morre qualquer pessoa é que a gente vê então essas pessoas antigas que vêm aqui à zona da Sé e [é aí] que a gente vê adonde é que essas pessoas estão. E a maior parte do povo que daqui saiu toda a gente gosta da zona da Sé [ED55, 64 anos, moradora do centro histórico do Porto, vendedora no mercado].

Reportando-se às movimentações do setor imobiliário e ao que elas sugerem quanto ao avanço iminente de processos de transformação física e social no “morro” da Sé, outrora um sobrelotado, pitoresco e popular núcleo residencial do centro histórico do Porto, um outro morador de longa data serve-se da ironia para exprimir o seu ponto de vista sobre o acossamento a que a zona começa a estar sujeita por parte das novas procuras residenciais:

[E]u vejo pessoas, não uma só, a comprar um prédio para ela ou para a família dela, vejo uma pessoa a comprar vários, inclusive por trás tem algumas pessoas conhecidas que estão a empurrar isso, exatamente para essa especulação imobiliária, e as pessoas que saíram da Sé, pra já, nunca vão ter hipótese de voltar, porque, de certeza absoluta... Eu aqui há dias – desculpe lá este aparte –, aqui há dias ouvia uma pessoa influente aí a dizer que vai ser chique viver na Baixa. De certeza que também ouviu isso, eu ouvi e captei! E na Sé é que eu estou a ver disso, vai ser muitos chiques naquela Sé, é por isso que eu não saio de lá! (...) E se, em vez de – e aí é que vem a falação da especulação imobiliária –, se, ao fazer as casas, as fizessem de tal maneira e a pensar em determinado valor, que depois até podiam pôr no mercado do arrendamento a preços – eu não digo por dez reis de mel coado, não senhor! –, [mas] a preços acessíveis ao comum dos mortais, de certeza absoluta que alugavam as casas. E daí eu dizer que a

especulação imobiliária está ali pra ele... direitinho e certinho! [ED56, 62 anos, morador do centro histórico do Porto, artesão e pequeno comerciante].

A opinião é idêntica à de outra moradora da Sé entrevistada no quadro da investigação a que o presente artigo se refere. Neste caso, porém, a tónica é colocada de forma explícita na responsabilidade que a Câmara Municipal e a SRU do Porto vêm tendo no esvaziamento da zona e na criação de condições para a apropriação futura do espaço por grupos sociais que lhe são exteriores:

[O Rui] Rio não deixa ir prali, até ajeitava aquelas casinhas e fazia ali casas novas, sim senhor, acredite! Eu tenho um filho [que saiu da Sé] e ele disse que queria vir prà ruinha dele. (...) E agora, na Porto Vivo, eles tiram as casas às pessoas... Olhe, a casa em frente a mim estava uma categoria, eu não me importava de viver lá, mesmo em frente a mim, e eles tiraram [as pessoas] da casa e botaram a casa abaixo. Porque há casas lá boas! Eu acho que a ideia era ajeitar as casinhas prà gente ir pra lá. Mas não se pode. Temos que ir pròs bairros. Eu não vou, comprei a minha casinha, vou morrer ali. (...) Havião de fazer obras naquela rua, nas ruas, pràs pessoas ir pra lá viver. A Porto Vivo não deixa. A Porto Vivo compra as casas todas. (...) De caminho, não está lá ninguém, está lá pessoas que não é dali, estão lá pessoas, assim rapaziada, que não são dali [ED53, 62 anos, moradora do centro histórico do Porto, vendedora no mercado].

Figura 3

Aspeto da fachada de um edifício localizado no “morro” da Sé, centro histórico do Porto



Fotografia: João Queirós (2012).

Ao acossamento a que se sentem sujeitos os moradores – protagonizado quer pelo setor imobiliário, quer pelas autoridades públicas responsáveis pela promoção da reabilitação urbana –, junta-se o efeito socialmente corrosivo da presença na zona de atividades ligadas ao consumo e tráfico de drogas. Na ausência cada vez mais notória de instituições e agentes direta ou indiretamente ligados à prossecução das funções sociais do Estado, e perante a apesar de tudo insuficiente penetração, em certas zonas, de outros mercados, como o mercado do imobiliário reabilitado ou os múltiplos mercados associados ao turismo, é o mercado das drogas que sobressai nalguns pontos do centro histórico, operando uma reconfiguração do quadro de relações sociais local, no sentido da perda de laços, do aumento da conflitualidade interpessoal e da fragilização das solidariedades viciniais.

Nas áreas do núcleo antigo, como a Ribeira ou certas localizações próximas dos principais monumentos, equipamentos e eixos viários, onde a animação noturna, o

turismo e as atividades que lhe estão associadas têm maior expressão, a realidade difere da que acaba de ser retratada, mas nem por isso os moradores que permanecem deixam de expressar um sentimento de perda do espaço de autoctonia, reconhecimento mútuo e sociabilidade outrora representado pelo seu local de residência (vd., a propósito, Queirós, 2013; 2015).

A Ribeira hoje não tem nada a ver com a Ribeira dos meus tempos de miúdo. A Ribeira hoje perdeu muita da sua identidade, com a saída de população para o Bairro do Aleixo e com a reconstrução das casas, perdeu muita da sua identidade. (...) E acontece que aquela população, que era genuína, e que era solidária, tinha uma maneira de viver comunitária... (...) As pessoas tinham uma vida associativa ligada, as pessoas estavam ligadas, isso não é mal nenhum, pelo contrário, isso é bom, porque assim vão-se sabendo das dificuldades, das facilidades... (...) Ainda existe esse espírito em algumas pessoas – já não são muitas, são poucas –, mas eu tenho, por exemplo, alguns amigos por quem passo e eles estão no tascos a beber o seu copo de vinho. E eu também já fiz isso muitas vezes, por isso... essas coisas ainda não desapareceram totalmente... [ED64, 63 anos, morador do centro histórico do Porto, operários industrial reformado].

Mesmo que nem tudo aquilo que a população autóctone conota com a “identidade” local tenha “desaparecido”, o panorama é o de um espaço progressivamente tomado por restaurantes e hotéis, turistas e investidores – “pessoas de fora”:

Portugal está em andamento para turismo, de resto não temos mais nada, a bem dizer, que dê muito dinheiro, e estão-nos a ultrapassar em várias coisas, e então acho que a cidade do Porto... não deviam tirar o pessoal da cidade do Porto, os habitantes, deviam-nos manter aqui. Os que estão em casas, deixá-los estar, e ocupar estes espaçozinhos; só há restaurantes, restaurantes, restaurantes, e eu penso que deviam deixar... os sapateiros que havia, deixava-os estar, os funileiros que havia, deixava-os estar, os picheleiros que havia, deixava-os estar. Tiraram-nos, porque há pessoas de fora, que não são daqui da zona, que dão o dobro ou o triplo do dinheiro pelas casas e a gente perde, os daqui perdem, porque as pessoas têm muito mais dinheiro que a gente e compram as casas. (...) Admite-se que indivíduos que vieram para aqui há vinte anos, mais ou menos, sejam donos de metade da rua? Admite-se que indivíduos que têm dinheiro comprem tudo? Tudo que está à venda eles compram? Têm dinheiro... O pessoal daqui não tem [ED39, 65 anos, morador do centro histórico do Porto, artesão e pequeno comerciante].

O turismo, apontado como força desorganizadora dos padrões típicos da vida local, como responsável pelo aumento tendencial dos preços dos bens e serviços disponíveis na área e como elemento exponenciador das pressões do setor imobiliário sobre os moradores e os proprietários tradicionais, transforma-se, entretanto, muito frequentemente, na própria *justificação de um direito a ficar*. Como se pressentissem a impossibilidade prática de travar o curso da mudança, muitos moradores tentam

encontrar nas lógicas associadas ao turismo a justificação para a garantia de um lugar nesse processo (“o segredo do centro histórico é esta gente”; “se isto não serve, tanto não serve para mim, como não serve para os turistas”). A produção pelos moradores de uma imagem de singularidade, virtuosidade e genuinidade para representar o “caráter” da população local surge, neste sentido, como uma espécie de racionalização ideológico-discursiva perante a ameaça do desalojamento e da saída forçada e, enfim, perante a redução notória das possibilidades de definição e controlo autónomos da respetiva situação e futuro. Através da eufemização identitária, a necessidade transmuta-se em virtude – a virtude que o centro da cidade, polo turístico por excelência, não poderá dispensar.

Já tenho dito que o que era preciso era que houvesse um misto, mas que esse misto não fosse feito à custa da retirada das pessoas que ainda existem no centro histórico, que preservam a história daquilo... Aliás, isso até devia de ser acarinhado e devia de ser cuidado, não é?, para que isso não se perca, porque eu tenho três filhos, dois rapazes e uma rapariga, que tiveram que abalar; agora vai a rapariga abalar, para fora do Porto, para fora da Ribeira, porque não tem lugar na Ribeira... [ED64, 64 anos, morador do centro histórico do Porto, estivador reformado].

5. Gentrificação: “fronteira urbana” em irresistível expansão?

Acento tónico de muitos dos discursos político-institucionais produzidos a propósito da reabilitação urbana do centro do Porto, que nele encontram a justificação para o incentivo à atração e à introdução na zona de novas categorias sociais – “mais jovens” e “mais qualificadas” –, o propósito de promoção da “mistura” é apropriado, por moradores acossados pela gentrificação, como argumento de “resistência” à expulsão⁴. A voracidade da transformação urbana e social associada às dinâmicas público-privadas da reabilitação e ao crescimento do turismo não parece, contudo, sensível a esta linha argumentativa, nem especialmente preocupada com tal questão, como realça este morador do Barredo, velho núcleo residencial da frente ribeirinha:

⁴ Como bem revelaram Chamboredon e Lemaire (1970) num artigo tornado clássico da sociologia, a proximidade espacial de grupos sociais diferenciados não se traduz necessariamente em aproximação social ou miscigenação cultural. Em Pereira (2008), pode encontrar-se uma interessante crítica da ideologia do «mix social». Sobre o tema, vale a pena ler também os trabalhos de Tissot (2005), Musterd e Andersson (2005), Donzelot (2006) e Stébé (2007).

Agora, o que acontece é: vêm pessoas de fora doutro estrato social e as daqui são forçadas a sair, não só pela Câmara, mas pelas situações, ou porque não têm possibilidades de viver aqui com as rendas que se praticam aqui, porque um prédio, depois de requalificado aqui, perto do rio, um T1, vale 500 euros, arrendado, não é? (...) [H]avia de se olhar para isto como um caso mais específico de habitação para as pessoas, mas não é isso que acontece. Há uma opção de virar esta zona mais para o turismo. [As pessoas que vivem em más condições, a] Câmara realoja. Mas realoja em bairros na periferia. Nunca aqui. Estas casas, a opção qual é? Vender aquilo depois aos privados, para ser exploração privada (...). A meu ver, [a estratégia de reabilitação urbana] é só direcionada para os privados e para beneficiar quem quer comprar a preços altos ou, neste caso, quem quer reabilitar para depois vender aquilo a preços altíssimos [ED38b, 27 anos, morador do centro histórico do Porto, empregado de escritório].

Perante tais dinâmicas, crescem visivelmente no seio da população autóctone sentimentos de temor e angústia relativamente à perspetiva – percebida por muitos como inevitável ou iminente – da saída. Entrecortados por expressões ocasionais de indignação quanto aos “políticos” e à “política” vigente na cidade, tais sentimentos veem-se reforçados pelos relatos – produzidos em nome próprio ou transmitidos por outrem – dos efeitos pessoais e familiares negativos do desalojamento e da transferência para fora da área.

Vou-lhe dizer: o pior momento que nós tivemos foi a nossa saída. A minha mãe sofreu muito... (...) A minha mãe, só em pensar que ia sair do bairro, deu-lhe um enfarte. A minha mãe teve um enfarte mesmo na Sé. A minha mãe morreu no sítio onde nasceu, no bairro da Sé. (...) Eu tive que sair porque a minha casa estava degradada e estava... (...) E nunca me deram a opção [de ficar perto]. (...) [Os meus filhos s]aíram comigo. O meu filho mais velho foi para as Fontainhas, o meu mais novo vive comigo, também já está junto, mas até porque o meu filho nunca teve um amigo no bairro [onde presentemente reside]. Os meus filhos, quando foram daqui da Sé, nunca tiveram um amigo no bairro. Eu dizia: “Vocês querem passear? Eu dou-vos as senhas para irem para a terra onde vocês nasceram!” [ED62, 40 anos, antiga moradora do centro histórico do Porto transferida para um bairro camarário da periferia citadina no final da década de 1990, vendedora no mercado].

Fazendo contrastar o quotidiano relativamente atónico do bairro camarário com o interconhecimento e a convivialidade característicos da Sé, a realidade que esta antiga moradora do centro histórico do Porto retrata é também a de um “mundo” de certo modo mitificado, um “mundo” que talvez já não exista verdadeiramente ou que, pelo menos, desaparece à medida que saem, envelhecem ou morrem os seus residentes tradicionais.

As pessoas metem-se em casa, no bairro, não há bairrismo – coisa que na Sé existe –, não há bairrismo, as pessoas não dizem “Bom dia”, “Boa tarde”, não tem nada a ver. Não há convívio, não há convívio. (...) Na Rua Escura falamos com toda a gente, toda a gente nos conhece, nós conhecemos toda a gente. [Se tivesse oportunidade de regressar à Sé, e]ra na hora, era na hora. (...) O meu bairro [da Sé] é o meu mundo. Só posso dizer isso. E já disse isto: se um dia tiver que morrer, que seja no meu bairro. Morrer era onde eu nasci. (...) Eu sou daquelas pessoas que amamos mesmo, mas mesmo, o nosso bairro [ED62, 40 anos, antiga moradora do centro histórico do Porto transferida para um bairro camarário da periferia citadina no final da década de 1990, vendedora no mercado].

Se, como todas as fronteiras, também a “fronteira” da gentrificação distingue dois campos, duas realidades (Smith, 1996), o que as transformações a que o centro histórico do Porto tem sido sujeito pelos efeitos da perda e do envelhecimento populacionais, da dominação ideológica e cultural e da relegação sociopolítica da sua população autóctone sugerem é que são cada vez mais reduzidas as condições objetivas e subjetivas que estes agentes sociais têm ao seu dispor para continuar a suportar o seu bastião, o “seu mundo”. Perante a aparentemente irresistível expansão do campo dos “vencedores da gentrificação”, que possibilidades restam a uma perspetivação alternativa, com fundamento e suporte local, das políticas de reabilitação urbana direcionadas para o centro histórico do Porto?

Referências bibliográficas

- Allen, Chris (2008), “Gentrification «research» and the academic nobility: a different class?”, in *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 32, n.º 1, :. 180-185.
- Câmara Municipal do Porto [CMP] (2009), *Porto Sempre – Revista da Câmara Municipal do Porto*, n.º 22, Porto, Câmara Municipal do Porto.
- Câmara Municipal do Porto [CMP] (2010), *Porto Sempre – Revista da Câmara Municipal do Porto*, n.º 26, Porto, Câmara Municipal do Porto.
- Chamboredon, Jean-Claude; Lemaire, Madeleine (1970), “Proximité sociale et distance spatiale: les grandes ensembles et leur peuplement”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XI, n.º 1, :. 3-33.
- Donzelot, Jacques (2006), *Quand la ville se défait. Quelle politique face à la crise des banlieues?*, Paris, Éditions du Seuil.
- Glass, Ruth; et al. (Ed.) (1964), *London: aspects of change*, Londres, MacGibbon and Kee.
- Hackworth, Jason (2002), “Postrecession gentrification in New York City”, in *Urban Affairs Review*, vol. 37, n.º 6, :. 815-843.

- Hackworth, Jason; Smith, Neil (2001), “The changing state of gentrification”, in *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, vol. 92, n.º 4, :. 464-477.
- Hamnett, Chris (1984), “Gentrification and residential location theory: a review and assessment”, in David Herbert; Ron Johnston (Ed.), *Geography and the Urban Environment: progress in research and applications* (:. 283-320), Nova Iorque, Wiley and Sons.
- Hirschman, Albert (1970), *Exit, Voice, and Loyalty. Responses to decline in firms, organizations, and states*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Hirschman, Albert (1978), “Exit, Voice, and the State”, in *World Politics*, vol. 31, n.º 1, :. 90-107.
- Marcuse, Peter (1985), “Gentrification, abandonment and displacement: connections, causes and policy responses in New York City”, in *Journal of Urban and Contemporary Law*, n.º 28, :. 195-240.
- Musterd, Sako; Andersson, Roger (2005), “Housing mix, social mix, and social opportunities”. *Urban Affairs Review*, vol. 40, n.º 6, :. 761-790.
- Peck, Jamie; Tickell, Adam (2002), “Neoliberalizing space”, in *Antipode*, vol. 34, n.º 3, :. 380-404.
- Pereira, Virgílio Borges (2005), *Classes e Culturas de Classe das Famílias Portuenses. Classes sociais e modalidades de estilização da vida na cidade do Porto*, Porto, Edições Afrontamento.
- Pereira, Virgílio Borges (2008), “Estado, espaço físico e espaço social na constituição da problemática da reabilitação urbana. Considerações prévias a um inventário crítico e comparado”, In José Madureira Pinto; Virgílio Borges Pereira (Org.), *Desigualdades, Desregulação e Riscos nas Sociedades Contemporâneas* (:. 227-238), Porto, Edições Afrontamento.
- Pereira, Virgílio Borges; Queirós, João (2012), “State, housing and the «social question» in the city of Porto (1956-2006): an analysis on the making of doxa, orthodoxy and «alodoxia effects» in the (re)production of state housing policies”, *Social Sciences – Annual Trilingual Review of Social Research*, n.º 1, :. 203-314.
- Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense [SRU] (2005), *Masterplan – Revitalização Urbana e Social da Baixa do Porto (Síntese Executiva)*, Porto, Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense.
- Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense [SRU] (2008), *Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial – Volumes I, II e III*, Porto, Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense.

- Queirós, João (2007), “Estratégias e discursos políticos em torno da reabilitação de centros urbanos: considerações exploratórias a partir do caso do Porto”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 55, .: 91-116.
- Queirós, João (2013), “Precariedade habitacional, vida quotidiana e relação com o Estado no centro histórico do Porto na transição da ditadura para a democracia”, *Análise Social*, vol. XLVIII (206), .: 102-133.
- Queirós, João (2014), *No centro, à margem. Estudo sociológico das intervenções habitacionais do Estado no centro do Porto e das suas consequências sociais*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (tese de doutoramento).
- Queirós, João (2015), *No centro, à margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto, Edições Afrontamento.
- Ramos, Luís de Oliveira (Dir.) (1995), *História do Porto*, Porto, Porto Editora.
- Rodrigues, Walter (2010), *Cidade em Transição. Nobilitação Urbana, Estilos de Vida e Reurbanização em Lisboa*, Oeiras, Celta Editora.
- Slater, Tom (2006), “The eviction of critical perspectives from gentrification research”, in *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 30, n.º 4, .: 737-757.
- Slater, Tom (2008), “«A literal necessity to be re-placed»: a rejoinder to the gentrification debate”, in *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 32, n.º 1, .: 212-223.
- Smith, Neil (1996), *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*, Nova Iorque, Routledge.
- Smith, Neil (2002), “New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy”, in *Antipode*, vol. 34, n.º 3, .: 427-450.
- Smith, Neil; Williams, Peter (Ed.) (1986), *Gentrification of the City*, Boston, Allen & Unwin.
- Squires, Gregory (1996), “Partnership and the pursuit of the private city”, in Susan Fainstein; Scott Campbell (Ed.), *Readings in Urban Theory* (.: 266-290), Malden, MA, Blackwell.
- Stébé, Jean-Marc (2007), *La crise des banlieues*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Tissot, Sylvie (2005), “Une «discrimination informelle»? Usages du concept de mixité sociale dans la gestion des attributions de logements HLM”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 159, .: 54-69.
- Uitermark, Justus; Duyvendak, Willem; Kleinhans, Reinout (2007), “Gentrification as a governmental strategy: social control and social cohesion in Hoogvliet, Rotterdam”, in *Environment and Planning A*, vol. 39, n.º 1, .: 125-141.
- Varejão, José (Coord.) (2008), *A Base Económica do Porto e o Emprego*, Porto, Câmara Municipal do Porto (Gabinete de Estudos e Planeamento)/Faculdade de Economia do Porto.

Wacquant, Loïc (2008), “Relocating gentrification: the working class, science and the state in recent urban research”, in *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 32, n.º 1, :. 198-205.

João Queirós. Professor da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto (Porto, Portugal). Investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal, *E-mail*: jqueiros@letras.up.pt

Artigo recebido a 16 outubro de 2015. Publicação aprovada a 28 de dezembro de 2015

Anexo Estatístico

Quadro A-1

Evolução da população residente entre 1960 e 2011

	População residente (n.º)					
	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Portugal	8.889.392	8.611.125	9.833.014	9.867.147	10.356.117	10.562.178
Grande Porto	835.674	928.335	1.117.920	1.167.800	1.260.680	1.287.282
Porto	303.424	301.655	327.368	302.472	263.131	237.591
Núcleo antigo	38.793	32.200	27.961	20.342	13.218	9.334
Área central	120.772	103.280	105.691	90.330	71.162	62.160
Faixa atlântica	16.181	14.215	18.940	17.987	17.492	16.015
Periferia citadina	127.674	151.960	174.776	173.813	161.259	150.082

Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População, 1960-2011* (dados definitivos).

Quadro A-2

Evolução da importância relativa da população de cada freguesia no conjunto da população da cidade do Porto entre 1960 e 2011

	Peso populacional					
	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Porto (nº)	303.424	301.655	327.368	302.472	263.131	237.591
Núcleo antigo (%)	12,8	10,7	8,5	6,7	5,0	3,9
Área central (%)	39,8	34,2	32,3	29,9	27,0	26,2
Faixa atlântica (%)	5,3	4,7	5,8	5,9	6,6	6,7
Periferia citadina (%)	42,1	50,4	53,4	57,5	61,3	63,2

Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População, 1960-2011* (dados definitivos).

Quadro A-3

Evolução do índice de envelhecimento e do índice de renovação da população em idade ativa entre 1991 e 2011

	Índice de envelhecimento			Índice de renov. da pop. em idade ativa		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Portugal	84,5	102,2	127,8	136,2	143,1	94,3
Porto	109,2	147,5	194,1	135,8	126,1	82,5
Núcleo antigo	121,8	186,4	262,2	136,4	130,1	82,5
Área central	150,1	217,2	272,6	129,3	120,1	84,8
Faixa atlântica	95,5	111,0	169,0	147,5	101,7	69,2
Periferia citadina	92,2	125,7	168,7	138,2	131,9	83,1

Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População, 1991-2011* (dados definitivos).

Quadro A-4

Evolução da taxa de atividade (total e feminina) e da taxa de desemprego (total e feminina) entre 1991 e 2011

	Taxa de atividade			Taxa de atividade feminina			Taxa de desemprego			Taxa de desemp. feminino		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Portugal	44,6	48,2	47,6	35,5	42,0	43,9	6,1	6,8	13,2	8,9	8,7	13,8
Porto	47,5	48,1	45,2	40,9	43,8	42,0	6,9	10,2	17,6	8,0	10,3	16,6
Núcleo antigo	45,5	44,5	42,2	37,9	38,9	37,5	8,8	15,6	25,6	9,4	15,7	24,0
Área central	48,0	48,5	45,5	42,0	44,2	42,1	6,1	10,3	17,1	6,9	10,5	15,7
Faixa atlântica	47,4	48,2	45,6	40,8	44,1	41,6	7,1	6,1	10,3	8,3	6,4	10,8
Periferia citadina	47,2	48,2	45,2	40,6	43,9	42,3	7,4	10,3	18,1	8,7	10,3	17,2

Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População, 1991-2011* (dados definitivos).

Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas

Mauro Serapioni
Centro de Estudos Sociais

Resumo

A avaliação de políticas públicas difundiu-se nos anos de 1960 e passa hoje por um processo de rápida disseminação, diversificação teórico-metodológica e controvérsias entre as diversas perspectivas epistemológicas. Este artigo analisa as questões-chave que deveriam nortear as avaliações, apresenta as principais abordagens avaliativas desenvolvidas nos últimos 50 anos (positivista experimental, pragmatista da qualidade e construtivista) e os modelos que resultaram da contaminação entre elas. Na conclusão apresentam-se alguns pontos de tensão persistentes nas discussões sobre avaliação.

Palavras-chave: Avaliação, Políticas públicas, Pluralidade metodológica

Concepts and methods for the assessment of social programs and public policies

Abstracts

The evaluation of public policies has spread in the 1960s and it is going through a process of rapid dissemination, methodological diversification and disputes between different epistemological perspectives. The present article analyses key issues that should guide the evaluation exercises, it presents three evaluation approaches developed in the last 50 years (the experimental positivist, the pragmatist of quality and the constructivist) and the models resulting from their mutual influence. In the conclusion some persistent points of tension in the discussions about evaluation are presented.

Keywords: Evaluation, Public policies, Methodological plurality.

Concepts et méthodes pour la évaluation des programmes sociaux y politiques publiques

Resumé

L'évaluation des politiques publiques est répandue dans les années 1960 et il passe par un processus de diffusion rapide, de diversification méthodologique et de conflits entre les différentes perspectives épistémologiques. Cet article analyse les questions clés qui devraient guider les évaluations et présente trois approches de l'évaluation développée au cours des 50 dernières années (positiviste expérimentale, pragmatique de la qualité et constructiviste) et les modèles résultant de leur influence réciproque. En conclusion sont présentés quelques points de tension persistants dans les discussions sur l'évaluation

Mots-clés: Évaluation, Politiques publiques, Pluralité méthodologique.

Conceptos y métodos para la evaluación de los programas sociales y políticas públicas

Resumen

La evaluación de las políticas públicas se desarrolló en la década de 1960, encontrándose actualmente en un proceso de difusión rápida, de diversificación metodológica y de disputas entre diferentes perspectivas epistemológicas. Este artículo analiza las cuestiones clave que deberían guiar las evaluaciones; posteriormente presenta los tres enfoques de evaluación que se han desarrollado en los últimos 50 años (positivista experimental, pragmatista de la calidad y constructivista), así como los modelos resultantes. Como conclusión se presentan los puntos de tensión existentes en el debate sobre la evaluación.

Palabras clave: Evaluación, Políticas públicas, Pluralidad metodológica.

1. Introdução

O interesse pela investigação em políticas públicas, área também designada como *policy science*, começou na década de 1950, nos Estados Unidos da América (EUA) e, a partir dos anos de 1970, difundiu-se também pela Europa, em particular na Alemanha e nos países escandinavos. Nesse período, a principal preocupação recaiu na definição do conceito de políticas públicas e na análise dos distintos atores intervenientes nesses processos, estatais e não estatais (Faria, 2005). Atualmente, num contexto de crescentes incertezas e complexidade das questões que se colocam neste âmbito, muitas abordagens e teorizações tentam compreender as diversas formas e processos de formação e de gestão das políticas públicas (Trevisan e van Bellen, 2008). Nesse sentido, para melhor analisar a ação política, vários autores têm recorrido à analogia do ciclo político (*policy cycle*), o qual pode ser dividido em diferentes fases, tais como: i) inserção de um tema na agenda política, ii) fase de formulação da política, iii) tomada de decisão, iv) implementação e v) avaliação e controle dos efeitos das políticas públicas (Garcia,

2014; Howlett *et al.* 2009; Frey, 2000). No âmbito deste artigo realça-se a importância da última fase do ciclo político, ou seja, a avaliação dos programas e ações implementadas, no sentido de avaliar o alcance dos objetivos definidos e seus impactos efetivos.

A prática da avaliação de programas e políticas públicas começou a difundir-se nos anos 1960 do século passado e hoje passa por um processo de rápida disseminação e diversificação teórica e metodológica. Entre as várias razões de afirmação da avaliação nos países ocidentais cabe assinalar as seguintes: i) progressiva erosão das bases tradicionais de legitimação dos poderes públicos; ii) crescente exigência, por parte dos cidadãos, de transparência e participação na definição e apreciação da qualidade dos serviços prestados; iii) crise fiscal do Estado, que requer uma maior capacidade de alocar recursos de forma otimizada, tanto do ponto de vista da sua eficiência como da sua efetividade; iv) pressão da União Europeia para a avaliação dos recursos comunitários destinados a áreas importantes de atividade, tais como trabalho, formação profissional, desenvolvimento local, políticas agrícolas, etc.; v) crescente complexidade social que torna sempre mais difícil dominar os fatores relevantes para o sucesso de uma intervenção e para a previsão de resultados positivos.

Hoje em dia existe uma multiplicidade de abordagens avaliativas e diversas controvérsias entre estudiosos que se baseiam em diferentes perspetivas concetuais e epistemológicas. Alguns autores, por exemplo, questionam-se se a avaliação pode ser considerada um setor da ciência ou se se trata apenas de uma aplicação da metodologia da investigação (Cohen e Franco, 1994). Entretanto, há um consenso sobre o fato de que a avaliação utiliza a metodologia da investigação como um meio para determinar em que medida as políticas, os programas e os projetos sociais alcançam os seus objetivos. Porém, a avaliação não se restringe somente aos métodos e instrumentos para conduzir com sucesso um processo de avaliação; ela desenvolveu também uma própria teoria, quer sobre os aspetos a serem avaliados, quer sobre como obter conhecimentos válidos de tais aspetos (Øvretveit, 1998).

Este artigo, após discutir os principais conceitos e definições de avaliação formulados por alguns dos mais reconhecidos estudiosos e depois de apresentar um histórico da avaliação, analisa três questões-chave que deveriam nortear as avaliações das políticas públicas. Em seguida, são ilustradas as três abordagens de avaliação desenvolvidas nos últimos 50 anos (positivista-experimental, pragmatista da qualidade e construtivista) e os modelos que resultaram da contaminação entre elas.

2. Conceitos e definições

A avaliação é uma disciplina ainda jovem, embora se relacione com uma prática muito antiga que atingiu consideráveis níveis de formalização já nas dinastias imperiais da China, Egito e Japão, há mais de mil anos (Scriven, 1991; Hartz, 2009). Entretanto, como disciplina e campo de estudos, ou seja, como área de produção de conhecimento - e não simplesmente como atividade espontânea e não sistematizada - ela surge somente na metade dos anos 60. Scriven (1991: 9-10) tem enfatizado o “status paradoxal da avaliação”, que apesar de ser considerada “o mais importante ingrediente de todas as atividades práticas e intelectuais (...), não tem sido tratada seriamente por qualquer disciplina académica até o ultimo terço do século XX”. Somente a partir do último quarto do século, acrescenta Scriven (1991:11), a avaliação tem sido objeto de interesse e atenção em vários campos, embora com discussões que ainda “não chegam a uma profundidade suficiente para relacionar os diferentes campos e transformá-los numa disciplina”. Neste sentido, há um amplo consenso entre os especialistas deste campo sobre o facto de que a avaliação é uma área ainda em construção concetual e metodológica, que precisa consolidar-se no plano epistemológico, teórico e metodológico (Novaes, 2000)..

Analisando as diversas definições encontradas na literatura internacional, referentes à avaliação de programas e políticas sociais e educacionais, podemos observar um consenso entre os maiores estudiosos sobre alguns aspetos que fundamentam o processo de avaliação. Pelo menos três elementos aproximam a maioria das definições apresentadas: a) a avaliação surge no sentido de formular juízos sobre o valor ou mérito de uma intervenção que visa modificar a realidade social das comunidades; b) é colocada ênfase na sistematicidade e rigorosidade dos procedimentos de recolha de dados que suportam o julgamento do mérito e valor das ações; c) confere-se destaque à avaliação como ferramenta indispensável para a tomada de decisões, já que oferece aos gestores todas as informações necessárias para aprimorar o processo de planeamento e de gestão dos programas, serviços e políticas.

3. Breve histórico da avaliação

Como já foi apontado, a avaliação no sentido de julgar o valor das ações com o propósito de melhorá-las é tão antiga quanto a consciência humana. Porém, a avaliação tal

como a conhecemos hoje começou a desenvolver-se com a revolução científica registada nos séculos XVI e XVII, na qual estabeleceu uma distinção entre factos e valores. A ciência era assim responsável por recolher e utilizar factos e não por julgar valores. A divisão do ato de recolha de informação do ato de julgar essa informação representou a base do desenvolvimento da avaliação entendida como atividade sistemática. Porém, a avaliação só se tornou uma atividade especializada logo após a Segunda Guerra Mundial. Sucessivamente, alguns avaliadores têm desafiado a separação entre o ato de recolher fatos, tradicionalmente da responsabilidade dos avaliadores, e o ato de avaliar (de formular juízos), uma função dos que solicitaram/contrataram o estudo (*users* ou utilizadores dos resultados da avaliação). Como observa Øvretveit (1998), hoje em dia há uma interação entre esses dois atores distintos.

A avaliação de programas sociais, embora iniciada nos EUA, no início do século XX, entre a primeira e a segunda guerra mundial, no campo da educação, somente a partir dos anos 60 foi desenvolvida em larga escala no âmbito do processo de reforma da *Great Society* e da luta contra a pobreza lançada pelos governos de Kennedy e Johnson (Moro, 2009). De facto, neste período, os governos dos EUA investiram enormes recursos para combater o desemprego, a delinquência, a degradação das áreas urbanas e para oferecer serviços públicos na área da saúde e da educação. As expectativas acerca das mudanças sociais provocadas por tais programas levaram o governo a financiar uma série de estudos avaliativos para verificar a efetividade do investimento e, ao mesmo tempo, para introduzir uma mais eficiente distribuição dos recursos. No mesmo período, outros países, tais como Canadá, Suécia e Alemanha do Oeste, compartilharam estas primeiras experiências de análise e de avaliação.

Neste prisma, desenvolveu-se também a avaliação das políticas públicas, em particular no campo da saúde e da assistência social, com a colaboração dos cientistas sociais e de outras unidades académicas. Nesta primeira fase, os avaliadores adotaram abordagens experimentais ou quase-experimentais para aferir os resultados das políticas e dos programas implementados. Naqueles anos, Campbell e Stanley (1966), pioneiros da avaliação de programas sociais, propuseram estudos avaliativos sobre as inovações geradas por tais programas utilizando métodos quase-experimentais que adotavam princípios e condições experimentais sem a randomização e o controle. Entretanto, a partir de 1970, a perspetiva construtivista entrou em conflito com a perspetiva positivista-experimental, propondo a análise qualitativa e o envolvimento dos atores. Nesse contexto, Stake (1980) propôs a avaliação responsável (*responsive*) e Guba e Lincoln (1989) a avaliação

naturalística (*naturalistic*). Patton (1986) tentou domar este conflito metodológico, o qual definiu, aliás, como “dragão metodológico”, propondo o paradigma da escolha (*paradigme of choice*) como estratégia de intermediação entre as duas perspetivas conflitantes. Sucessivamente, durante os anos de 1980 e 1990, outros autores tentaram resolver esta oposição metodológica introduzindo abordagens multimétodos (Greene e Caracelli, 1997).

No início dos anos 1980, a crise petrolífera e a sucessiva grande crise económica dos países ocidentais reduziu a expansão das políticas públicas, colocando em primeiro plano a necessidade de dar prioridade à redução do défice público. Neste contexto, emergiu uma mudança no papel do estado, teorizada pela *New Public Management* e aplicada em Austrália, Nova Zelanda e alguns países europeus, cuja responsabilidade não era mais a de executar, mas a de liderar e orientar. Assim, mudou a finalidade da avaliação que, a partir daquele momento, se tornou um instrumento para racionalizar a despesa pública dos Estados e para nortear os governos e os ministérios na contenção dos gastos (Moro, 2009). De facto, o aumento da pressão sobre os escassos recursos destinados aos programas sociais tem estimulado um crescente interesse pela avaliação económica e pelas diferentes técnicas que permitem aferir a eficiência dos programas e serviços sociais. Neste âmbito, os economistas desenvolveram métodos para a análise de custos e benefícios dos programas públicos. Assim, o número e o tipo de atividades de avaliação e monitoramento aumentaram consideravelmente durante os anos de 1980, por forma a responder a diferentes propósitos: i) respaldar as exigências dos governos no controlo dos gastos; ii) incrementar a responsabilidades dos gestores (*accountability*) e iii) obter maiores informações sobre o impacto das novas tecnologias (Øvretveit, 1998). Porém, as abordagens dos economistas revelaram-se insuficientes para dar conta da complexidade das dimensões não económicas da avaliação de programas e serviços sociais (saúde, educação, assistência social, etc.).

Nos anos de 1990, a avaliação difundiu-se em todos os países da Europa como resultado do impulso fundamental e da pressão exercida pela União Europeia (Fundos Estruturais e Fundos de Desenvolvimento Regional), que implicaram uma grande mobilização de recursos financeiros e humanos e exigiram o monitoramento e a avaliação dos seus resultados.

Nesse período, cresceu também a preocupação pelos aspetos metodológicos da avaliação e a sensibilidade para promover uma perspetiva de avaliação interdisciplinar. As abordagens qualitativas começaram assim a ocupar um espaço mais relevante e tornaram-se métodos imprescindíveis para a avaliação de políticas públicas e serviços sociais, de saúde

e de educação. Neste prisma, o pluralismo metodológico baseado numa conceção integrada e multidisciplinar assumiu crescente importância entre os estudiosos e os avaliadores profissionais.

4. Pressupostos teóricos e metodológicos da avaliação

A avaliação é uma área de conhecimento ainda jovem, o que justifica uma maior existência de descondições e desacordos entre as abordagens dos diferentes estudiosos e avaliadores. No entanto, apesar da discordância e dos desentendimentos entre as diferentes escolas e perspectivas sobre a avaliação, nos últimos anos, a reflexão conceitual e metodológica tende a convergir sobre alguns denominadores comuns fundamentados em abordagens mais pragmáticas e menos ideológicas. Analisando a literatura científica mais relevante sobre esta matéria (Glasser, 1972; Cronbach, 1996; Guba e Lincoln, 1989; Scriven, 1991; Cohen e Franco, 1994; Aguilar e Ander Egg, 1995; Stake, 1996; Madaus *et al.*, 1996; Stufflebeam, 1996; Patton, 1997; Chelimsky e Shadish, 1997; Øvretveit, 1998; Weiss, 1998; Rossi *et al.*, 1999; Hartz, 1999; Novaes, 2000; Bezzi, 2003), identificam-se três questões-chave que permeiam as diversas definições sobre a avaliação: 1) atenção conferida às questões metodológicas; 2) preocupação com a finalidade e utilidade da avaliação e com a necessidade de aumentar o seu valor de uso no âmbito dos processos de tomada de decisões; 3) reconhecimento do pluralismo de valores e da importância de incluir diversas perspectivas e grupos de interesses no processo avaliativo. A seguir, identificam-se e analisam-se os três pressupostos que deveriam nortear as avaliações de programas e políticas públicas.

Em relação à tónica nas questões metodológicas, a avaliação caracteriza-se como um campo que utiliza uma ampla gama de ferramentas das ciências sociais (tanto quantitativas como qualitativas) para analisar programas sociais. Nesse sentido, utiliza os mesmos métodos e técnicas geralmente adotadas pela investigação social e apresenta a mesma “rigoridade” e “debilidade”. Porém, como apontam vários autores, a avaliação é mais problemática que a investigação social, pois não pretende somente compreender a ação social, visando, também, formular um juízo (Glasser, 1972). Para Bezzi (2003: 29), aliás, a avaliação é “um conjunto de atividades que permite expressar um juízo argumentado” sobre políticas e programas e a “argumentação” representa o alicerce sobre o qual é preciso construir um processo de avaliação sistemático, profissional e não-

improvisado ou informal. Argumentar significa, portanto, apresentar todos os elementos a partir dos quais se formulam os juízos, assim como os procedimentos metodológicos através dos quais aqueles elementos foram analisados e interpretados. Nesse sentido, a pesquisa avaliativa torna-se o coração da avaliação.

Ainda em relação à questão metodológica, cabe assinalar que a tradicional polarização entre as diversas abordagens e métodos de aproximação da realidade (construtivismo *versus* realismo, estrutura *versus* sujeito e qualitativo *versus* quantitativo) tem vindo a assumir posições e tons menos radicais (Minayo e Sanches, 1993; Patton, 1999; Serapioni, 2000; Hartz, 2008). Hoje em dia, a literatura sobre métodos de investigação e de avaliação já não é mais caracterizada pela aspereza e pelo estridente conflito entre as duas perspetivas de análise, tal como aconteceu no passado. No âmbito da sociologia, por exemplo, regista-se um crescente reconhecimento de que a distinção entre qualitativo e quantitativo veio gerar uma rutura desnecessária. Para Santos (2003: 26), a sociologia preocupa-se em demasia “com discussões teóricas estêreis como, por exemplo, a relação entre estrutura e ação ou entre a análise macro e a análise micro”. Para o autor, a “verdadeira distinção e relação fundamental a fazer era entre ação conformista e ação rebelde”. Também o sociólogo italiano Ardigò (1988: 288) põe em primeiro plano o “ambivalente ponto de vista do observador científico” ao privilegiar, quer o sistema em prejuízo da pessoa, quer a pessoa sem se preocupar com os aspetos sistémicos. É portanto criticável, observa o autor, tanto a interpretação da vida social baseada exclusivamente nas categorias relativas ao mundo da vida como a análise ‘funcionalista’ que enfatiza somente o sistema social ignorando os “limites do processo de objetivação” (Ardigò, 1988: 288). Nesta mesma linha, são igualmente esclarecedoras as afirmações de Beck (2000: 326): “(...) não se deve jurar lealdade a qualquer determinado ponto de vista ou perspetiva teórica. A decisão de adotar uma abordagem realista ou construtivista, tem para mim mais um aspeto pragmático, o facto de escolher os meios adequados para atingir o objetivo pretendido”.

Gradualmente, foi emergindo o consenso de que o grande desafio é combinar, de forma apropriada, os métodos, as perguntas e as questões empíricas e não defender uma única abordagem metodológica para todos os problemas. Nesse prisma, Patton propõe um paradigma – que ele define como “*paradigm of choice*” – que deve dispor de um amplo repertório de métodos e de técnicas a serem utilizadas na variedade dos problemas. Esse paradigma, acrescenta o autor, reconhece que diferentes métodos são apropriados para diversas situações e propósitos de avaliação (Patton, 1997: 297). Há, portanto, um consenso

(construtivismo *versus* realismo, estrutura *versus* sujeito e qualitativo *versus* quantitativo) tem vindo a assumir posições e tons menos radicais (Minayo e Sanches, 1993; Patton, 1999; Serapioni, 2000; Hartz, 2008). Hoje em dia, a literatura sobre métodos de investigação e de avaliação já não é mais caracterizada pela aspereza e pelo estridente conflito entre as duas perspetivas de análise, tal como aconteceu no passado. No âmbito da sociologia, por exemplo, regista-se um crescente reconhecimento de que a distinção entre qualitativo e quantitativo veio gerar uma rutura desnecessária. Para Santos (2003: 26), a sociologia preocupa-se em demasia “com discussões teóricas estereis como, por exemplo, a relação entre estrutura e ação ou entre a análise macro e a análise micro”. Para o autor, a “verdadeira distinção e relação fundamental a fazer era entre ação conformista e ação rebelde”. Também o sociólogo italiano Ardigò (1988: 288) põe em primeiro plano o “ambivalente ponto de vista do observador científico” ao privilegiar, quer o sistema em prejuízo da pessoa, quer a pessoa sem se preocupar com os aspetos sistémicos. É portanto criticável, observa o autor, tanto a interpretação da vida social baseada exclusivamente nas categorias relativas ao mundo da vida como a análise ‘funcionalista’ que enfatiza somente o sistema social ignorando os “limites do processo de objetivação” (Ardigò, 1988: 288). Nesta mesma linha, são igualmente esclarecedoras as afirmações de Beck (2000: 326): “(...) não se deve jurar lealdade a qualquer determinado ponto de vista ou perspetiva teórica. A decisão de adotar uma abordagem realista ou construtivista, tem para mim mais um aspeto pragmático, o facto de escolher os meios adequados para atingir o objetivo pretendido”.

Gradualmente, foi emergindo o consenso de que o grande desafio é combinar, de forma apropriada, os métodos, as perguntas e as questões empíricas e não defender uma única abordagem metodológica para todos os problemas. Nesse prisma, Patton propõe um paradigma – que ele define como “*paradigm of choice*” – que deve dispor de um amplo repertório de métodos e de técnicas a serem utilizadas na variedade dos problemas. Esse paradigma, acrescenta o autor, reconhece que diferentes métodos são apropriados para diversas situações e propósitos de avaliação (Patton, 1997: 297). Há, portanto, um consenso sobre a importância de adotar uma pluralidade metodológica para responder às diversas questões colocadas pelos processos de avaliação e pelas necessidades dos diferentes atores neles envolvidos.

No que diz respeito à preocupação pela utilidade dos resultados, as diferentes definições analisadas enfatizam que a avaliação não deve ser considerada como uma atividade separada do processo de tomada de decisões. Nesse sentido, Stufflebeam

(1996:118) afirma que o mais importante propósito da avaliação “não é provar, mas melhorar” (*is not to prove but to improve*). Trata-se de uma ferramenta para aprimorar os programas com vista a responder às necessidades dos beneficiários. Ela nasce num contexto específico – o contexto decisional ou gerencial – que justifica e explica a necessidade de um processo cognitivo (a avaliação) voltado para a redução da “complexidade” (Bezzi, 2003) e da “incerteza” (Weiss, 1998). Como afirmam Aguilar e Ander-Egg (1995:132), não se avalia por interesses académicos ou por curiosidade intelectual, mas a partir de um claro sentido utilitário e prático. A pesquisa avaliativa deve ser efetuada para que seus resultados e recomendações sejam realmente aplicados. Entretanto, todas as experiências de avaliação realizadas nos EUA, a partir dos de 1960, demonstraram uma escassa capacidade de influência sobre as decisões e os programas sociais do governo. Essa constatação levou Patton (1997) a escrever um livro específico sobre o assunto: *Utilization-Focused Evaluation* (Avaliação Focada na Utilização), no qual argumenta que “os resultados das avaliações deveriam ser julgados pela sua utilidade” (Patton, 1997: 20). O autor recomenda que os avaliadores mantenham uma estreita relação com os promotores e financiadores da avaliação no sentido de os ajudar a identificar os pontos críticos do programa ou serviço e assim escolher o tipo de avaliação de que eles necessitam.

Na mesma linha se inserem algumas experiências internacionais que visam identificar a melhor forma de transferir os resultados dos estudos académicos para as políticas públicas e para a organização dos serviços. Neste contexto é interessante a experiência canadense dos coletivos de pesquisa (*research collective*) que desenvolvem atividades de interação e de intercâmbio entre investigadores e decisores políticos como estratégias promissoras para aumentar a possibilidade aplicar de os resultados das avaliações na gestão e a formulação de políticas (Pineault *et al.*, 2007; Brousselle *et al.*, 2009).

Em relação ao reconhecimento do pluralismo de valores, é importante analisar o modelo de avaliação proposto por Guba e Lincoln (1989), no famoso livro *Fourth Generation Evaluation* (Avaliação da quarta geração), que visa valorizar as demandas, as preocupações e os assuntos postos pelos diversos atores e grupos de interesses. Para os autores, é a interação constante entre avaliador e implicados que cria o produto da avaliação através da adoção da abordagem hermenêutico-dialética. Esse modelo que os autores denominam *responsive constructivist evaluation* (avaliação responsável e construtivista) pretende superar os limites das anteriores gerações sobre processos de avaliação, mais precisamente, i) o excessivo poder dos gestores no processo avaliativo, ii) a incapacidade

de aceitar e conciliar o pluralismo de valores e iii) o excessivo envolvimento com o paradigma científico de tipo positivista. Com a designação de *responsive*, os autores visam delinear, a partir das elaborações de Stake (1996), uma maneira diferente de abordar a avaliação, ou seja, focando-a num processo interativo, participativo e negociado que envolve todos os sujeitos, incluindo: a) as pessoas empenhadas na produção, no uso e na implementação da avaliação; b) os beneficiários do processo avaliativo; e c) as ‘vítimas’, ou seja, as pessoas que podem ser prejudicadas ou afetadas negativamente por esse processo (Guba e Lincoln, 1989: 201). Já com o termo *constructivist*, os autores referem-se a uma metodologia fundamentada no assunto em que a verdade não corresponde a uma realidade objetiva, mas que resulta do consenso entre construtores informados. A realidade, sublinham os autores, é assim uma construção social, podendo existir tantas construções quantas são as pessoas envolvidas.

5. Abordagens à avaliação

Como já foi observado na introdução deste artigo, existem muitas perspetivas e escolas de avaliação que promovem um intenso debate sobre os temas centrais e fundamentos da avaliação. Nesta secção apresentamos os principais modelos de avaliação desenvolvidos nos últimos 50 anos e a contribuição teórica e metodológica dos mais reconhecidos estudiosos sector desta matéria. Para esse fim, adotaremos a tipologia de Nicoletta Stame (2001), que tem reclassificado os modelos de avaliação em três grandes famílias ou abordagens: i) positivista-experimental; ii) pragmatista-da qualidade; iii) construtivista. Importa realçar que a autora prefere utilizar o termo ‘abordagem’ em vez de ‘paradigma’ por duas razões: a) “uma abordagem é um conjunto de modelos diferentes, portanto, apresenta fronteiras menos rígidas dos paradigmas”; b) “as abordagens coexistem, enquanto os paradigmas – pelo menos na definição de Kuhn (2006) – substituem-se um ao outro no curso das revoluções científicas” (Stame, 2001: 25).

5.1. Abordagem positivista-experimental

Desenvolve-se nos anos em que iniciaram os estudos avaliativos das políticas públicas dirigidas ao combate da pobreza nos EUA. Entre os principais autores que trabalharam nesta perspetiva Stame (2007:26) inclui Hyman, Suchman e Weiss com seus primeiros trabalhos, Campbell, o teórico da experimentação, e os autores mais ecléticos,

como Rossi, Freeman e Lipsey e Chen. De acordo com esta abordagem, a tarefa principal da avaliação é mensurar os efeitos de um programa, o que implica a capacidade de definir com precisão os seus objetivos e estabelecer os indicadores aptos para efetuar tais mensurações. Para superar as dificuldades advindas da não clareza dos objetivos, foi introduzida a distinção entre finalidades (*goals*) ou as aspirações não quantificáveis e os objetivos (*objectives*), ou seja, as metas a serem alcançadas e mensuradas através dos indicadores (Rossi *et al.*, 1999: 94). Esta abordagem recorre a desenhos experimentais ou quase-experimentais, a técnicas de pesquisa quantitativas e a avaliadores externos ao programa para atender ao requisito da objetividade na avaliação. O foco desta abordagem é a avaliação *ex-post* (ou somativa), sem a mínima preocupação em analisar o processo de implementação do programa (avaliação formativa). De facto, um dos maiores limites deste modelo é a própria dificuldade em aceder à “caixa preta” do programa, ou seja, compreender o seu funcionamento e os mecanismos intermediários que relacionam as causas com os efeitos esperados (Moro 2009: 48). Sucessivamente, esta rígida posição inicial evoluiu, reconhecendo que um programa pode ser implementado diferentemente do seu desenho inicial, ser gerenciado de forma ineficaz ou ficar comprometido por ingerência política (Rossi *et al.*, 1999). Assim, foram desenvolvidas diversas técnicas de monitoramento e de aferição intermediária dos resultados. Outro limite deste modelo é sua incapacidade de identificar os mecanismos que promovem a mudança. Para superar estas limitações, várias vozes críticas se levantaram (incluindo a partir da própria abordagem experimental) contra a centralidade da metodologia e em favor de uma maior consideração da teoria (Stame (2007). Esta perspectiva – definida como ‘avaliação orientada pela teoria’ (*theory-driven evaluation*) (Chen (1990, *apud* Stame, 2001) – afirma que a tarefa da avaliação é a de explicar por que um programa deveria funcionar como planeado e esclarecer, portanto, a teoria que o fundamenta.

5.2. Abordagem pragmatista da qualidade

Contrariamente à abordagem experimental, em que o critério de avaliação é o alcance dos objetivos, esta abordagem – “nascida em ambiente ‘pragmatista’ em oposição ao positivismo” (Stame, 2001: 29) – pretende avaliar os programas com base nos valores que podem ser internos ou externos ao mesmo. Neste sentido, enfatiza Moro (2009: 55), não deve ser o programa a “estabelecer *a priori* a validade de um objetivo”, mas deve ser o resultado de uma pesquisa avaliativa. Para Michel Scriven (1991), considerado o fundador desta abordagem, a avaliação deve ser livre dos objetivos (*goal free evaluation*). A

perspetiva orientada para os objetivos, comenta Stame (2001:29), poderia representar “um alibi para uma pretensa neutralidade de valores do avaliador”. O avaliador não deve portanto deixar-se influenciar pelos objetivos, mas deve basear-se nos seus valores e competências.

Scriven (1991) desagrega o juízo de valor em duas dimensões: i) mérito (*merit*) ou valor intrínseco de uma atividade, mensurado com padrões de qualidade específicos para aquela atividade; ii) valor extrínseco (*worth*) de uma intervenção que responde às necessidades dos beneficiários que vivem naquele contexto.

Este modelo é adequado para avaliar a efetividade e a eficiência de serviços que desenvolvem regularmente as suas atividades em resposta às necessidades da população. De facto, os princípios deste modelo encontram-se incorporados em todas as estratégias de avaliação das instituições que se inspiram na Gestão da Qualidade e na Melhoria Contínua da Qualidade. Nesse sentido, a qualidade torna-se a propriedade positiva a ser levantada. Entretanto, sendo a qualidade um conceito polissémico e multidimensional (Serapioni, 2009), é preciso desagregá-la em diferentes dimensões e identificar indicadores e padrões que nos informem sobre os níveis de alcance da qualidade. Trata-se do processo que Scriven (1995) define como ‘lógica da avaliação’. Uma vez estabelecidos os padrões de qualidade de um determinado serviço social, a equipe de avaliação é responsável por: i) mensurar o desempenho (*performance*) do serviço; ii) compará-lo com os padrões estabelecidos na fase da programação; iii) expressar um juízo sobre as variações identificadas. Para este tipo de atividade, os avaliadores podem recorrer ao juízo de especialistas (*experts*), mas podem também envolver especialistas leigos ou os mesmos beneficiários (Stame, 2001).

No campo da saúde, Donadedian (1980) sugere desagregar a qualidade nas três grandes categorias que compõem um serviço de saúde: estrutura, processo e resultado.

5.3. Abordagem construtivista

Trata-se de um conjunto de modelos de avaliação que partilham algumas características comuns, nomeadamente a de valorizar a contribuição dos diferentes atores e a importância atribuída à fase de implementação de um programa. O interesse dos avaliadores é observar o desenvolvimento das intervenções, mais do que aferir o alcance dos objetivos ou dos padrões previamente estabelecidos. Nesse sentido, são considerados também os efeitos positivos ou negativos inesperados (Moro, 2009). Esta abordagem inclui diferentes modelos de avaliação: a ‘Avaliação da quarta geração’, de Egon C. Guba e

Yvonne S. Lincoln (1989); a ‘Avaliação focada na utilização’, de Michael Q. Patton (1997); a ‘Avaliação como processo social e político’, de Lee J. Cronbach (1996); a ‘Avaliação sensível’ (*Responsive evaluation*), de Robert E. Stake (2007) e a ‘Avaliação para o empoderamento’ (*Empowerment Evaluation*), de David M. Fetterman (1994).

Relativamente a avaliação da quarta geração, trata-se, na opinião de Guba e Lincoln (1989), de um espaço democrático e dialético onde os sujeitos podem interagir e participar livremente no processo deliberativo, apresentando os seus próprios pontos de vista e reivindicações. O avaliador participa, junto com os outros atores, na construção do consenso, desempenhando o difícil papel de mediador, o que requer capacidades e habilidades de negociação (Guba e Lincoln, 1989). De facto, nesse processo de negociação, como advertem Aguilar e Ander Egg (1995: 90), “é preciso conciliar ou compatibilizar as demandas de todos os atores implicados, com as exigências do método científico”.

A avaliação focada na utilização atribui muita importância ao contexto político e organizativo em que são tomadas as decisões. Para Patton (1997), os que encomendaram a avaliação são mais motivados e propensos a aplicar as recomendações do estudo se forem envolvidos nas diferentes etapas da avaliação e se forem considerados atores principais desse processo. Para isso é importante que o avaliador prepare o terreno para que os resultados da avaliação sejam implementados. O envolvimento desses atores, enfatiza Patton (1998: 226), tem um impacto positivo porque ajuda os decisores a adotar a perspetiva dos avaliadores e a “aprender a pensar avaliativamente” (*to learn to think evaluatively*).

Para Cronbach (1996) – teórico da relação entre avaliação e política – os avaliadores devem atentamente considerar a influência que o contexto político exerce nos programas sociais. Neste prisma, Cronbach (1996: 405) salienta que a verdadeira missão da avaliação não é a de eliminar a possibilidade de erros dos decisores políticos, mas a de “facilitar o processo democrático e pluralista, contribuindo para a sensibilização de todos os participantes”.

A ‘avaliação sensível’ aos valores dos *stakeholders*, desenvolvida por Stake (2007), estuda em profundidade casos específicos, adotando diversas estratégias avaliativas em cada caso. O mesmo programa, acrescenta o autor, desenvolve-se de forma diferente nas diversas situações. Na visão de Stake (2007:162), a avaliação sensível “sacrifica um certo rigor das medições em troca de uma maior utilidade dos resultados”.

Finalmente, a ‘avaliação para o empoderamento’, cujos objetivos, de acordo com Fetterman (1997:382), remetem para o uso de conceitos e técnicas da avaliação para

“fomentar o melhoramento e a autodeterminação” e “ajudar as pessoas a ajudarem-se a si mesmas e a aperfeiçoar os seus programas”. Os avaliadores, atuando como facilitadores, ensinam as pessoas a conduzir uma avaliação dos próprios programas para que possam tornar-se autossuficientes (Fetterman, 1994). A par de outras tipologias incluídas na abordagem construtivista, este modelo enfatiza o seu valor educativo.

5.4. Modelos mistos e pluralismo

Ao equiparar as diferentes abordagens, sem reconhecer qualquer primazia a uma delas, optou-se claramente por favorecer aquelas que geralmente são consideradas mais débeis. Faz-se aqui referência não tanto à abordagem pragmática da qualidade, que é bastante utilizada nas avaliações dos serviços sócio assistenciais, educativos, de saúde e, no geral, no setor dos serviços públicos, mas à abordagem construtivista que continua a ser considerada menos importante que a abordagem positivista-experimental. Esta última, de facto, ainda é preferida tanto por promotores e financiadores de avaliações que querem alcançar dados “objetivos”, como por avaliadores formados nos pressupostos conceituais e metodológicos desta abordagem.

Após ter diferenciado as três abordagens à avaliação e ter realçado as suas características, a lógica e a coerência interna de cada uma delas, torna-se agora preciso gerenciar a complexidade decorrente desta distinção epistemológica e metodológica. Neste sentido, advoga-se a necessidade de tirar proveito da variedade de abordagens, combinando métodos e ferramentas teóricas de diferentes origens. Tal acontece espontaneamente ao formular projetos de avaliação que combinam a análise de impacto, questionários de satisfação dos utentes e entrevistas com informadores privilegiados. Importa, todavia, realçar que tais estratégias metodológicas não devem ser consideradas intercambiáveis, devendo ser trazidas de volta à lógica que as sustentam.

Cada vez mais, estes arranjos e combinações têm-se tornado questão central de debate, conceitualizada na ideia de pluralismo de abordagens na avaliação. Entre as várias formas de pluralismo possíveis, as vertentes mais interessantes e promissoras são as dos métodos mistos e a da contaminação entre diversas abordagens, as quais têm apresentado interessantes desenvolvimentos teóricos. A ideia dos métodos mistos nasce da observação das vantagens e desvantagens de cada um deles e advoga a complementaridade metodológica, ou seja assente na triangulação de métodos, seja qual é aceite tanto pelos experimentalistas, como Campbell e Russo (1999), como pelos construtivistas, como Greene e Caracelli (1997). Neste prisma, importa assinalar a difusão de métodos de

avaliação participativa, entendida não somente como estratégia de empoderamento dos diferentes *stakeholders* e beneficiários, mas também como estratégia para reforçar o alcance dos próprios programas. Contudo, a estratégia mais promissora ainda é, sem dúvida, essa da contaminação entre diversas abordagens, utilizando e combinando diversos aspetos de cada uma das abordagens e que poderia levar a desenvolvimentos fecundos (Stame, 2001).

Nesse sentido, a seguir serão apresentados dois modelos teóricos - a ‘Avaliação baseada na teoria’ e a ‘Avaliação realista’ - que Stame (2001: 40) considera serem o resultado da contaminação entre as abordagens acima apresentadas e, em particular, da “contaminação entre a abordagem positivista e construtivista”. Nestes modelos, o pluralismo não consiste somente na utilização de métodos advindos de diferentes perspetivas (experimentais, participativos, quantitativos ou qualitativos), mas na convicção de que em cada situação deve ser identificada a forma mais específica - entre uma multiplicidade de possíveis alternativas - através da qual pode operar um programa.

a) Avaliação baseada na teoria

Este tipo de avaliação, desenvolvido por Carol Weiss (1997), aponta para a necessidade de compreender os pressupostos teóricos do programa para se poder aferir a sua efetividade. De facto, a avaliação deve responder não somente à pergunta “O programa funciona?”, mas a questões como “o que o faz funcionar?”, “porque teve êxito?” e “como pode funcionar melhor?”. Conhecer exclusivamente os resultados não é suficiente para “aprimorar o programa ou para revisar uma política”. A avaliação, acrescenta a autora, deve “entrar na caixa negra” do programa. Na opinião de Stame (2001: 41), Carol Weiss “contamina uma abordagem positivista centrada na ideia de causalidade com uma abordagem construtivista, atenta à forma em que os atores reagem ao programa e o interpretam”. A avaliação baseada na teoria é desdobrada em duas dimensões: i) a teoria da implementação, que analisa a forma como são realizadas as atividades do programa, pressupondo que, se realizadas com qualidade e de acordo com o plano inicial, os resultados desejados serão atingidos; ii) a teoria do programa, que se concentra nos mecanismos que intervêm entre a prestação das atividades do programa e o alcance dos resultados. Por outras palavras, a teoria do programa ocupa-se dos mecanismos que intermediam processos e resultados. O mecanismo da mudança – enfatiza Weiss (1997: 46) – não é constituído pelas atividades do programa em si, mas pela resposta que tais atividades geram.

b) Avaliação realista

Este modelo desenvolvido por Pawson e Tilly (1997) critica a “causalidade sequencial” da abordagem positivista - segundo a qual o resultado é obtido após uma determinada intervenção - e propõe o conceito de “causalidade generativa”, que busca compreender como aquela intervenção obteve aquele resultado. Neste prisma, os autores deslocam o foco da avaliação da efetividade de um programa para a necessidade de compreender o que, deste programa, precisamente, possibilita o seu funcionamento. De acordo com Pawson (2002: 342), não são os programas que funcionam, mas os “recursos que eles oferecem para habilitar os sujeitos a fazê-los funcionar”. Este processo sobre como os sujeitos interpretam as estratégias do programa é designado pelo autor como ‘mecanismo do programa’ e representa o eixo em torno ao qual gira a avaliação realista. Na perspectiva realista, a avaliação deve, portanto, responder às seguintes perguntas: quais são os mecanismos de mudança desencadeados pelo programa? Por que em alguns contextos alguns mecanismos funcionam e outros não? Por que o mesmo programa gera resultados diversos em contextos diferentes? Partindo dos pressupostos acima mencionados, o modelo realista articula o processo de avaliação em três elementos essenciais: os mecanismos, o contexto e os resultados. Na análise de Pawson e Tilley (1997) são claramente identificáveis as influências do construtivismo quando reconhecem que em cada contexto são possíveis diversos mecanismos. Nesse sentido, a avaliação realista consiste na compreensão do contexto (as pessoas, os processos, as instituições) e dos mecanismos que podem funcionar nesse determinado contexto. Esta atividade certamente não é preordenada – como na abordagem positivista. Finalizando, este modelo reconhece a importância da relação entre o avaliador e os *stakeholders*, embora o avaliador mantenha o seu papel de cientista social, contrariamente aos outros modelos construtivistas.

Conclusão

A prática da avaliação tem vindo a assumir peso e visibilidade crescentes a nível internacional, disseminando-se, cada vez mais, entre os países do sul da Europa, graças ao impulso de vários fatores convergentes que a têm tornado cada vez mais independente das disciplinas académicas e das áreas profissionais em que surgiu. A avaliação representa uma fase importantíssima do ciclo político e é imprescindível para apreciar os programas e as políticas públicas implementadas, os efeitos desejados e indesejados e para monitorar o desenvolvimento e a adaptação constante da ação pública. Além destas importantes

funções, a avaliação representa, como realçado por vários autores citados ao longo deste artigo, um pilar central a favor da governação e da democracia na sociedade pós-moderna, sendo que cada avaliação, como afirma Patton (2002: 127), – “é uma oportunidade para fortalecer a democracia, ensinando as pessoas a pensar avaliativamente”. A avaliação, como acrescenta Chelimsky (1997), permite beneficiar aqueles que tomam decisões sobre as políticas públicas, e isso, por seu lado, beneficia os cidadãos que têm de lidar com essas decisões e suas consequências.

Neste artigo foram analisados vários aspetos referentes ao processo de avaliação: o seu papel e os seus diversos usos, os pressupostos teórico-metodológicos, as suas abordagens, assim como a situação atual da temática a nível internacional. Com o intuito de reiterar a importância da avaliação no que toca à sua capacidade de retroalimentar o ciclo das políticas públicas, como a sua proeminência no campo das ciências sociais e políticas, finaliza-se esta análise apresentando alguns pontos de tensão persistentes nas discussões sobre esta matéria. A primeira questão refere-se ao debate quantitativo-qualitativo que tem contribuído para o reconhecimento dos métodos qualitativos, tais como estudos de caso e observação participante, hoje parte integrante do repertório dos avaliadores. A continuação deste debate, porém, desvia muita da energia intelectual das questões mais urgentes e dos desafios que esta questão coloca, considerando-se, por isso, urgente sair dessa “zona de conflito”. Outro ponto controverso diz respeito à forma como os resultados das avaliações devem ser utilizados. Nos anos de 1970, muitos avaliadores acreditavam que os seus resultados podiam retroalimentar os processos de tomada de decisões. Porém, a experiência ensinou que as decisões não são tão facilmente tomadas no mundo da política. Tais resultados empíricos levaram assim a reconhecer que o uso instrumental (*instrumental perspective*) da avaliação é raro e que o tipo de uso mais difuso da avaliação é chamado de “iluminação” ou de “esclarecimento” (*enlightenment perspective*), cujos resultados podem mudar a maneira como as questões sociais e os programas são enquadrados e a forma como os *stakeholders* pensam acerca de problemas e soluções (Cook, 1997). Mas será que os financiadores e promotores se contentam apenas com a função de esclarecimento não exigindo também uma avaliação que se retroalimente dos processos de decisão?

Importa, por fim, assinalar o debate referente ao papel do avaliador, que varia de acordo com a perspetiva sobre a avaliação que é adotada. Na perspetiva orientada para o desenvolvimento institucional (*Development perspective*), a avaliação é considerada uma ferramenta flexível que visa aprimorar o desempenho das instituições e promover a mudança organizacional. De acordo com esta perspetiva, o avaliador torna-se “parceiro”

(*partner*) ou “amigo crítico” (*critical friend*), segundo Fetterman (1994), mas também desenvolve funções de advocacia, segundo Stake (2007), podendo ainda ser encarado como facilitador, de acordo com a proposta de Guba e Lincoln (1989). Já na perspetiva da avaliação orientada para a análise da eficiência e da efetividade (*accountability perspective*), o avaliador deve manter a independência e uma certa distância para poder aferir de forma objetiva o valor ou mérito do programa (Scriven, 1995). Hoje em dia, contudo, esta visão sobre o papel do avaliador é objeto de várias críticas.

Referências bibliográficas

- Aguilar, M.J., Ander-Egg, E. (1995), *Avaliação de serviços e programas sociais*. Petrópolis, Editora Vozes.
- Beck, U. (2000), *La società del rischio*, Roma, Carocci.
- Bezzi, C. (2003), *Il disegno della ricerca valutativa*. Milão: Angeli.
- Brousselle, A.; Contandriopulos, D; Lemire, M (2009), “Using Logic Analysis to Evaluate Knowledge Transfer Initiatives: The case of the research collective on the organization of Primary Health Care”, *Evaluation*,15, pp. 165-183
- Campbell D.; Russo J. (1999), *Social experimentation*, Thousand Oaks: Sage Publications.
- Campbell, D.; Stanley, J. (1966), *Experimental and Quasi-Experimental Design for Research*, Chicago, Rand McNally.
- Cerqueira Prata A.C. (2012), *Metodologia da avaliação das ações sociais*. CEPAL, Comissão Económica para América Latina e o Caribe, Março de 2007; pp. 43. Sito visitado: 20 Fevereiro 2012: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/4/29014/LSBRSR182AnaCarolinaAiresCerqueiraPrata.pdf>
- Chelmsky, E.; Shadish, W. (eds.) (1997), *Evaluation for the 21st century. A handbook*, Thousand Oaks: Sage Publications.
- Cohen, E., Franco, R. (1993), *Avaliação de projetos sociais*, Petrópolis, Vozes.
- Cook, T.D. (1997), Lessons learned in Evaluation over the past 25 years. In; Chelmsky, E.; Shadish, W. (eds.), *Evaluation for the 21st century. A handbook*, Thousand Oaks: Sage Publications.
- Cronbach, L.J. (1996), Ninethy-five theses for reforming program evaluation. In: G.F. Madaus, Scriven M.S., Stufflebean D.L. (Orgs.), *Evaluation models. Viewpoints on educational and human service evaluation*, Boston:Kluwer-Nijhoff, 11^a Edição; pp. 405-412.
- Donabedian, A. (1980), *Exploring in Quality Assessment and Monitoring, Definitions of Quality and Approaches to its Assessment*. Ann Arbor, Health Administration Press, University of Michigan, v.1.
- Faria, C.A.P. (2005), “A política da avaliação de políticas públicas”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20 (59), pp. 97-109.

- Fetterman, D. (1994), “Empowerment evaluation”, *Evaluation Practice*, 1994 15(1), pp. 1-15.
- Fetterman, D. (1997), Empowerment Evaluation and Accreditation in Higher Education. In: Chelimsky E., Shadish W.R. *Evaluation for the 21st Century*. Thousand Oaks, Sage, pp. 381-394.
- Frey, K. (2000), “Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas no Brasil”, *Planejamento e Políticas Públicas*, 21, pp. 211-259.
- Garcia, A.T. (2014), “A implementação de políticas públicas de ambiente – o caso da qualidade da água para consumo humano”, *Análise Social*, 211, XLIX (2.^o), 2014.
- Glasser, P.H. *La ricerca valutativa*. Padova, Fondazione Cancan, 1972.
- Greene, J. E., Caracelli, V. (1997), Advances in mixed-method evaluation: the challenges and benefits of integrating paradigms, *New Direction for Programme Evaluation*, n. 74, San Francisco: Jossey-Bass.
- Guba, E.G.; Lincoln, Y.S. (1981), *Effective evaluation: improving the usefulness of evaluation results through responsive and naturalistic approaches*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Guba, E., Lincoln, Y. (1989), *Fourth Generation Evaluation*. Newbury Park, Sage Publications.
- Hartz, Z.M.A. “Undisciplinary comments from evaluative research in health”, *Ciencia & Saude Coletiva* 2008, 13(6), pp. 1711-1717.
- Hartz, Z.M.A. (1999), “Avaliação dos programas de saúde: perspectivas teórico metodológicas e políticas institucionais”, *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(2), pp. 341-353.
- Howlett, M.; Ramesh, M.; Perl, A. (2009), *Studying Public Policy*, Oxford: Oxford University Press.
- Kuhn T.S. (2006), *A estrutura das revoluções científicas*, São Paulo, Perspectiva, 2006.
- Madaus G.F., Scriven M. e Stufflebeam D.L. (1996), *Evaluation Models. Viewpoints on Educational and Human Services Evaluation*. Dordrecht: Kluwer Nijhoff Publishing, 11^a Edição.
- Minayo, M.C., Sanches, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Caderno de Saúde Pública* 1993, 9 (3), pp. 239-262.
- Moro, G. (2009), *La valutazione delle politiche pubbliche*. Roma: Carrocci.
- Novaes, H.M.D. (2000), “Avaliação de programas, serviços e tecnologias em saúde”, *Revista Saúde Pública*, 34(5), pp. 547-59
- Øvretveit, J (1998), *Evaluating Health Interventions*. Buckingham, Open University Press.
- Palumbo, M. (2001), *Il processo di valutazione. Decidere, programmare, valutare*. Milao, Angeli.
- Patton, M.Q. (1998), “Discovering Process Use”, *Evaluation*, 4(2), pp. 225-233.
- Patton, M.Q. (1999), “Enhancing the quality and credibility of qualitative analyses”, *Health Services Research*, 34, 5, pp. 1189-1208.
- Patton, M.Q. (1997), *Utilization-Focused Evaluation. The new century text*. Thousand Oaks, Sage Publications.

- Pawson, R., Tilley, N. (1997), *An Introduction to Scientific Realist Evaluation*. In: Chelimsky, E. and Shadish, W.R. (eds.), *Evaluation for the 21st Century*, Thousand Oaks, Sage, 1997.
- Pawson, R. (2002), “Evidenced-based Policy: The Promise of ‘Realist Synthesis’”, *Evaluation*, 8(3), pp. 340-358.
- Pineault, R.; Tousignant, P.; Roberrg, D.; Lamarche, P.; Rheinarz, D.; Larouche, D.; Beaulne, G.; Lesage, D. (2007), “Involving decision-makers in producing research-syntheses. The case of Research Collective on Primary Health Care in Quebec”, *Healthcare Policy*, 2,4, pp. 11-17.
- Rossi, P.H.; Freeman, H.E.; Lipsey, M.W. (1999), *Evaluation. A systematic approach*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- Rutman, L. (1984), *Evaluation research methods: a historical guide*, Beverly Hills, Sage Publications.
- Scriven, M. (1995), “The Logic of Evaluation and Evaluation Practice”, *New Directions for Evaluation*, 68, pp. 49-70.
- Scriven, M. (1991), *Evaluation Thesaurus*, Newbury Park, Sage Publications.
- Serapioni, M. (2000), “Métodos qualitativos e quantitativos: algumas estratégias para a integração”, *Ciência & Saúde Coletiva* 2000, (5)1: 187-192.
- Serapioni, M. (2009), “Avaliação da qualidade em saúde. Reflexões teórico-metodológicas para uma abordagem multidimensional”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 85, 65-82.
- Shortell, S.M. (1999), “The Emergence of Qualitative Methods in Health Services Research”, *Health Services Research*, 34(5), pp. 1083-1090.
- Stake, R.E. (1980), Programme evaluation, particularly responsive evaluation. In: W.B. Dockrell & D. Hamilton (eds.), *Rethinking educational research*: London: Hodder & Stoughton.
- Stake, R.E. (1996), Program Evaluation, Particularly Responsive Evaluation. In: G.F. Madaus, Scriven M.S., Stufflebean D.L. (Orgs.), *Evaluation models. Viewpoints on Educational and Human Service Evaluation*, Boston, Kluwer-Nijhoff, 11^a Edição, pp. 287-310.
- Stake, R.E. (2007), La valutazione di programmi, con particolare riferimento alla valutazione sensibile. In Stame N. (org.) *Classici della valutazione*, Milão, Angeli, 2007; pp. 156-177.
- Stame, N. (org.) (2007), *Classici della Valutazione*. Milão, Angeli.
- Stame, N. (2001), Tre approcci principali alla valutazione: distinguere e combinare. In: Palumbo M. (org.) *Il processo di valutazione. Decidere, programmare, valutare*. Milão, Angeli, pp. 21-46.
- Stufflebeam, D.L. (1996), The CIPP Model for Program Evaluation. In: Madaus, G.F., Scriven, M. e Stufflebeam, D.L. (eds.), *Evaluation Models. Viewpoints on Educational and Human Services Evaluation*. Dordrecht, Kluwer Nijhoff Publishing, 11^a Edição, 1996.
- Trevisan, A.P.; van Bellen, H.M. (2008), “Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção”, *Revista de Administração Pública*, 42 (3), pp. 529-550.
- Weiss, C.H. (1997), “Theory-Based Evaluation: Past, Present, and Future”, *New Directions for Evaluations*, 76, pp. 41-55.
- Weiss, C.H. (1998), *Evaluation*. Second Edition. Uppler Saddle River: Prentice Hall.

Mauro Serapioni. Investigador do Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra (Coimbra, Portugal). Endereço de Correspondência: Centro de Estudos Sociais Colégio S. Jerónimo, Apartado 3087 3000-995, Coimbra, Portugal. *E-mail:* mauroserapioni@ces.uc.pt

Artigo recebido a 20 de maio de 2015. Publicação aprovada a 15 de novembro de 2015

Diferenças nas percepções dos valores organizacionais dos candidatos a cargos de direção superior na Administração Central do Estado

João Abreu de Faria Bilhim

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Centro de Administração e Políticas Públicas

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Centro de Administração e Políticas Públicas

Resumo A problemática dos valores que orientam a gestão no setor público não tem merecido muita atenção da pesquisa empírica. Este artigo relata os resultados de uma pesquisa empírica com candidatos a cargos de direção superior na Administração Central do Estado. Contrariando a narrativa sobre os efeitos da reforma da Administração Pública, os resultados mostram uma diferença significativa nas percepções sobre valores organizacionais associados ao setor público e privado. Estes resultados permitem discutir alcance do domínio do paradigma da *common law* sobre o paradigma Europeu Continental.

Palavras-chave: valores organizacionais; administração pública; cultura organizacional.

Abstract *Differences in perceptions of organizational values of candidates for top management positions in the State's Central Administration*

The subject of the values that guide management in the public sector has not received much attention from empirical research. This article reports the results of an empirical study of candidates for top management positions in the State's Central Administration. Contrary to the narrative about the effects of the reform of Public Administration, the results show a significant difference in perceptions about organizational values associated with public and private sectors. These results allow a discussion of the scope of the dominance of the common law paradigm over the Continental Europe paradigm.

Keywords: organizational values; public administration; organizational culture.

Résumé

Différences de perception des valeurs organisationnelles de candidats pour des postes de direction dans l'Administration Centrale de l'État

Le sujet des valeurs qui guident la gestion dans le secteur public n'a pas reçu beaucoup d'attention de la recherche empirique. Cet article rapporte les résultats d'une étude empirique des candidats à des postes de direction dans l'Administration Centrale de l'État. Contrairement à la narration sur les effets de la réforme de l'Administration Publique, les résultats montrent une différence significative dans la perception de valeurs organisationnelles associées avec les secteurs public et privé. Ces résultats permettent une analyse de la portée de la domination du paradigme de la *common law* sur le paradigme Europe Continentale.

Mots-clés: valeurs de l'organisation; administration publique; culture organisationnelle.

Resumen

Diferencias en la percepción de los valores organizacionales de los candidatos a puestos de alta dirección en la Administración Central del Estado

El tema de los valores que guían la gestión en el sector público no ha recibido mucha atención por parte de la investigación empírica. Este artículo presenta los resultados de un estudio empírico de los candidatos a puestos de alta dirección en la Administración Central del Estado. Contrariamente a la narración sobre los efectos de la reforma de la Administración Pública, los resultados muestran una diferencia significativa en las percepciones acerca de los valores organizacionales asociados a los sectores público y privado. Estos resultados permiten un debate sobre el alcance de la hegemonía del paradigma de la *common law* sobre el paradigma de la Europa Continental.

Palabras-clave: valores de la organización; administración pública; cultura organizacional.

1. Introdução

A administração pública será diferente da privada? A dicotomia ou melhor a tensão entre a administração pública e a privada conserva-se como ponto polémico na literatura específica da administração e políticas públicas, com altos e baixos ao longo do tempo tanto no contexto do paradigma europeu continental, quanto no anglo-saxónico, (Allison, 1979/1992; Bilhim, 2001; Araújo, 2006). Esta tensão entre uma orientação para a instrumentalidade racional da eficiência e uma orientação para a

racionalidade política mantém-se quando na revisão da literatura se integra a gestão pública como uma subárea da administração pública. Há um eixo essencial que atravessa toda a história da ciência da administração pública constituído por estas duas racionalidades (Bilhim, 2014).

A gestão pública teve um contributo muito significativo no aprofundamento da ciência da administração pública, bastante mais expressivo nos países anglo-saxónicos que na Europa Continental. Uma parte importante desse contributo foi dada durante um período conhecido como período de *general management* e que teve início com o trabalho pioneiro (nos Estados Unidos da América) de Woodrow Wilson (1887) e se estendeu até ao final da Segunda Guerra Mundial com Dwight Waldo (1946) e Herbert Simon (1946, 1947). Dwight Waldo com a publicação da obra *Administrative State* e Herbert Simon com o artigo intitulado *The Proverbs of Administration* (e no ano seguinte com a divulgação da sua obra *Administrative Behavior*) estabelecem um divisor de água, introduzindo a dimensão política na administração pública dos Estados Unidos da América e contribuindo decisivamente para o abandono da perspetiva dominante. Será necessário esperar cerca de trinta anos, até aos anos setenta do século passado, para que os estudos da gestão fossem recuperados com uma nova perspetiva teórica.

Atualmente, na literatura da especialidade, a gestão pública tende a ser assumida, tanto no paradigma administrativo da *common law* como no paradigma da Europa Continental, como uma subárea da administração pública, distinta do estudo das políticas públicas e da gestão empresarial (Rainey, 1990: 162), embora não deixe de ter impacto nas políticas públicas (Lynn, 1996: 1). O reaparecimento da gestão pública nos anos setenta dá corpo a um movimento novo que põe em causa alguns princípios, parâmetros e processos, e que veio a ser conhecido como Nova Gestão Pública (NGP) (Hood, 1991; Bozeman, 1993; Ranson e Stewart, 1994). A gestão pública que surge com a roupagem da NGP foi marcada pelos valores do mercado, pelo espírito, teorias e modelos da gestão empresarial, pela racionalidade técnica e instrumental da eficiência e pela teoria da *public choice*, pela teoria dos custos de transação, pela teoria da agência, e pela teoria organizacional, entre outras (Hood, 1994).

Para Rainey (1990) a gestão pública ressurgiu nos países anglo-saxónicos primeiro e, timidamente, ganha depois alguma expressão nos países da Europa Continental pela ação conjugada de diversos fatores tendo como ponto fulcral a

contestação feita às áreas tradicionais da administração pública então existente, às políticas públicas e ao *general management* que dominara as ideias dos pais fundadores da administração pública americana.

Procurou-se chamar a atenção para aspetos que até aí estariam a ser descurados, nomeadamente, a falta de orientação concreta dos gestores públicos, a ênfase na racionalidade técnica da eficiência, a preocupação com o processo de implementação e avaliação das políticas públicas, a necessidade de comungar do espírito que anima a gestão empresarial, a introdução de mais mercado e menos Estado nos processos de gestão, e o fortalecimento das parcerias com entidades privadas na satisfação das necessidades públicas. Assim, a gestão pública veio contribuir fortemente para a aproximação entre a administração pública e a privada.

Acresce que a crise petrolífera dos anos setenta do século passado acarretou uma mudança profunda no paradigma económico, trazendo novos problemas e dilemas à atividade económica dos países a que a teoria dominante já não respondia, tendo contribuído para o derrube do Keynesianismo e favorecido a emergência de escolas de pensamento económico neoliberais. Esta mudança de paradigma económico não pode ser negligenciada quando se analisam as soluções que a gestão pública e a NGP apresentam para os problemas acima mencionados (Bilhim, 2014).

Na revisão da literatura sobre continuidades e discontinuidades entre a administração pública e a privada chega-se facilmente à conclusão que há quatro perspetivas: a administração pública integraria o conjunto dos axiomas, princípios e processos comuns à administração como um todo, seria uma parte, ou seja, uma subárea ou especialização da administração; a administração pública seria idêntica à privada; a administração pública deveria mimetizar as boas práticas da gestão privada, acolhendo no seu seio soluções oriundas desta; e a administração pública seria distinta da privada, assemelhando-se apenas em detalhes insignificantes (Metcalf e Richards, 1993).

Neste trabalho, os seus autores assumem a administração pública como diferente da privada, embora aceitem que, de um mundo globalizado, existam influências mútuas entre os respetivos setores de atividade. O grande separador de águas, entre uma e outra, radica no facto de a administração privada atuar apenas orientada pela racionalidade instrumental técnica da eficiência, enquanto a administração pública atua entre duas racionalidades diferentes, oscilando permanentemente num eixo entre os dois extremos: racionalidade técnica e racionalidade política.

Com efeito, a administração pública tem por finalidade o interesse geral, o interesse público e numa perspectiva mais filosófica o bem comum. Acontece que este interesse geral não se confunde com o interesse concreto de uma comunidade específica, mas de forma abstrata, corresponde a um conjunto de necessidades humanas que não podem ser satisfeitas pelas simples regras do mercado. Pelo contrário, a administração privada lida com a produção e distribuição de bens e serviços de mercado, tendo por finalidade o interesse individual, o lucro, a quota de mercado ou uma vantagem sobre outrem.

2. Contexto

Assente a diferença entre administração privada e pública, resta perguntar se esta diferença não se alicerça em diferenças ao nível dos valores socializados entre os respetivos dirigentes e equipas de gestão. A revisão da literatura de 1996 a 2012 apresenta provas robustas da importância dos estudos teóricos e empíricos dos valores organizacionais e em especial dos valores públicos (*public values*) que enformam os comportamentos das equipas de gestão no setor público. Trata-se de um empreendimento multidisciplinar que congrega diversas disciplinas científicas: administração pública, direito, ciências do ambiente, educação, economia, ciência política, saúde pública, matemática, sociologia, gestão privada e comunicação (Wal *et al.* 2015).

Muitos investigadores da área da administração pública afirmam que os valores organizacionais do setor público devem ser diferentes dos valores do setor privado, mas, se são ou não diferentes, essa será uma conclusão da pesquisa empírica. As semelhanças e as diferenças em matéria de valores organizacionais entre os dois setores têm sido alvo de forte debate, na última década, nomeadamente no que respeita à dicotomia entre os valores públicos e os de mercado (Wal *et al.*, 2008).

A reconhecida influência que a administração privada tem exercido, desde a década de setenta do século XX, sobre os valores da administração pública, transformou esta problemática num foco de controvérsia científica, ideológica e profissional entre os investigadores e profissionais do setor público. Há quem receie o declínio ou a substituição de valores públicos por valores de mercado no *ethos* profissional dos

dirigentes da Administração Pública (Frederickson, 1997), argumentando que a excessiva ênfase atribuída aos valores do setor privado é feita em detrimento do único conjunto de valores que é necessário para servir o interesse público (Maesschalck, 2004) e quem defenda a existência de um conjunto claro de valores do serviço público.

Se é verdade que a administração pública está a ser socializada com valores que tradicionalmente pertenciam ao *ethos* da administração privada, não é menos verdade que, talvez em menor escala, esta sofre o efeito da administração pública pela absorção de práticas de responsabilidade social e de princípios de cidadania, sustentabilidade, prestação de contas e integridade empresarial (Kaptein *et al.*, 2002). No setor público, a NGP defende valores tradicionais da administração privada, tais como eficiência, eficácia, inovação, mérito e a qualidade, entre outros (Lane, 1994; Bilhim, 2001; Rocha, 2001). Esta fertilização cruzada de valores entre os setores acaba por ampliar a relevância da pesquisa empírica comparativa sobre os valores no setor público e privado.

Os valores organizacionais integram sempre a cultura de uma organização ou de um setor de atividade, ou ainda de profissionais que partilham uma maneira comum de estar, sentir e agir, ou seja, de fazer as coisas.

A cultura pode ser definida como um conjunto de normas, valores e crenças próprias de uma determinada comunidade ou como um padrão de pressupostos básicos. De acordo com Edgar Schein (1985: 15), a cultura é composta quer por valores fundamentais, inquestionáveis, quer por valores abertos ao debate.

Os valores referem-se às coisas que são mais importantes para uma pessoa ou uma organização. Eles são mais amplos e mais gerais do que as normas, que prescrevem a conduta adequada em determinadas situações. Os valores aproximam-se das crenças pelo seu poder de socialização. Chamamos valores a algo a que atribuímos valor; que consideramos muito importante e altamente positivo; que é objeto da nossa aspiração, ideal e anseio. Por isso, os valores são subjetivos, apenas dependentes de quem avalia, e só podem ser avaliados em termos de bom ou mau e nunca de verdadeiro ou falso. Note-se que, quando nos referimos aos valores usamos a linguagem que pertence ao modo do imperativo e do conjuntivo, ou seja, do “dever ser” e não do “ser” (Almeida e Brás, 2012).

Acresce que os valores estão sempre ligados a uma manifestação, expressão externa, a algo onde o mesmo esteja plasmado, como por exemplo a escolha de uma

determinada alternativa na tomada de decisão, uma preferência, uma confinada qualidade ou um específico padrão de conduta. Importa relembrar e salientar que o foco desta pesquisa se centra nos valores organizacionais. Ora, há cerca de três décadas que os estudos sobre a cultura organizacional têm produzido relevante literatura sobre esta problemática, nomeadamente sobre o processo de inculturação e socialização dos empregados envolvendo o abandono de certas normas, valores e crenças individuais em favor das organizacionais, assim como o efeito contrário de mudança da cultura através da entrada de novos empregados (Bilhim, 1988; Jackall, 1988).

A cultura organizacional não é uma construção estática; ela é dinâmica sendo, em parte, construída e reconstruída pelos atores sociais em presença, na perspetiva de que a realidade social é subjetiva. Assim, tomando a cultura como variável, a ideia básica é captar as normas, os valores e crenças, que estão subjacentes à vida organizacional, e que resultam dum processo mais ou menos longo de socialização e inculturação. Como observa Schein (1985), a cultura é um produto da aprendizagem, da experiência do grupo, é algo que a organização “tem”. Pelo contrário, quando se encara a cultura como um sistema de ideias e significados partilhados, as organizações passam a assumir formas expressivas, manifestações da consciência humana. Daí, o seu estudo não incidir apenas nos seus aspetos económicos e materiais, mas, também, nos seus aspetos simbólicos. Neste contexto, pode falar-se mais de as organizações “serem” cultura (Smircich, 1983), cultura essa em que os sujeitos partilham um mapa cognitivo (Quinn e Rohrbaugh, 1983).

O foco deste estudo são os valores que dominam as atuais práticas organizacionais de tomada de decisão. Com este trabalho de pesquisa procura-se esclarecer que valores e motivações orientam o comportamento de gestão dos candidatos ao exercício de cargos de direção superior na Administração Central do Estado, relativamente a um conjunto de quatro dimensões: valores associados ao setor público, ao setor privado, valores comuns a ambos os setores e outros valores organizacionais (Lopes *et al.* 1990; Wal *et al.*, 2008).

Os valores são conceitos contestados e em muitos estudos sobre valores organizacionais não é apresentada qualquer definição. Por isso, um dos problemas frequentemente mencionados na revisão da literatura prende-se com a recorrente polémica acerca da definição e medição dos valores, o que provoca alguma confusão quer dentro de uma mesma área disciplinas como a sociologia, a ética, a antropologia ou

a gestão e administração pública, quer no encontro das diversas disciplinas que têm estudado esta problemática.

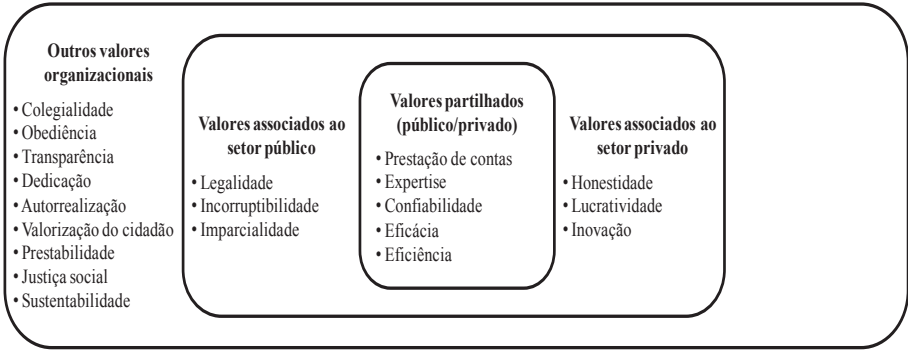
Essa confusão é resultado da dificuldade em estudar os valores organizacionais de forma direta, do uso de instrumentos diferentes e do recurso a conceitos pouco ou nada consolidados, tornando difícil a acumulação de um corpo coerente de conhecimento. Todavia, num ponto parece haver certo entendimento: o estudo dos valores organizacionais só pode ser feito a partir do inquérito empírico à realidade social onde os mesmos se encontram plasmados. Isto significa que só podem ser observados através das suas manifestações por meio de comportamentos, atitudes, preferências, tomada de decisão e opções no curso de ação. O observador não vê os valores; o que "vê" são as maneiras pelas quais os valores organizacionais se manifestam em percepções, opiniões, atitudes, preferências, medos, e assim por diante.

3. Metodologia

Nesta pesquisa, optou-se por um instrumento de recolha de dados baseado em inquérito por questionário. O questionário empregue integrou 38 questões: 20 questões de escala referentes aos valores organizacionais, 14 questões de caracterização pessoal dos inquiridos e quatro questões de caracterização de *background* desses mesmos indivíduos.

As questões relativas aos valores organizacionais tiveram por base a adaptação da estratificação proposta por Wal *et al.* (2008): um núcleo de valores partilhados, um dipolo de valores públicos e privados, e uma camada exterior de outros valores organizacionais (Figura 1).

Figura 1
Estratificação dos valores organizacionais com um núcleo de valores partilhados, um dipolo de valores públicos e privados, e uma camada exterior de outros valores organizacionais



Fonte: elaboração própria com base na adaptação do trabalho de Wal *et al.* (2008).

O Quadro 1 apresenta, detalhadamente, as 20 variáveis de medida (ou indicadores) respeitantes aos valores organizacionais: a questão efetivamente colocada aos inquiridos, o valor organizacional correspondente a cada questão colocada (legalidade, incorruptibilidade, imparcialidade, honestidade, lucratividade, inovação, prestação de contas, *expertise*, confiabilidade, eficácia, eficiência, colegialidade, obediência, transparência, dedicação, autorrealização, valorizar o cliente/cidadão, Prestabilidade, justiça social, e sustentabilidade) e a agregação de conjuntos de valores organizacionais em quatro variáveis latentes (dimensão valores organizacionais associados ao setor público, dimensão valores organizacionais associados ao setor privado, dimensão valores organizacionais partilhados (público/privado) e dimensão outros valores organizacionais).

Quadro 1

Questões colocadas aos inquiridos, valores organizacionais correspondentes e respetivas dimensões agregadoras

Dimensões	Valores organizacionais	Questões sobre valores organizacionais: Para um dirigente de topo da Administração Pública, é fundamental...
Valores organizacionais associados ao setor público	Legalidade	Agir em conformidade com as leis e regulamentos existentes.
	Incorruptibilidade	Agir de modo a não apropriar poderes públicos ou do acionista para fins particulares.
	Imparcialidade	Agir de modo a considerar com objetividade todos e apenas os interesses relevantes no contexto decisório, preservando a isenção e a confiança nessa isenção.
Valores organizacionais associados ao setor privado	Honestidade	Agir com verdade e cumprir promessas.
	Lucratividade	Agir para atingir o ganho (financeira ou outro).
	Inovação	Atuar com iniciativa e criatividade (para inventar ou introduzir novas políticas ou produtos/serviços).
Valores organizacionais partilhados (público/privado)	Prestação de contas	Ter vontade de justificar e explicar as suas ações junto das partes interessadas, nomeadamente superiores, colaboradores, acionistas, membros do governo, fornecedores, utentes/clientes aos cidadãos em geral.
	Expertise	Atuar com competência, habilidade e conhecimento.
	Confiabilidade	Agir de uma maneira confiável e consistente para as partes interessadas.
	Eficácia	Agir para alcançar os resultados desejados.
	Eficiência	Atuar para alcançar resultados com meios mínimos.
Outros valores organizacionais	Colegialidade	Agir lealmente e mostrar solidariedade para com os colegas.
	Obediência	Agir em conformidade com as instruções e políticas (dos superiores e da organização).
	Transparência	Agir de forma aberta, visível, mas controlada.
	Dedicação	Atuar com diligência, entusiasmo e perseverança.
	Autorrealização	Estimular o desenvolvimento (profissional) e bem-estar dos colaboradores.
	Valorizar o cliente/cidadão	Agir de acordo com as preferências dos cidadãos e clientes.
	Prestabilidade	Ser prestável para com os cidadãos e clientes.
	Justiça social	Agir com equidade no contexto de uma sociedade justa.
	Sustentabilidade	Agir de forma comprometida com a natureza e o meio ambiente, e com responsabilidade social.

Fonte: elaboração própria com base na adaptação do trabalho de Wal *et al.* (2008) para a realidade portuguesa.

Na quantificação dos 20 indicadores constituintes das quatro dimensões consideradas na análise, utilizaram-se escalas de Likert (numéricas e por intervalo) com 10 pontos¹ e âncoras nos extremos: *nível muito baixo* para o extremo inferior; e *nível muito alto* para o extremo superior. Os inquiridos tiveram sempre à sua disposição a possibilidade de assinalar a opção *não sabe/não responde*.

Das 14 variáveis de caracterização pessoal dos inquiridos fizeram parte as variáveis: sexo; região onde reside (NUTS II); idade (em anos); grau académico mais elevado (concluído); área de licenciatura; área do grau académico mais elevado; setor onde exerce atualmente ou exerceu pela última vez a sua profissão; antiguidade na Administração Pública (se aplicável; em anos); exerce ou exerceu cargos de chefia ou direção; exercício de cargos de chefia ou direção – cargo mais elevado desempenhado (se aplicável); há quanto tempo desempenha funções de chefia ou direção (se aplicável; em anos); número de concursos aos cargos de direção superior na Administração Central do Estado a que concorreu; foi selecionado para a *shortlist* de algum desses concursos; e foi nomeado pelo Governo para um cargo na sequência de algum desses concursos. Por seu turno, das quatro variáveis de caracterização de *background* fizeram parte as variáveis: região de origem (naturalidade; NUTS II); profissão da mãe; profissão do pai; e contexto/ambiente de origem.

O questionário foi disponibilizado *on-line*, entre os dias 6 de julho e 28 de julho de 2015, à globalidade dos participantes nos concursos promovidos pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) bem com a indivíduos com o *curriculum vitae* inscrito no *site* desta instituição. Durante esse período foram recolhidas 1.661 respostas, das quais 1.505 foram consideradas válidas. Optando por adotar uma postura cautelosa em que se assume uma dimensão infinita da população e um cenário de variância máxima, para um nível de confiança de 0,9500 (ou 95,00%), a precisão absoluta do estudo pode ser quantificada em 0,02526 (ou 2,526%)².

A formação das quatro dimensões de análise, com base nos 20 indicadores associados aos valores organizacionais, foi realizada por recurso a uma análise fatorial, que permitiu a atribuição de um *score*, para cada dimensão, a cada um dos indivíduos

¹ A opção por uma escala de 10 pontos fica a dever-se à necessidade de garantir uma adequada variabilidade das respostas obtidas. Para uma discussão mais detalhada desta problemática sugere-se a consulta de Correia (2012: 140-144).

² De acordo com a fórmula de cálculo da dimensão amostral para proporções.

participantes no estudo³. Esses *scores* foram posteriormente analisados de forma global, para cada dimensão.

O teste de normalidade de Lilliefors (1967) foi utilizado para verificar a inexistência de normalidade na distribuição dos *scores* dos candidatos em cada dimensão, o que impossibilitou, de imediato, a utilização do teste de análise de variância (teste ANOVA; Fisher (1918)) para determinar a existência ou ausência de igualdade das médias entre as quatro variáveis latentes de valores organizacionais distintos: valores associados ao setor público, valores associados ao setor privado, valores organizacionais partilhados e outros valores organizacionais. Por este motivo recorreu-se ao teste não paramétrico de Friedman para amostras emparelhadas (Friedman, 1937, 1939, 1940), que não impõe a condição de existência de normalidade nas distribuições dos dados e, ao invés das médias, compara as medianas das variáveis. O nível de confiança utilizado em todos os testes estatísticos realizados foi de 0,9500 (ou 95,00%).

4. Resultados

O Quadro 2 apresenta os resultados obtidos no que concerne à caracterização pessoal da amostra, sendo apresentadas as frequências absolutas e relativas registadas em cada categoria de cada uma das 14 variáveis correspondentes. É possível notar que as características da amostra são coincidentes com o que seria de esperar de candidatos aos cargos de direção superior na Administração Central do Estado, o que reforça a confiança na robustez do estudo. Esses candidatos são tendencialmente do sexo masculino, residentes nas regiões do Norte, Centro e de Lisboa, com mais de 30 e menos de 60 anos de idade, elevadas habilitações académicas, formação na área das ciências sociais e humanas, pertencentes à Administração Central do Estado, com uma antiguidade na Administração Pública superior a 10 anos, tendo já exercido cargos de chefia ou direção (durante um período inferior a 20 anos). Também tendencialmente, estes candidatos concorreram a cinco ou menos concursos para cargos de direção superior na Administração Central do Estado e, como seria de esperar em concursos

³ Para uma discussão mais detalhada sobre esta metodologia sugere-se a consulta de Tenenhaus *et al.* (2005) ou Correia (2012: 162-170). Aplicações similares desta metodologia podem ser encontradas, por exemplo, em Correia (2013), Correia *et al.* (2013), Correia e Bilhim (2014), ou Correia e Garcia (2015).

altamente competitivos e com número de vagas extremamente reduzido, a maior parte não integrou qualquer *shortlist* nem foi nomeado pelo governo na sequência desses mesmos concursos.

Quadro 2
Caracterização da amostra – Variáveis de caracterização pessoal

Variável de caracterização	Categoria	Frequência absoluta (n=1.505)	Frequência relativa (%)
Sexo	Feminino	547	36,3%
	Masculino	939	62,4%
	Valores omissos	19	1,3%
Região onde reside (NUTS II)	Norte	342	22,7%
	Centro	211	14,0%
	Lisboa	794	52,8%
	Alentejo	69	4,6%
	Algarve	47	3,1%
	Região Autónoma dos Açores	9	0,6%
	Região Autónoma da Madeira	7	0,5%
	Valores omissos	26	1,7%
Idade (em anos)	30 anos ou menos	53	3,5%
	Entre 31 e 40 anos	393	26,1%
	Entre 41 e 50 anos	542	36,0%
	Entre 51 e 60 anos	400	26,6%
	Mais de 60 anos	74	4,9%
	Valores omissos	43	2,9%
Grau académico mais elevado (concluído)	Licenciatura	485	32,2%
	Licenciatura com pós-graduação	411	27,3%
	Mestrado	453	30,1%
	Doutoramento	141	9,4%
	Valores omissos	15	1,0%
Área de licenciatura	Direito	255	16,9%
	Administração Pública, Gestão ou Economia	416	27,6%
	Engenharia	248	16,5%
	Ciências exatas ou naturais	132	8,8%
	Outras ciências sociais ou humanas	421	28,0%
	Valores omissos	33	2,2%
Área do grau académico mais elevado	Direito	234	15,5%
	Administração Pública, Gestão ou Economia	522	34,7%
	Engenharia	208	13,8%
	Ciências exatas ou naturais	115	7,6%
	Outras ciências sociais ou humanas	387	25,7%
	Valores omissos	39	2,6%
Setor onde exerce atualmente ou exerceu pela última vez a sua profissão	Administração Central do Estado	683	45,4%
	Administração Regional	67	4,5%
	Administração Local	144	9,6%
	Entidade pública empresarial	103	6,8%
	Sociedade anónima de capital total ou parcialmente público	24	1,6%
	Organização não-governamental	34	2,3%
	Empresa privada	360	23,9%
	Valores omissos	90	6,0%
Antiguidade na Administração	2 anos ou menos	147	9,8%
	Entra mais de 2 e 10 anos	148	9,8%

Variável de caracterização	Categoria	Frequência absoluta (n=1.505)	Frequência relativa (%)
Pública (se aplicável; em anos)	Entre mais de 10 e 20 anos	319	21,2%
	Entre mais de 20 anos e 30 anos	263	17,5%
	Mais de 30 anos	201	13,4%
	Valores omissos	427	28,4%
Exerce ou exerceu cargos de chefia ou direção	Sim	1.099	73,0%
	Não	367	24,4%
	Valores omissos	39	2,6%
Exercício de cargos de chefia ou direção – cargo mais elevado desempenhado (se aplicável)	Chefe de divisão (ou equivalente)	250	16,6%
	Diretor de serviços (ou equivalente)	316	21,0%
	Subdiretor-Geral, Vice-Presidente ou Vogal do Conselho de Administração (ou equivalente)	246	16,3%
	Diretor-Geral ou Presidente (ou equivalente)	213	14,2%
	Valores omissos	480	31,9%
Há quanto tempo desempenha funções de chefia ou direção (se aplicável; em anos)	2 anos ou menos	222	14,8%
	Entre mais de 2 e 10 anos	392	26,0%
	Entre mais de 10 e 20 anos	336	22,3%
	Entre mais de 20 anos e 30 anos	109	7,2%
	Mais de 30 anos	9	0,6%
	Valores omissos	437	29,0%
Número de concursos aos cargos de direção superior na Administração Central do Estado a que concorreu	Nenhum	348	23,1%
	1 concurso	510	33,9%
	2 a 5 concursos	408	27,1%
	6 a 10 concursos	52	3,5%
	Mais de 10 concursos	21	1,4%
	Valores omissos	166	11,0%
Foi selecionado para a <i>shortlist</i> de algum desses concursos	Sim	393	26,1%
	Não	949	63,1%
	Valores omissos	163	10,8%
Foi nomeado pelo Governo para um cargo na sequência de algum desses concursos	Sim	133	8,8%
	Não	1.305	86,7%
	Valores omissos	67	4,5%

Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no estudo.

Por sua vez, o Quadro 3 apresenta os resultados obtidos relativamente à caracterização de *background* dos inquiridos, sendo, tal como anteriormente, apresentadas as frequências absolutas e relativas registadas em cada categoria de cada uma das quatro variáveis correspondentes. É possível notar que as características da amostra continuam coincidentes com o que seria de esperar de candidatos aos cargos de direção superior na Administração Central do Estado, o que reforça ainda mais a confiança na investigação desenvolvida. Apesar de as regiões de origem dos candidatos continuarem a ser, tendencialmente, as regiões Norte, Centro e de Lisboa, são bastante menos concentradas que as regiões de residência. Ainda tendencialmente, estes

candidatos caracterizam-se por uma tendência relevante para ter tido mães e pais com profissões intelectuais ou técnicas, e por terem um contexto ou ambiente de origem urbano.

Quadro 3
Caracterização da amostra – Variáveis de caracterização de *background*

Variável de caracterização	Categoria	Frequência absoluta (n=1.505)	Frequência relativa (%)
Região de origem (naturalidade) (NUTS II)	Norte	399	26,5%
	Centro	311	20,7%
	Lisboa	485	32,2%
	Alentejo	124	8,2%
	Algarve	46	3,1%
	Região Autónoma dos Açores	14	0,9%
	Região Autónoma da Madeira	16	1,1%
	Valores omissos	110	7,3%
Profissão da mãe	Membro dos corpos legislativos	0	0,0%
	Profissão intelectual	217	14,4%
	Profissão técnica	172	11,4%
	Empregado administrativo	153	10,2%
	Empregado de serviços	109	7,2%
	Trabalhador da agricultura ou pescas	46	3,1%
	Trabalhador da indústria	34	2,3%
	Operador de instalações fabris	0	0,0%
	Trabalhador não qualificado	180	12,0%
	Forças armadas	2	0,1%
	Outra profissão	409	27,2%
	Valores omissos	183	12,2%
Profissão do pai	Membro dos corpos legislativos	0	0,0%
	Profissão intelectual	217	14,4%
	Profissão técnica	321	21,3%
	Empregado administrativo	106	7,0%
	Empregado de serviços	119	7,9%
	Trabalhador da agricultura ou pescas	63	4,2%
	Trabalhador da indústria	103	6,8%
	Operador de instalações fabris	0	0,0%
	Trabalhador não qualificado	92	6,1%
	Forças armadas	90	6,0%
	Outra profissão	275	18,3%
	Valores omissos	119	7,9%
Contexto/ambiente de origem	Rural	404	26,8%
	Urbano	1.076	71,5%
	Valores omissos	25	1,7%

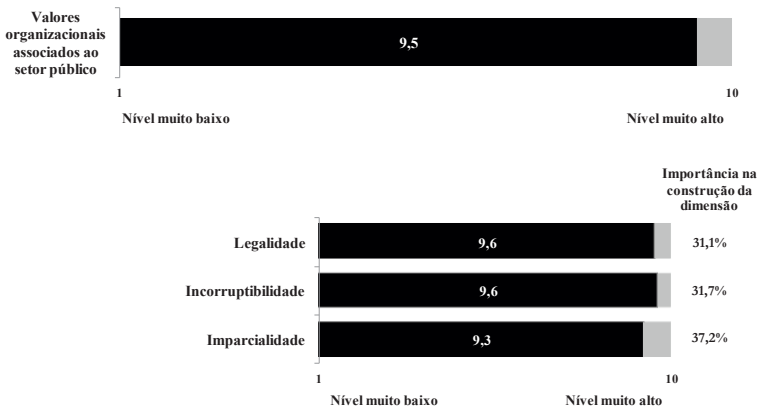
Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no estudo.

O facto de inquiridos se encontrarem limitados aos candidatos aos cargos de direcção superior na Administração Central do Estado (um grupo consideravelmente mais homogéneo que a população em geral, considerada como um todo) contribui para mitigar eventuais efeitos daquilo a que se dá o nome de variáveis de confusão (Wal *et al.*, 2008).

No que concerne às quatro dimensões respeitantes aos valores organizacionais, que são o foco central deste artigo, a leitura das medidas de qualidade do método empregue para a sua criação (análise fatorial) comprovam a elevada confiabilidade do questionário utilizado: adequação das variáveis de medida⁴ e unidimensionalidade de cada uma das quatro variáveis latentes⁵.

Tendo em conta as perceções dos candidatos face à dimensão dos valores organizacionais associados ao setor público, destaca-se que a média do nível das perceções dos participantes no estudo face aos valores organizacionais associados ao setor público situou-se nos 9,5 pontos em 10 possíveis, valor que pode ser considerado como correspondendo a um nível “muito elevado” (Gráfico 1).

Gráfico 1
Dimensão “valores organizacionais associados ao setor público” e respetivos indicadores constituintes



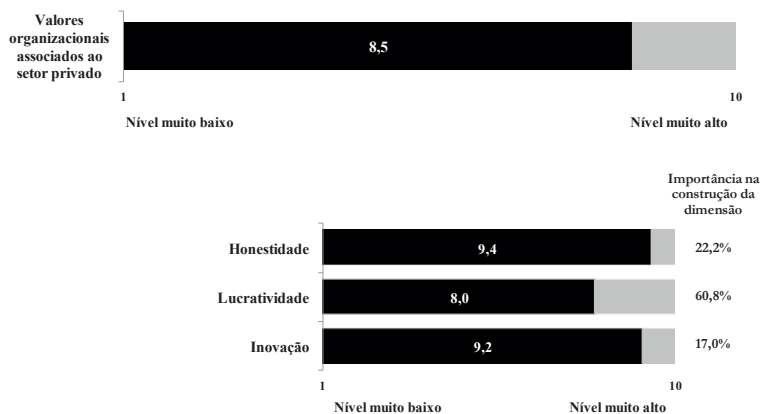
Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no estudo.

⁴ A confiabilidade das variáveis de medida foi realizada por intermédio de validações de convergência e de validações de discriminação, baseadas no conceito de *Average Variance Explained* (AVE). Para as dimensões valores organizacionais do setor público, privado, partilhados (público/privado) e outros, os valores de AVE foram, respetivamente, 0,6266; 0,4630; 0,4645; e 0,5090. Para mais detalhes sobre a metodologia empregue, sugere-se a consulta de Correia (2012: 168-170).

⁵ A unidimensionalidade das dimensões foi aferida por intermédio do *alpha* de Cronbach e do *rho* de Dillon-Goldstein. Para as dimensões valores organizacionais do setor público, privado, partilhados (público/privado) e outros, os valores do *alpha* de Cronbach foram, respetivamente, 0,6962; 0,5371; 0,7121; e 0,8686. Já os valores do *rho* de Dillon-Goldstein foram, também respetivamente, 0,8382; 0,8019; 0,8221; e 0,8969. Para mais detalhes sobre a metodologia empregue, sugere-se a consulta de Correia (2012: 166-168).

Por outro lado, tendo em conta as perceções dos candidatos face à dimensão dos valores organizacionais associados ao setor privado, destaca-se que a média do nível das perceções dos participantes no estudo face aos valores organizacionais associados ao setor privado situou-se nos 8,5 pontos em 10 possíveis valor que pode ser considerado como correspondendo a um nível “muito elevado” (Gráfico 2).

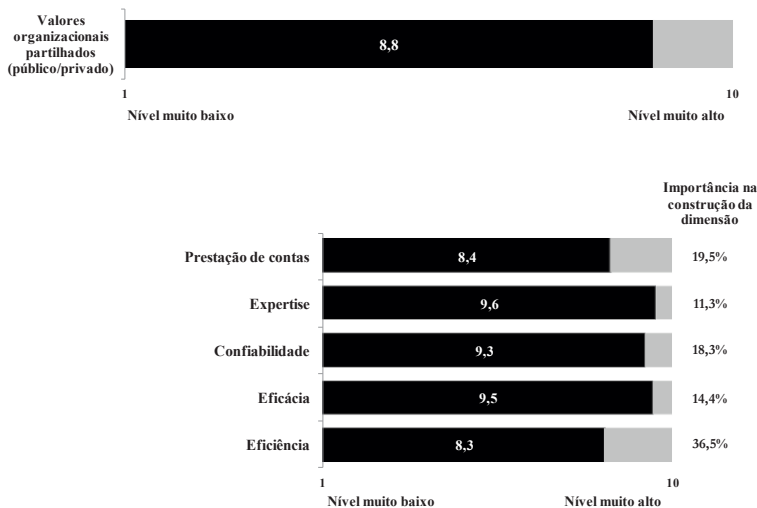
Gráfico 2
Dimensão “valores organizacionais associados ao setor privado” e respetivos indicadores constituintes



Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no estudo.

Por outro lado ainda, tendo em conta as perceções dos candidatos face à dimensão dos valores organizacionais partilhados, destaca-se que: a média do nível das perceções dos participantes no estudo face aos valores organizacionais partilhados (público/privado) situou-se nos 8,8 pontos em 10 possíveis, valor que pode ser considerado como correspondendo a um nível “muito elevado” (Gráfico 3).

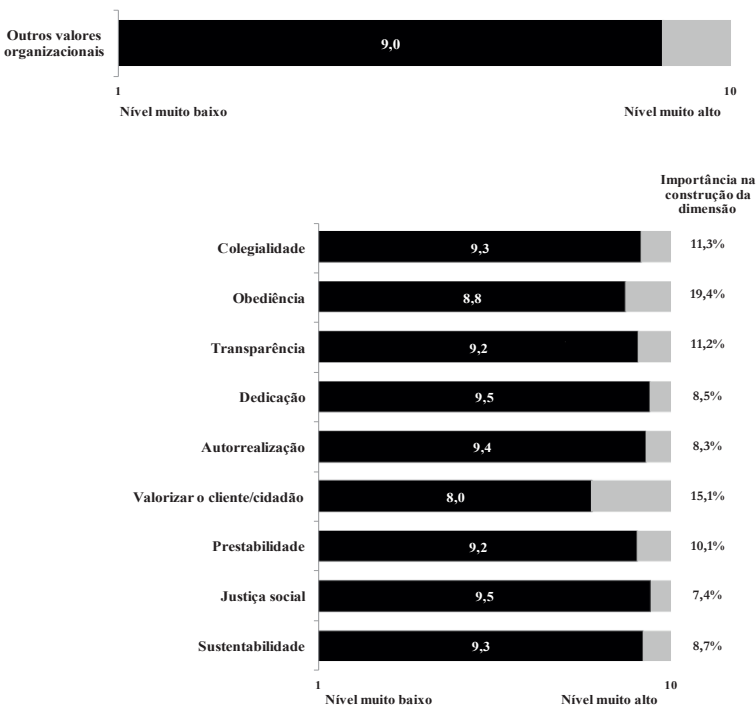
Gráfico 3
Dimensão “valores organizacionais partilhados (público/privado)” e respetivos indicadores constituintes



Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no estudo.

Por fim, tendo em conta as perceções dos candidatos face à dimensão outros valores organizacionais, destaca-se que a média do nível das perceções dos participantes no estudo face a outros valores organizacionais situou-se nos 9,0 pontos em 10 possíveis, valor que, à semelhança do que aconteceu com as restantes dimensões, pode ser considerado como correspondendo a um nível “muito elevado” (Gráfico 4).

Gráfico 4
Dimensão “outros valores organizacionais” e respetivos indicadores constituintes



Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no estudo.

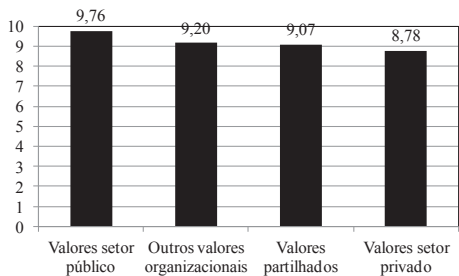
Quando considerados como um todo, os resultados globais de cada uma das quatro dimensões analisadas podem ser realçados por dois pontos: (1) são extremamente elevados (médias entre 8,5 e 9,5 pontos, em 10 possíveis); e (2) aparentam estar relativamente próximos uns dos outros. Torna-se importante, por isso mesmo, testar essa proximidade, por forma a determinar se as diferenças registadas são suficientemente importantes para serem consideradas estatisticamente significativas, sendo igualmente importante analisar e discutir as conjecturas que podem advir de um tal resultado.

5. Discussão e conclusões

Os resultados obtidos através da aplicação do teste de normalidade de Lilliefors a cada uma das quatro variáveis latentes: valores organizacionais associados ao setor público (p-valor = 0,000), valores organizacionais associados ao setor privado (p-valor

= 0,000), valores organizacionais partilhados (público/privado) (p-valor = 0,000) e outros valores organizacionais (p-valor = 0,000), apresentam p-valor todos inferiores a 0,05. Dado que o nível de significância definido à partida (0,05) é superior aos p-valor, existem evidências estatísticas que conduzam à rejeição da hipótese nula do teste, isto é, não é possível assumir que os valores de cada dimensão seguem distribuições normais. Como tal, as medianas tornam-se medidas mais adequadas que as médias para o tratamento desta questão e em vez do teste ANOVA (Fisher, 1918) para comparar médias, deve recorrer-se ao teste não paramétrico de Friedman (1937, 1939, 1940) para comparar as medianas das variáveis. As medianas de cada uma das quatro dimensões podem ser encontradas no Gráfico 5.

Gráfico 5
Mediana dos resultados obtidos para cada dimensão



Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no estudo.

A aplicação do teste não paramétrico de Friedman ($\chi^2=1.178,49$; p-valor=0,000) revela que existem evidências estatísticas de que as medianas das dimensões não são todas iguais e uma análise mais detalhada, par-a-par, permite concluir que, efetivamente, as medianas são todas distintas entre si: a mediana mais elevada regista-se na dimensão valores organizacionais associados ao setor público (9,76), seguida da mediana da dimensão outros valores organizacionais (9,20), da mediana da dimensão valores organizacionais partilhados (público/privado) (9,07), sendo a mediana da dimensão valores organizacionais associados ao setor privado a mais reduzida (apesar de se tratar, mesmo assim, de um valor extremamente elevado, 8,78).

Digna de realce é a diferença entre as medianas da dimensão valores organizacionais associados ao setor público e da dimensão valores organizacionais associados ao setor privado, que ascende a 0,98 pontos. Uma forma de interpretar esta

diferença consiste em considerar que, globalmente, os candidatos aos cargos de direção superior na Administração Central do Estado atribuem, de forma consistente, uma pontuação aos valores organizacionais associados ao setor privado que é mais de 10% inferior à pontuação atribuída aos valores organizacionais associados ao setor público.

Chegados a este ponto importa analisar a questão a que nos propusemos no início: de que forma é que estes resultados permitem reavaliar a ideia de existência de domínio do paradigma da *common law* sobre o paradigma Europeu Continental?

É inegável que a gestão pública teve um contributo muito significativo no aprofundamento da ciência da administração pública, mas que esse contributo foi bastante mais expressivo nos universo da *common law* do que na Europa Continental. Ainda assim, mesmo na Europa Continental é incontestável que a gestão pública que surge com a roupagem da NGP, com a ênfase particular na racionalidade técnica da eficiência, na necessidade de comungar do espírito que anima a gestão empresarial e com o fortalecimento das parcerias com entidades privadas na satisfação das necessidades públicas, contribuiu fortemente para a aproximação entre a administração pública e a privada.

Segundo a literatura, uma parte importante das diferenças entre administração pública e privada radica nas diferenças ao nível dos valores organizacionais socializados entre os respetivos dirigentes e equipas de gestão (Wal *et al.*, 2008). Este tem vindo a ser um debate académico intenso ao longo da última década.

Como foi dito ao longo deste texto, os valores organizacionais integram sempre a cultura de uma organização ou de um setor de atividade, bem como dos profissionais que partilham uma maneira comum de estar, sentir e agir, ou seja, de fazer as coisas. Sendo a amostra desta pesquisa constituída exclusivamente por candidatos a cargos de direção superior na Administração Central do Estado, era de esperar que estes partilhassem um conjunto de normas, valores e crenças (isto é, uma cultura) próprias do setor público. E foi exatamente isso o que este estudo permitiu confirmar e quantificar.

Os principais contributos deste estudo podem ser sumariados em três pontos: (1) ficou demonstrado que a escala de valores organizacionais utilizada por (Wal *et al.* (2008) é passível de ser adaptada com sucesso para a realidade portuguesa; (2) ficou igualmente demonstrado que é possível agregar esses valores organizacionais em quatro variáveis latentes unidimensionais estatisticamente robustas; e (3) que, contrariando a narrativa sobre os efeitos da reforma da Administração Pública, os resultados mostram

uma diferença estatisticamente significativa nas percepções dos valores organizacionais associados ao setor público e privado (note-se, porém, que as avaliações dadas aos valores privados foram também extremamente elevadas).

Posto isto, é possível conjecturar que, apesar desse movimento de convergência entre as percepções, as diferenças ainda são suficientemente expressivas para que não se possa afirmar que o anunciado domínio da cultura organizacional associada à *common law*, sobre a cultura organizacional associada à Europa continental, é completo.

Sugere-se que o estudo seja replicado noutros contextos de dicotomia entre os setores público e privado, em Portugal e no estrangeiro, de modo a ser possível confirmar e estender a abrangência dos resultados aqui apresentados.

Referências bibliográficas

- ALLISON, Graham Tillet (1979 /1992). “Public and Private Management: Are They Fundamentally Alike in All Unimportant Aspects?”. In SHAFRITZ, Jay; HYDE, Albert (Eds). *Classics of Public Administration*. Belmont, CA: Wadsworth.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio; BRÁS, João Maurício (2012). *Utopias em Dói Menor: Conversas Transatlânticas com Onésimo*. Lisboa: Gradiva.
- ARAÚJO, Joaquim (2006). “A Gestão Pública no Contexto da Ciência da Administração”. In TAVARES, António (Ed.). *Estudo e Ensino da Administração Pública em Portugal*. Lisboa: Escolar Editora.
- BILHIM, João Abreu de Faria (1988). *Cultura Organizacional: O caso do INESC*. Dissertação de Mestrado em Ciências Antropológicas, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.
- BILHIM, João Abreu de Faria (2001). “Gerir a Administração como uma Empresa”. In Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, *Reforma do Estado e Administração Pública Gestionária*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- BILHIM, João Abreu de Faria (2014). *Ciência da Administração* (3.^a ed.). Lisboa: Universidade Aberta.
- BOZEMAN, Barry (1993). “A Theory of Government «Red Tape»”, *Journal of Public Administration Research and Theory*, 3 (3), pp. 273-304.
- CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro (2012). *O impacto do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP) na satisfação dos colaboradores – O caso dos serviços do Ministério da Justiça em Portugal*. Tese de

- Doutoramento em Ciências Sociais (Especialidade em Administração Pública), Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.
- CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro (2013). “Igualdade de género no Ministério da Justiça em Portugal: evidências estatísticas de igualdade homem-mulher na lealdade laboral”, *Direitos Fundamentais & Justiça*, 7 (23), pp. 121-130.
- CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; BILHIM, João Abreu de Faria (2014). “A antiguidade na organização e a satisfação laboral dos colaboradores do Ministério da Justiça em Portugal: evidências de uma relação em forma de L e não em forma de U”, *Revista de Economia e Administração*, 13 (2), pp. 159-177. doi: 10.11132/rea.2014.872
- CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; GARCIA, Bruno Cardoso (2015). “Administração Hospitalar em Portugal: evidências estatísticas de igualdade homem-mulher nas percepções sobre os sistemas de avaliação de desempenho”, *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, 6 (1), pp. 127-139. doi: 10.5212/Rlagg.v.6.i1.0009
- CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; MOREIRA, Maria Faia Rafael; GARCIA, Bruno Cardoso (2013). “Igualdade de género no Ministério da Justiça em Portugal: evidências estatísticas de diferenças homem-mulher na satisfação laboral”, *Scientia Iuridica*, 62 (333), pp. 569-590.
- FISHER, Ronald Aylmer (1918). “The correlation between relatives on the supposition of Mendelian inheritance”, *Philosophical Transactions of the Royal Society of Edinburgh*, 52, pp. 399-433. doi: 10.1017/S0080456800012163
- FREDERICKSON, H. George (1997). *The Spirit of Public Administration*. San Francisco: Jossey-Bass.
- FRIEDMAN, Milton (1937). "The use of ranks to avoid the assumption of normality implicit in the analysis of variance", *Journal of the American Statistical Association*, 32 (200), pp. 675-701. doi:10.2307/2279372
- FRIEDMAN, Milton (1939). "A correction: The use of ranks to avoid the assumption of normality implicit in the analysis of variance", *Journal of the American Statistical Association*, 34 (205), p. 109. doi:10.2307/2279169
- FRIEDMAN, Milton (1940). "A comparison of alternative tests of significance for the problem of m rankings", *The Annals of Mathematical Statistics*, 11 (1), pp. 86-92. doi:10.1214/aoms/1177731944
- HOOD, Christopher Cropper (1991). “A public management for all seasons?”, *Public Administration*, 69 (1), pp. 3-20.
- HOOD, Christopher Cropper (1994). *Explaining Economic Policy Reversals*. Buckingham: Open University Press.

- JACKALL, Robert (1988). *Moral Mazes: The World of Corporate Managers*. New York: Oxford University Press.
- KAPTEIN, Muel; WEMPE, Johan (2002). *The Balanced Company. A Theory of Corporate Integrity*. Oxford: Oxford University Press.
- LANE, Jan-Erik (1994). “Will Public Management Drive Out Public Administration?”. *Asian Journal of Public Administration*, 16 (2), pp. 139-51.
- LILLIEFORS, Hubert Whitman (1967). “On the Kolmogorov–Smirnov test for normality with mean and variance unknown”, *Journal of the American Statistical Association*, 62 (318), pp. 399-402. doi: 10.1080/01621459.1967.10482916
- LOPES, Albino; RETO, Luís (1990). *Identidade da Empresa e Gestão pela Cultura*. Lisboa: Sílabo.
- LYNN, Laurence (1996). *Public Management as Art, Science and Profession*. NJ: Chatham House Publishers.
- MAESSCHALCK, Jeroen (2004). “The Impact of New Public Management Reforms on Public Servants’ Ethics: Towards a Theory”. *Public Administration*, 82 (2), pp. 465-489. doi: 10.1111/j.0033-3298.2004.00403.x
- METCALFE, Les; RICHARDS, Sue (1993). *Improving Public Management* (2.^a ed.). London: Sage Publications.
- QUINN, Robert; ROHRBAUGH, John (1983). “A Spatial Model of Effectiveness Criteria: Towards a Competing Values Approach to Organizational Analysis”. *Management Science*, 29 (3), pp. 363-377.
- RAINEY, Hal (1990). “Public Management: Recent Developments and Current Prospects”. In LYNN, Naomi; WILDAVSKY, Aaron (Eds.). *Public Administration: The State of Discipline*. NJ: Chatham House Publishers.
- RANSON, Stewart; STEWART, John David (1994). *Management for the Public Domain: Enabling the Learning Society*. London: Palgrave Macmillan.
- ROCHA, José António Oliveira (2001). “O Modelo Pós-Burocrático”. In Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, *Reforma do Estado e Administração Pública Gestonária*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- SCHEIN, Edgar Henry (1985). *Organizational Cultures and Leadership*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- SIMON, Herbert (1946). “The Proverbs of Administration”, *Public Administration Review*, 6, pp. 53-67.
- SIMON, Herbert (1947/1997). *Administrative Behavior*. New York: Free Press.
- SMIRCICH, Linda (1983). “Concepts of Culture and Organizational Analysis”. *Administrative Science Quarterly*, 28 (3), pp. 339-358. doi: 10.2307/2392246

- TENENHAUS, Michel; VINZI, Vincenzo; CHATELIN, Yves-Marie; LAURO, Carlo (2005). “PLS. Path modeling”, *Computational Statistics and Data Analysis*, 48 (1), pp. 159-205.
- WAL, Zeger van der; GRAAF, Gjalte de; LASTHUIZEN, Karin (2008). “What’s valued most? Similarities and differences between the organizational values of the public and private sector”, *Public Administration*, 86 (2), pp. 465-482. doi: 10.1111/j.1467-9299.2008.00719.x
- WAL, Zeger van der; NABATCHI, Tina; GRAAF, Gjalte de (2015), “From Galaxies to Universe: A Cross-Disciplinary Review and Analysis of Public Values Publications From 1969 to 2012”, *American Review of Public Administration*, 45 (1), pp. 13-28. doi: 10.1177/0275074013488822
- WALDO, Dwight (1946/1948). *The Administrative State*. New York: The Ronald Press Company.
- WILSON, Woodrow (1887/1941). “The Study of Administration”, *Political Science Quarterly*, 2, pp. 197-222.

João Abreu de Faria Bilhim (autor de correspondência). Professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa; Investigador integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP, ISCSP-ULisboa) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Rua Prof. Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa, Portugal. *E-mail*: bilhim@iscsp.ulisboa.pt.

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia. Professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Investigador integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP, ISCSP-ULisboa) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Rua Prof. Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa, Portugal. *E-mail*: pcorreia@iscsp.ulisboa.pt.

Artigo recebido a 8 de setembro de 2015. Publicação aprovada a 13 de janeiro de 2016.

O Catolicismo nos Contextos e Circunstâncias da Modernidade em Cabo Verde

Adilson Filomeno Carvalho Semedo

Universidade de Cabo Verde
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Resumo

Focando a contraposição entre a religião e a modernização societal, o artigo destaca o lugar do catolicismo nos contextos e nas circunstâncias da construção da modernidade em Cabo Verde, processo alicerçado, particularmente, na diferenciação funcional e na complexificação das relações dos subsistemas político e religioso.

Palavras-chave: Cabo Verde, Catolicismo, Modernidade

Catholicism in the Modernity Contexts and Circumstances in Cape Verde

Abstract

This paper focus on the opposition between religion and social modernization and highlights the role of Catholicism in the contexts and circumstances of Cape Verdean modernity construction, derived process in the functional differentiation and complexity of the relations between political and religious subsystems of society.

Keywords: Cape Verde, Catholicism, Modernity

Le Catholicisme dans les Contextes et Circonstances de la Modernité au Cap-Vert

Résumé: S'appuyant sur l'opposition entre la religion et la modernisation de la société, l'article met l'accent sur catholicisme dans les contextes et les circonstances de construction de la modernité au Cap-Vert, processus basé, particulièrement, dans la différenciation fonctionnelle et la complexité des relations des sous-systèmes politique e religieuse.

Mots-clés: Cap-Vert, le catholicisme, la modernité

Catolicismo en los Contextos e Circunstancias de la Modernidad en Cabo Verde

Resumen: Centrándonos en la oposición entre la religión y la modernización de la sociedad, o artículo se pone de relieve el lugar de la religión católica en los contextos e las circunstancias de la construcción de la modernidad en Cabo Verde, proceso basado, particularmente, en la diferenciación y la complejidad de las relaciones dos sistemas político e religioso.

Palabras clave: Cabo Verde, el catolicismo, la modernidad

Introdução

Este artigo apresenta um dos principais resultados do projeto de investigação que deu forma a tese de doutoramento “, que intentou compreender, a partir do mecanismo comunicativo denominado posicionamento público, o processo de definição da influência pública da hierarquia católica local perante a celebração da independência nacional de Cabo Verde, em julho de 1975, quando esta estrutura posicionou-se favoravelmente no enquadramento de um processo que descrevemos como «a caboverdianização da Igreja local», perante o processo de implementação da democracia pluralista em Cabo Verde, entre 1990/91, quando, de forma explícita, promoveu a democracia como um valor católico, e perante o simbólico processo eleitoral de 2001, quando apelou à participação cívica dos cidadãos, e se pronunciou sobre a instrumentalização política do fator religioso.

Se a Igreja Católica emerge no século XX com renovada atuação na sociedade de Cabo Verde e vivencia todas as transformações que este século, principalmente nas suas últimas décadas, trouxe para a vida social do arquipélago, nos estudos que destacam, sob enfoques diversos, o papel desta igreja na organização e estruturação da sociedade cabo-verdiana (Carreira, 1983; Andrade, 1996; Koudawo, 2001; Gomes dos Anjos, 2002; Fernandes, 2002), recolhemos propostas que acentuam, prioritariamente, a dimensão estruturante da ação do catolicismo, sob um enfoque em que, comumente, a religião aparece ora como variável explicativa, ora como temática secundária.

A consideração e a análise das condições da estruturação da ação pública católica aparecem implicitamente assumidas, ora ao abrigo do «poder» que detém esta secular instituição, ora ao abrigo das simbioses com o poder político. Porém, a prossecução dos nossos objetivos passou por uma abordagem que visou descortinar como foi construída essa estruturação e os mecanismos que permitiram a sua objetivação.

Deste modo, assumindo estes genéricos enquadramentos teórico e contextual como fundo, inscritos numa perspetiva de investigação sociológica sobre a problemática do catolicismo cabo-verdiano contemporâneo, com base no pressuposto de que o âmbito religioso e o âmbito político mantêm relações históricas em Cabo Verde, interessou-nos compreender como a Igreja Católica, na pessoa do seu corpo administrativo em Cabo Verde, nato historicamente aliado ao poder político em Portugal no processo de expansão, exploração e colonização, se posicionou publicamente nos três momentos de mudança política no arquipélago referenciados acima.

Importa demarcar, neste ponto, que centralizando a nossa observação no domínio religioso/eclesial optamos por conferir primazia à sociologia da religião em detrimento da sociologia política. Entretanto, um outro aspeto da intensidade do nosso objeto, a sua compreensibilidade, passou pela elaboração de um quadro de referência, ou seja, de uma estrutura que suporta os diversos elementos de um estudo e que tem, como termos relativos, os conceitos, os enunciados de relações, os modelos conceptuais e as teorias (Fortin, 2009: 51), e na qual a dimensão histórica não é negligenciada.

Dentro do universo teórico do estudo da religião, são destacáveis as teorias que apresentam uma explicação geral para sociedade, cultura ou religião, ligadas a autores como Durkheim, Marx, Freud, Foucault, as teorias da globalização e da secularização e ainda o feminismo e o pós-colonialismo (Knott, 2009: 17). Assim, inicialmente, tomamos como referência o modelo da secularização, enquanto grande narrativa que é (Furseth e Repstad, 2006). Outra proposta de análise que marca o período inicial da construção da nossa problemática é a que, em diálogo com as teses da secularização, reclama a reentrada da religião na esfera pública (Casanova, 1994).

Inevitavelmente, de forma implícita, a nossa investigação traria elementos acerca do carácter público ou privado da religião em Cabo Verde. Entretanto, se essas leituras

dicotómicas, que advêm da sociologia da religião, fornecem interpretações relevantes do fenómeno religioso no mundo contemporâneo, impunha-se-nos a necessidade de um corpo conceptual e suporte mais específico, tendo em consideração a especificidade da variável posicionamento na nossa problemática. Nesta fase da pesquisa bibliográfica, Peter Beyer (1997) aparece como um sociólogo das religiões, que, na construção da sua abordagem à relação entre a religião e a modernidade, resgata e compara as leituras da globalização de Immanuel Wallerstein, Jonh Meyer, Roland Robertson e Niklas Luhmann.

Este mesmo autor ressalva o conjunto de possibilidades teóricas que Luhmann abre ao estudo da religião, definida como comunicação baseada na polaridade imanente/transcendente, descreção essa que oferece certas vantagens estratégicas no estudo da religião, no contexto da globalização, dos quais não é menor o deixar em aberto a questão do que conta ou não como religião (Beyer, 1997: 6).

Defende que merece destaque a alternativa que a perspetiva luhmanniana oferece ao debate sobre a privatização e a influência pública da religião na sociedade moderna, a partir da sua função e performance, particularmente quando se considera que, dentro desse espólio teórico, a privatização da tomada de decisões é uma consequência de traços estruturais centrais desta sociedade, que, em princípio, não se refere mais à religião do que à política ou à economia (Beyer, 1997:76 e 79).

Trata-se de um modelo teórico geral, que não conta com aplicação generalizada, facto que é remetido ao próprio desempenho do autor (ibidem: 41), mas que vem conhecendo uma maior popularização ao nível do globo, com larga publicação na Europa e no mundo hispânico, ganhando espaço nos contextos académicos mais relutantes ao seu estudo, como o norte-americano (Moeller, 2012: 136).

Orientados por estes considerandos sobre as vantagens e desvantagens da perspetiva luhmanniana e conscientes que o desafio é articular procedimentos de observação de uma realidade concreta com as reflexões teóricas de um determinado autor (Guibentif, 2009: 10), encetamos a aproximação ao corpo conceptual de teoria de sistemas de Niklas Luhmann.

Deste modo, orientados pela sua teoria de evolução (Luhmann, 2007b), que nos permite atender ao imperativo da centralização da dimensão histórica da nossa

observação, assumimos a conceptualização da sociedade moderna definida pela primazia do princípio da diferenciação funcional¹; centralizamos analiticamente a relação entre a religião como subsistema social que tem a função de apresentar na comunicação a diferença entre o que é observável e o que não é, tendo sempre a ver com uma realidade duplicada em realidade imanente e realidade transcendente, e a política, como subsistema funcional que se caracteriza pelo domínio de decisões que têm repercussões coletivas (Corsi, Esposito e Baraldi, 1996); e adotamos que estes subsistemas sociais funcionais estabelecem certas interdependências comunicativas, que pode ocorrer como irritação, quando um sistema produz ressonância em relação aos acontecimentos do meio externo (Luhmann, 2007b: 398), ou através de acoplamento estrutural, quando um dado sistema coloca à disposição de um outro a sua estrutura de funcionamento, de modo a que este possa realizar as suas operações (Mansilla e Torres Nafarrate, 2008).

Assim, na análise da nossa problemática, a sociedade passou a ser assumida como um sistema social que tem como elemento de funcionamento os processos comunicativos e permite abordar o religioso e o político como subsistemas funcionalmente diferenciados que, embora autopoieticos e autorreferentes, podem relacionar-se em função da sua abertura cognitiva ao ambiente, quer dizer, em função da sua irritabilidade.

A metodologia adotada para a persecução dos objetivos traçados buscou a compreensão e a interpretação do fenómeno em estudo e perfilhou uma postura analítica e de reconstrução de sentido. Assumiu como recursos para o levantamento de dados a pesquisa e análise documentais e os inquéritos por entrevistas semiestruturadas, num conjunto cruzado de três tipos de fontes documentais, as de natureza arquivista, as fontes impressas e os testemunhos orais, que nos facultaram obras de referência teórica e metodológica, estudos sobre a Igreja Católica e o Estado em Cabo Verde, documentos

¹ Ressalvamos que essa assunção não ignora que essa conceptualização da sociedade moderna tem a sua própria história dentro da teoria sociológica desde o período clássico como se constata, por exemplo, em Habermas (2012b: 207-214). Ainda consideramos as pontes que a perspectiva da modernidade de Luhmann confere as reflexões sobre a controvérsia entre teoria da modernização e a teoria das múltiplas modernidades (Schmidt, 2011).

eclesiásticos, documentos partidários e artigos da imprensa escrita e apreciações individuais.

Com base nessas orientações teórico-metodológicas objetivamos evidenciar que a observação das simbioses (e as suas demolições) que ligaram a religião à política em Cabo Verde, em contextos e circunstâncias diversas, permite a compreensão da ampliação do número de pressupostos sobre os quais se apoiou a ordem da sociedade nesse território e abre possibilidades à explicitação das variações e reestabilizações estruturais que configuram a modernidade em Cabo Verde.

1. A relação entre o catolicismo e política no decurso da secular emergência da modernidade em Cabo Verde

É pressuposto que a diferenciação funcional do sistema social é um facto indispensável em função da necessidade do reforço da seletividade, que por sua vez é dependente da garantia da transferibilidade de realizações seletivas. Cada homem tem um acesso originário ao mundo, mas nenhum pode, só por si, constituir sentido e viver referido ao mundo, de modo que sozinho não conseguiria reduzir a complexidade revelada (Luhmann, 2005: 109). Consequentemente, a partir de uma limitação antropológica, o sistema social surge como complexidade estruturada (Izuzquiza, 2008: 220) e funciona como referente fenomenológico absoluto para os indivíduos, uma cultura própria que vem ocupar o espaço anteriormente reservado à cultura de um modo de vida multifacetado e polissémico, uma ideia ousada e discutível (Esteves, 1993: 32).

Em sociedades relativamente simples, funcionalmente indiferenciadas, esta transferibilidade pode ser assegurada, em grande parte, por uma comum «construção da realidade», por suposições sobre o ser e a natureza do meio ambiente, sobre uma determinada ordem previamente dada. Entretanto, numa diferenciação funcional mais forte, semelhantes pressupostos naturais, sobretudo no domínio social (direito natural), já não convencem, de modo que o projeto de mundo deve tornar-se mais complexo e oferecer mais espaço às contradições e às possibilidades de variação (Luhmann, 2005: 109-110).

A instalação da Igreja em Cabo Verde no século XV dá-se num contexto marcado por uma diferenciação funcional em gestação que define as negociações entre a coroa portuguesa e o papado. Assim, o sucesso da evangelização nos anos que sucedem as descobertas, no arquipélago de Cabo Verde por exemplo, funcionou como moeda de troca nesses ajustes, com o intuito de legitimar as maiores aspirações e direitos da coroa e de reforçar a sua soberania, para além das suas fronteiras territoriais.

Com a instituição do padroado espiritual, que se inscreve numa obra descrita pelo Papa Nicolau V como pia e louvável, “na qual coincidem ou se identificam os interesses da própria fé e da república universal da Igreja pois que nela se trata da salvação das almas, do aumento da fé e abatimento de seus inimigos” (como citado em Brásio, 1973: 16), e mediados pelo instrumento jurídico-canónico, a bula *Romanus Pontifex*, a Igreja Católica e a monarquia portuguesa colocam, reciprocamente, à disposição as suas respetivas estruturas.

Assim, o padroado espiritual constitui o primeiro acoplamento operativo [que pode ser entendido como um sistema de negociação que, sob a forma de interações regulares, congrega organizações que representam interesses de vários sistemas funcionais, ou como um círculo de conversação que trata de interesses de sistemas funcionais diferentes (Luhmann, 2007b: 625)] entre a Igreja e o embrionário estado português, a complementar o acoplamento estrutural entre os sistemas funcionais religioso e político, gerado sob a alçada do tema missão, semântica que sintetiza uma comum construção da realidade, que tinha no rei o corpo convergente dos interesses diferenciados e que nos séculos seguintes assumiria o complemento «civilizadora».

No período compreendido entre a Constituição da Estrutura Eclesiástica e a Retirada do Jesuítas (1533-1642), o diálogo entre os eclesiásticos e os responsáveis pela administração civil aparece marcado pelas condições em que se deu a instalação da Igreja. Sustentado no estipulado pelo Padroado, depois dos tempos áureos de Santiago como entreposto entre os continentes, as interlocuções giraram em torno das questões das ordenanças, da posse de bens materiais, da escravatura, e das disputas pela preservação das respetivas autoridades e jurisdições (Santos e Soares, 2001).

Essas situações conflituosas dão-se, entretanto, num quadro pouco diferenciado funcionalmente, em que, por exemplo, a religião é o manto sagrado de toda a ordem

social (Berger, 2004); ou dito de outra forma, em que a política encontra o seu domínio dentro da sociedade sobre a base de compromissos religiosos (Luhmann, 2009: 81); em que a ajuda de Deus é necessária em todas as obras (Luhmann, 1990: 136); ou ainda, em que as possibilidades ao religioso e ao político convergem no corpo sagrado do rei (Luhmann, 2007a: 189).

Deste modo, a Coroa aparece como o regulador das relações entre o civil e o religioso, dois corpos essenciais para a realização da missão que estabelecera como objetivo último, a conquista e conversão de novos mundos, o que fazia de seculares e religiosos elementos da categoria designada de «filhos da folha» (Cohen, 2007) ou de filhos do orçamento (Senna Barcelos, 2003), facto que torna inteligível a secular suscetibilidade da questão das ordenanças.

Entre os finais do século XVII e os finais do século XVIII o edifício social de Santiago apresentava um certo grau de complexidade, com conflitos e querelas infundáveis por gerir, agravados pelo caos administrativo e pelos problemas económicos (Pereira, 2004: 67), um quadro estrutural que não difere substancialmente do precedente. Ainda se está perante um contexto marcado por uma ambígua diferenciação funcional e, perante os exíguos meios para a conquista e conversão do interior do continente, uma tarefa comum apresenta-se às autoridades religiosas e políticas: a administração das ilhas.

Entretanto, se no quadro anterior os conflitos giraram essencialmente em torno dos pagamentos atrasados, neste, os conflitos intensificaram-se e presenciamos situações em que as autoridades procuraram ganhar ascendente sobre as outras, incrementando aquilo que foi avançado como o crónico problema do arquipélago e que se agudiza no século XVIII, “a perturbação da jurisdição” (idem: 81). Este facto tem a particularidade de tornar prioritária a consolidação da delimitação das fronteiras de domínios diferenciados, uma demanda que ganha forma, com maior insistência, a partir do âmbito político (Senna Barcelos, 2003).

Com a absorção do efeito da revolução liberal de 1820, o sistema social em Cabo Verde assume contornos de crescente complexidade, o mesmo é dizer que a vivência social se tornou mais complexa, mais propensa às contradições e às possibilidades de variação. Observamos que o panorama comunicativo nas ilhas de

Cabo Verde é marcado, neste período, pela autonomização relativa do político em relação ao religioso. Fechado o acesso da administração civil aos elementos eclesiásticos, finda o período dos bispos/governadores.

Não é mais sustentável a questão da «perturbação da jurisdição» no sentido bilateral. Pelo contrário, acentuam-se comunicações políticas que lematizam a regulação de um âmbito funcional tradicionalmente adstrito ao religioso (o ensino), o controlo e dos bens da esfera religiosa e a concessão de um estatuto jurídico ao religioso.

Este contexto expõe também a importância da edificação do Seminário-Liceu de São Nicolau, nas décadas finais do século XIX. Esta é geralmente considerada, nas produções científicas sobre as ilhas, sob o ponto de vista do impacto no seu ambiente, como por exemplo na dinamização do ensino e na emergência de uma elite letrada no arquipélago, o que resgata, de forma intencional ou não, a condição de utilidade pública com que se revestiu a religião católica no arquipélago.

Contudo, esta leitura funcional nem sempre permite apreciar o impacto autorreferente e autopoietico da edificação do Seminário-Liceu de São Nicolau, ou seja, a reprodução do catolicismo através dos seus próprios elementos, inserido num ambiente do qual recolhia uma hostilidade explícita e em função do qual lutava para a autopreservação, mediante a manutenção da sua plêiade de funções tradicionais que, cada vez mais, eram disputados por outros âmbitos funcionais da sociedade.

As mudanças políticas que chegam com o século XX acentuaram o quadro precedente e reforçaram as irritações laicas, que seriam atenuadas com a Concordata de 1940 e com o Acordo Missionário de 1941. No contexto desses enquadramentos jurídicos, particularmente nos finais dos anos cinquenta e nos inícios dos anos sessenta, notamos o triângulo formado pelo Estado colonial, Igreja Católica e partidos nacionalistas, permeados pela semântica desenvolvimento, enquanto a sua outra face histórica, a missão civilizadora, se ia tornando um anacronismo.

Entretanto, a semântica desenvolvimento não se apresentou como uma «comum construção da realidade», mas como um projeto de mundo prenhe de contradições e de variações, dado que dependente das racionalidades sistémicas específicas. Nessa circunstância, a administração colonial, na sua fase tardia, procurou atender às demandas do desenvolvimento, emergindo como o Estado assistencialista (Correia e

Silva, 2001) e, tanto a hierarquia católica em Cabo Verde, como os nacionalistas (Cabral, 1976: 156-159) determinaram o serviço ao povo como o seu horizonte de expectativas, posicionando-se, cada um a seu modo, como mediadores entre o povo e as suas aspirações.

Assim, observando a sociedade em Cabo Verde no período colonial, a partir das formas de diferenciação de sistemas (Luhmann, 2007b), atestamos que se trata de um sistema social que nasceu diferenciado sob a forma centro-periferia, se diferenciou de forma estratificada nos primeiros três séculos, reconfigurando os lugares sociais ocupados pelas três categorias humanas presentes nas ilhas, os reinóis, os negros e os mestiços, e em termos segmentários segundo, por exemplo, a idade, o sexo e a ilha de procedência.

A primazia da forma de diferenciação centro/periferia, relativamente às outras formas de diferenciação, é certificada pelo carácter preferencial das comunicações deste sistema periférico com o seu centro, a metrópole portuguesa, facto invariante, pese as transformações estruturais que marcam os séculos, até os anos 70 do século XX.

Esta observação, matizada pelas diretrizes da teoria da diferenciação funcional, permite-nos conceber a sociedade no arquipélago, durante o período colonial, como pré-moderna. A evolução no sentido da crescente diferenciação funcional foi acelerada a partir dos séculos XIX e XX, quando as reivindicações de autonomias funcionais ganharam forma e consistência, à medida que deixava de ser plausível a ontologização de Cabo Verde como um projeto português e se diversificavam os entendimentos sobre a construção de um projeto de mundo crioulo.

2. A diferenciada posição da Igreja Católica enquanto construtora «contingente» da modernidade crioula

À medida que se consolidava a demanda nacionalista de inclusão de Cabo Verde na sociedade mundial, que ganhou concretude política com a consolidação da diferenciação do subsistema político em Cabo Verde em relação ao subsistema político em Portugal, em julho de 1975, mais paradoxal se tornava o lugar da Igreja Católica na

estrutura social colonial, particularmente porque, semanticamente, já não era estruturalmente compatível com a ordem colonial e, orgânica e administrativamente, não era compatível com as demandas nacionalistas, que tinham como estratégia para a independência política a reafirmação dos espíritos (Cabral, 1976).

Assim, perante a independência nacional de Cabo Verde em 1975, a «cabovertianização da Igreja Católica» destaca-se como uma plausível leitura religiosa do momento na medida que, em termos temporais, as circunstâncias então vivenciadas impunham desafios aos quais esta igreja, com muito prejuízo, poderia esquivar-se. Se, pela dimensão social, esta operou a renovação das estruturas no sentido de compatibilizá-la com a ordem social envolvente, pela dimensão temática, abriu as possibilidades da sua atuação autónoma na nova ordem social, quando conferiu centralidade ao tema liberdade.

Precisamente é na observação da dimensão objetiva/temática do sentido da «cabovertianização da igreja local» que notamos a ambiguidade da situação vivenciada pelo religioso e pelo político em vésperas da Independência Nacional de Cabo Verde.

Quando o Bispo D. Paulino Évora toma posse na catedral da diocese, com o lema «'N mandado da nhôs noba di Deus djunto ku notícia di libertaçom» [Mandaram-me dar a vós a boa nova da Deus, junto com a notícia de libertação] e deixa impresso nas pagelas da ordenação episcopal «A verdade vos libertará»², faltando treze dias para as cerimónias formais da Independência de Cabo Verde, já constava dos programas do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que este partido era a força dirigente e a luz da sociedade e do Estado.

O «governo direto da realidade» (Mações, 2004: IX) sob desígnios libertadores apareceu como uma demanda comum tanto ao Partido/Estado como à Igreja local. Mas, contrariamente ao período do Estado Novo, não foram potencializadas condições para um acoplamento operativo e estrutural a partir deste comum propósito. Nem o Partido/Estado se mostrou interessado nisso, nem a Igreja local se apresentava em condições de o impor ou de o propor. Suportados no princípio da diferenciação

² Cf. D. Paulino Évora: Bispo de Cabo Verde há 22 anos. *Boletim da Diocese de Cabo Verde*, de maio-junho de 1997, p. 13.

funcional, os projetos de mundo crioulo assumiram com legitimidade as suas contradições e variações.

Deste modo, a constituição da Igreja de Cabo Verde e a constituição do Estado de Cabo Verde indicam que a religião e a política, enquanto subsistemas funcionais da sociedade ou ordenações da vida que regulam a posse de bens, se apresentam diferenciados, na entrada da fase em que, genericamente, o cabo-verdiano se assume como construtor da realidade em Cabo Verde.

Os endereços acoplados ao subsistema religioso católico apresentavam-se perante o imperativo de selecionarem opções que não os comprometessem dentro da nova realidade social, enquanto o PAIGC se apresentava como senhor de um espaço discursivo a partir do qual iria procurar, com a cristalização e a institucionalização do seu “programa cultural e político de modernidade” (Eisenstadt, 1997), moldar todas as esferas da vida social cabo-verdiana, com base na construção da hegemonia ao nível da consciência individual, um domínio que, tradicionalmente, a Igreja Católica reclama para si.

Assim, subjacente ao problema do «governo da realidade» jazia o problema da «construção da realidade». Se se aceita a validade da correlação dos factos e das leituras apresentadas, ganha plausibilidade que a hipótese da «cabo-verdianização da igreja local» pode ser lida como a externalização da preparação da Igreja Católica para os choques que eram expectáveis em função das disposições programáticas exteriorizadas ao longo do processo de constituição do Estado cabo-verdiano, que é o mesmo que dizer, ao longo do processo de implementação do moderno sistema político em Cabo Verde.

Da mesma forma, criou as condições objetivas para a encarnação desta igreja na nova realidade social e gerou as condições potenciais para a sua participação nos «combates pela modernidade»³ no arquipélago, dinâmica que seria radicalizada, em

³ A promoção do encontro de Cabo Verde com a sua história assumiu, ao longo do monopartidarismo, contornos de um desígnio moderno. Em 1990, na sessão de homenagem que o IV Congresso do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) lhe prestou, o presidente Aristides Pereira pronunciou um discurso do qual extraímos as seguintes passagens: “... juntos com as novas gerações, desafiamos a seca e a insularidade, a inexistência de recursos e de infraestruturas, o meio ambiente internacional desfavorável e tantos outros constrangimentos. De novo lutámos e vencemos. Hoje, o povo cabo-verdiano é mais senhor de si próprio, tem consciência da sua condição de Nação e do Estado que foi

nome da defesa da dignidade do povo cabo-verdiano, tanto no sistema parcial de função política como no sistema parcial de função religiosa.

Arrogando-se como o principal agente da modernização de Cabo Verde, o PAIGC/CV assumiu o papel de «cérebro social», promotor de uma nova moral e formador de uma nova consciência, promovendo uma «secularização das consciências cabo-verdianas» ao abrigo da «africanização dos espíritos». Separando, em termos programáticos, a política da religião, este partido viu-se na contingência de lidar com a religião como substrato cultural tradicional da nação, mas sob a luz do pressuposto de que, no decurso da história, esta seria suplantada por uma cultura científica (cf. Cabral, 1976: 199-200).

Neste sentido, atentamos que, permeadas pelo desenvolvimento, versões humanistas divergentes se tornaram incompatíveis, atualizando no arquipélago uma contenda identificadora do iluminismo. Tanto a religião como a política, a partir das suas funções, performances e reflexões, esforçaram-se por reconstruir o sistema social em Cabo Verde por si e para si, criando arenas de sentido.

Assim, os condicionalismos criados pela Independência Nacional aparecem como fundamentais para a compreensão do sentido do posicionamento do Governo da Diocese perante a implementação do regime democrático pluralista em Cabo Verde, em 1991.

Esse posicionamento público do Governo da Diocese desponta como a cena final da luta que, ora implícita ora explícita, e movida por interesses de foro eclesial, é um dos fenómenos ligado a uma evolução estrutural que marca o nascimento do Estado Cabo-verdiano, ou seja, a separação entre o político e o religioso, materializada numa laicidade que submete as confissões religiosas ao Estado, a quem cabe reconhecê-las e protegê-las, na medida em que estas se apresentam comprometidas com as solicitações da nova ordem social, portanto, úteis aos interesses públicos.

construído. (...). Emocionado com a recompensa desta homenagem, afirmo que ela é de todos nós, dirigida a todos nós, homens e mulheres continuadores de Cabral, dos que fundaram e iniciaram o Partido, dos combatentes do mato como dos da clandestinidade, dos combatentes da modernidade, todos do PAICV” (Tribuna, n.º 46: 11).

Se é um princípio da diferenciação moderna que no palco da política se disputa o controlo das decisões coletivamente vinculativas, a Igreja local respeitou este princípio estrutural e usou-o no sentido de defender os seus intentos, justificando, promovendo e defendendo, com base em seleções feitas a partir de critérios da racionalidade sistémica na qual se sustenta, um posicionamento público que dinamizou a rejeição do monopartidarismo e amparou a promoção de uma democracia erigida sobre a substituição partidária na condução da administração política do arquipélago.

Ementes, a autonomização do Estado em relação ao Partido, a partir de 1991, marcou o início da fase em que o Estado deixou de garantir que legalmente o Partido pudesse reclamar com exclusividade a tarefa de propor um desígnio teleológico relativamente aos objetivos que os cabo-verdianos outorgavam às suas ações, o que, no mínimo, significou que a Igreja local deixou de ter substitutos funcionais ou concorrentes funcionais antagónicos.

Nessa data, as atenções voltaram-se para esta instituição e a grande interrogação era saber como o subsistema religioso católico, julgando-se colaborador na autonomização do Estado, delimitaria os seus limites, perante este e a Consciência. Esta inquietação que fechou uma fase nas relações entre a religião e a política no arquipélago é, em simultâneo, o impulso dinâmico do início de uma outra.

A implantação de um novo programa cultural e político de modernidade a partir de 1991, que tem as suas bases na constituição de um estado de direito democrático e no neoliberalismo preconizado pelo partido vencedor das eleições legislativas de 13 de janeiro de 1991, o Movimento para a Democracia (MpD), fecha as possibilidades de confrontação entre as confissões religiosas e o Estado, na medida em que este se demite da tarefa de ser um instrumento partidário na condução de consciências, embora ainda se outorgue a tarefa de promover o desenvolvimento social e espiritual do povo ao qual está acoplado.

A certificação dada pela Igreja Católica à democracia, enquanto regime político e social, acabou funcionando como um fator de confiança, enquanto ao nível das disputas partidárias a grande questão era arriscar-se em novas aventuras ou não. Desta forma, o posicionamento público do Governo da Diocese, assimétrico em relação às propostas programáticas partidárias em curso, de forma explícita em 1991 e implícita

em 1995, constituiu um elemento, externo ao âmbito operacional político, limitador de possibilidades, ao abrigo do pressuposto demográfico que estipulava o catolicismo como confissão religiosa maioritária.

Todavia, os dez primeiros anos do regime democrático pluralista não testemunham contradições insuperáveis entre a política e a religião e não ocorre uma revolução no que tange às relações entre as estruturas comunicativas deste regime e as da Igreja local.

A complexificação da situação vivenciada pelo religioso e pelo político revela-se na observação da dimensão temática das comunicações eclesiais/políticas. As significações dadas às profanações de igrejas e de símbolos religiosos buscaram suporte em diversas hipóteses e expuseram as vulnerabilidades da Igreja local e do seu corpo governante. Inferimos que este fenómeno, à medida que provocou a corrosão de um específico sentido atribuído ao pressuposto da maioria católica, possibilitou a emersão do que foi, ao longo da história da Igreja em Cabo Verde, secundarizado ante os imperativos da instalação, estabilização, sobrevivência, proteção e dinamização da Igreja Católica no arquipélago, ou seja, a reflexão sobre o «sentido da fé» do católico cabo-verdiano.

Deste modo, na entrada do terceiro milénio, a consolidação da noção de igreja e o reforço do sentido da fé dos leigos foram atualizados como preocupações prioritárias, à medida que o magistério moral/político saía do horizonte de expectativas do Governo da Diocese. Assim, a posição que este assumiu, perante o processo eleitoral de 2001, reivindicando publicamente a não instrumentalização política do fator religioso, constituiu a síntese de uma década em que se atualizou a superação de possibilidades abertas em 1991. O apelo à diferenciação dos âmbitos de função já não era, como nos séculos precedentes, uma demanda política, mas sim religiosa.

Assim, assinalamos que a definição da especificidade de Cabo Verde na sociedade moderna passa pela circunstância de serem os subsistemas religioso e político âmbitos sociais atuantes, que não se ignoraram nem se anularam em Cabo Verde, nos diferentes momentos do período colonial mas, também, nos diferentes momentos do período pós-colonial, numa conjugação de fatores em que entram as idiossincrasias cabo-verdianas e a própria especificidade destes sistemas funcionais parciais da

sociedade, enquanto formas de entender, de representar, de estar e de viver nesse mundo arquipelágico.

Notas Conclusivas

Destacamos neste artigo que o mundo cabo-verdiano vem sendo reelaborado desde o século XIX, com contributos da política e da religião, como um “conjunto de esferas, ordens da vida e ordens do mundo, autonomizadas e, consequentemente, não necessariamente coincidentes e concordantes” (Waizbort, 1995: 29).

Se a racionalização cultural, marca da modernidade, se manifesta na autonomização, entendida, sob o prisma weberiano, como autolegitimidade dos sistemas parciais ou esferas da vida de se desenvolverem sob os efeitos da apreensão consciente dos seus próprios valores (Habermas, 2012a), constatamos que, em Cabo Verde, o subsistema político tem reconstruído as condições para o desenvolvimento da sua autolegitimidade, segundo uma lógica autorreferente, com absorção dos efeitos das revoluções liberais no século XIX, com as revoluções republicanas (primeiramente em 1910 e depois em 1975) e com a transição para o pluripartidarismo em 1991. Igualmente, o subsistema religioso, particularmente a partir do século XIX, viu-se na contingência de reconstruir as condições para o desenvolvimento da sua autolegitimidade, em parte, à medida que as mudanças políticas impulsionavam transformações no tecido social.

Pudemos evidenciar que a autonomização do subsistema religioso católico está relacionada com um conjunto de mudanças estruturais, mas também traduz a atualização dessas mudanças nos seus procedimentos autorreferentes, permitindo-lhe encontrar condições de possibilidades de absorver e compatibilizar-se estruturalmente com o seu entorno social e contribuir, a par de outros subsistemas sociais, para a geração de um espaço social pluricêntrico e de sentidos múltiplos, sendo problematizáveis os seus efeitos no fortalecimento do desenvolvimento de estruturas de consciência modernas.

Na atualidade, a pluralização da oferta religiosa é o destaque da vivência religiosa em Cabo Verde (podendo significar a diversificação das propostas de absorção das deceções de expetativas geradas em outros âmbitos funcionais) e, paulatinamente, ganha consistência pública a problematização da distribuição do poder das diversas organizações religiosas. Eventualmente, ao nível organizacional, o Estado terá de abster-se da neutralidade sob a qual propaga a sua ignorância em assuntos religiosos e assumir uma laicidade mediadora, nos termos da proposta de Hervieu-Léger (2005: 247-249), perante as racionalizações pluraís sobre a privatização da fé, a pluralização da oferta de bens de salvação, e sobre a revitalização pública do elemento religioso.

Afigura-se que a modernização societal em Cabo Verde se confronta com a forma como serão absorvidas, nas diferentes esferas funcionais, incluindo a religiosa, as irritações geradas pelo dinamismo religioso contemporâneo e as motivações psíquicas acopladas a esse dinamismo que não serão, certamente, exclusivamente religiosas.

Aparentemente, a ampliação do número de pressupostos sobre os quais se apoia a ordem social no arquipélago de Cabo Verde, não desvirtuou a política como a estrutura comunicativa responsável pelo atendimento das questões coletivas, reiteradamente imediatas. Resta saber se o direito será alternativa suficiente à religião, enquanto estrutura comunicativa que atende às questões residuais geradas pelas insuficiências do poder político, uma vez que, relativamente à situação religiosa atual, os valores religiosos, sendo plurais, podem não assegurar a legítima fundamentação de uma decisão política consensual.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Elisa (1996), *As ilhas de Cabo Verde. Da Descoberta à Independência Nacional*, Paris, Edições L'Harmattan.
- BERGER, Peter (2004), *O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*, 5.^a ed., São Paulo, Paulus.
- BEYER, Peter (1997), *Religion and globalization*, London, Sage.
- Boletim da Diocese de Cabo Verde*, ano 17, n.º 58, Praia, maio/junho de 1997.

- BRÁSIO, António (1973), *História e Missiologia. Inéditos e Esparsos*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola.
- CABRAL, Amílcar (1976), *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral: A Arma da Teoria, Unidade e Luta I*, vol. I, Lisboa, Seara Nova.
- CARREIRA, António (1983), *Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460 – 1878)*, 2.^a ed., Lisboa, Instituto Cabo-verdiano do Livro.
- CASANOVA, José (1994), *Public Religions in Modern World*, Chicago, The University of Chicago Press.
- COHEN, Zelinda (2007), *Os Filhos da Folha (Cabo Verde – séculos XV-XVIII)*, Praia, Spleen-Edições.
- CORREIA E SILVA, António Leão (2001), “O Nascimento do Leviatã Crioulo. Esboços de uma Sociologia Política”, *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 1, julho/dezembro, pp. 55-68.
- CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio (1996), *Glosario sobre la Teoría Social de Niklas Luhmann*, México D.F., Universidad Iberoamericana.
- EISENSTADT, S. N. (1997), *Fundamentalismo e Modernidade: Heterodoxias, Utopismo e Jacobinismo na Constituição dos Movimentos Fundamentalistas*, Oeiras, Celta Editora.
- ESTEVES, João Pissara (1993), “Prefácio: Uma Apresentação”, in Luhmann, Niklas, *A improbabilidade da comunicação*, Lisboa, Vega, pp. 1-15.
- FERNANDES, Gabriel (2002), *A diluição da África: Uma interpretação da Saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial*, Florianópolis, Editora da UFSC.
- FORTIN, Marie-Fabienne (2009), *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures, Lusodidacta.
- FURSETH, Inger e REPSTAD, Pål (2006), *An Introduction to the Sociology of Religion. Classical and Contemporary Perspectives*, Hampshire, Ashgate.
- HABERMAS, Jürgen (2012a), *Teoria do Agir Comunicativo: Racionalidade da Ação e Racionalização Social*, vol. I, São Paulo, WMF Editora Martins Fontes.
- HABERMAS, Jürgen (2012b), *Teoria do Agir Comunicativo: Sobre a crítica da razão funcionalista*, vol. I, São Paulo, WMF Editora Martins Fontes.
- GOMES DOS ANJOS, José Carlos (2002), *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde. Lutas de Definição da Identidade Nacional*, Porto Alegre (Brasil), UFRGS/IFCH; Praia (Cabo Verde), INIPC.

- GUIBENTIF, Pierre (2009), “Teorias sociológicas comparadas e aplicadas. Bourdieu, Foucault, Habermas e Luhmann face ao direito”, *Revista Novatio Iuris*, ano II, n.º 3, Porto Alegre, ESADE, pp. 9-33.
- HERVIEU-LEGÈRE, Danièle (2005), *O Peregrino e o Convertido: a religião em movimento*, 1.ª ed., Lisboa, Gradiva.
- IZUZQUIZA, Ignacio (2008), *La Sociedad sin hombres: Niklas Luhmann o la teoría como escándalo*, 2.ª ed., Rubí (Barcelona), Editorial Anthropos.
- KNOTT, Kim (2009), “How to study religion in the modern world”, in Woodhead, Linda, Kawanami, Hiroko, Partridge, Christopher, *Religions in the modern world: traditions and transformations*, second edition, London, Routledge, pp. 13-36.
- KOUDAWO, Fafali (2001), *Cabo Verde e Guiné-Bissau: Da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal*, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.
- LUHMANN, Niklas (1990), *Political Theory in the Welfare State*, Berlin - New York, de Gruyter.
- LUHMANN, Niklas (2005), “Sociologia como teoria dos sistemas sociais”, in Santos, José Manuel, *O pensamento de Niklas Luhmann*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, pp. 71-119.
- LUHMANN, Niklas (2007a), *La religión de la sociedad*, Madrid, Editorial Trotta.
- LUHMANN, Niklas (2007b), *La sociedad de la sociedad*, México, Herder; México, Universidad Iberoamericana.
- LUHMANN, Niklas (2009), “La Dogmática Religiosa y la Evolución de las Sociedades”, in Luhmann, Niklas, *Sociología de la religión*, México, Herder; México, Universidad Iberoamericana, pp. 75-194.
- MAÇÃES, Bruno (2010), “Introdução”, in Foucault, Michael, *Nascimento da Biopolítica*, Lisboa, Edições 70, pp. VII-XV.
- MANSILLA, Darío Rodríguez; TORRES NAFARRATE, Javier (2008), *Introducción a la teoría de la sociedad de Niklas Luhmann*, México, Universidad Iberoamericana; Barcelona, Herder.
- MOELLER, Hans-Georg (2012), *The Radical Luhmann*, New York, Columbia University Press.
- PEREIRA, Daniel A. (2004), *A Situação da Ilha de Santiago no 1º Quartel do Século XVIII*, 2.ª ed., Praia, Alfa-comunicações.
- SANTOS, Maria Emília Madeira; SOARES, Maria João (2001), “Igreja, Missionação e Sociedade”, in Santos, Maria Emília Madeira (Coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol.

II, 2.^a ed, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia, Instituto Nacional de Investigação Cultural, pp. 359-508.

SCHMIDT, Volker H. (2011), “Modernidade e diversidade: reflexões sobre a controvérsia entre teoria da modernização e a teoria das múltiplas modernidades”, *Revista Sociedade e Estado*, vol. 26, n.º 2, pp. 155-183.

SENNA BARCELOS, Cristiano José de (2003), *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, vol. I, 2.^a ed., Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. *Tribuna*, ano VII, II Série, n.º 46, de 1 a 15 agosto de 1990.

WAIZBORT, Leopoldo (1995), Introdução, in Weber, Max, *Os Fundamentos Racionais e Sociológicos da Música*, São Paulo, EDUSP, pp. 23-52.

Adilson Filomeno Carvalho Semedo. Sociólogo. Doutorado em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Cabo Verde (Praia, Cabo Verde). Investigador associado do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Morada para correspondência: Universidade de Cabo Verde, Campus do Palmarejo C.P. 279. República de Cabo Verde. *E-mail:* adiguido@hotmail.com

Artigo recebido em 23 abril de 2015. Publicação aprovada em 21 de dezembro de 2015

Comment les psychiatres se représentent-ils aujourd'hui “la” maladie mentale?

Caroline Guibet Lafaye
CNRS – Centre Maurice Halbwachs

Résumé

La littérature médicale propose plusieurs modèles interprétatifs de la maladie mentale. À travers une enquête empirique de type sociologique, nous avons voulu faire émerger du terrain les représentations de la maladie – et en particulier de la psychose – aujourd'hui à l'œuvre, parmi les psychiatres français, ainsi que le degré d'adhésion à celles-là. Nous plaçant volontairement à un degré important de généralité, nous avons mis en évidence sept formes d'attitude face à la question de la maladie mentale.

Mots-clés : maladie mentale, psychose, souffrance psychique.

Como os psiquiatras interpretam a doença mental ?

Resumo

A literatura médica propõe vários modelos interpretativos da doença mental. Através de um inquérito empírico de tipo sociológico, quisemos fazer emergir as representações da doença - e em particular da psicose - hoje tema de estudo, entre os psiquiatras franceses, assim como o grau de adesão àquelas. Colocando-nos voluntariamente num grau importante de generalidade, pusemos em evidência sete formas de atitude face à questão da doença mental.

Palavras-chave: doença mental, psicose, sofrimento psíquico.

How do psychiatrics consider nowadays “the” mental illness?

Abstract

The medical literature offers several interpretations of mental disease. We conduct a sociological survey to grasp from empirical data current representations of disease, in particular of psychosis, assumed by French psychiatrists. We choose to ask a general question to medicals. We described seven kinds of attitudes.

Key words: mental disease, psychosis, mental suffering.

Resumen

La literatura médica sugiere una serie de modelos interpretativos de la enfermedad mental. A través de un estudio empírico de tipo sociológico, queríamos llevar a cabo las representaciones de la enfermedad - y, en particular, la psicosis - el tema de hoy del estudio entre los psiquiatras franceses, así como el grado de adherencia a las. nos pone voluntariamente en un importante grado de generalidad, hemos destacado siete formas de actitud con respecto a la cuestión de las enfermedades mentales.

Palabras clave: enfermedad mental, psicosis, sufrimiento mental.

CONTEXTE

La littérature médicale comme les sciences humaines et sociales permettent d'identifier plusieurs définitions ou représentations de la ou des pathologies en psychiatrie. Une ligne de partage oppose objectivistes et constructivistes (voir Kitcher, 1997: 208-209). Les premiers considèrent qu'il y a des faits relatifs au corps humain sur lesquels la notion de maladie se fonde et toute personne ayant une claire compréhension de ces faits n'aurait aucune difficulté à tracer des frontières entre ce qui relève de la maladie et ce qui n'en relève pas, même dans les cas difficiles. Les seconds tiennent cette représentation pour illusoire. Les cas difficiles, selon eux, montrent comment les valeurs des différents groupes sociaux entrent en conflit plutôt qu'ils ne traduisent une ignorance des faits, l'accord sur les faits s'expliquant parfois par un consensus autour d'un système de valeurs.

Lorsque l'étiologie est prise en compte, on oppose les psychogenèses aux organogenèses. Les premières appréhendent le symptôme psychiatrique comme intégré

à une attitude globale, à une conduite ou à un comportement. Les “syndromes psychiques” sont alors décrits comme “des conduites et des croyances d’un certain niveau fonctionnel, [comme] de véritables comportements faits avec la substance, la pâte, de la personnalité.” (Ey, 1934: 164) Le modèle organogénétique, en revanche, explique le trouble mental à partir de ses symptômes (conduites, comportements) par une atteinte physique de l’organisme (lésion, organe, cerveau en particulier). Ainsi, au cours des années 1970-1980, l’étude des mécanismes neuronaux sous-tendant le comportement humain a fondé le développement de la neuropsychologie, laquelle propose une analyse systématique des troubles consécutifs aux altérations de l’activité cérébrale normale dues à la maladie, à une lésion ou à une modification expérimentale. À cette bipartition s’ajoute l’explication par la sociogenèse.

Plutôt qu’à partir de l’étiologie, les représentations de la maladie mentale peuvent être abordées à partir de la façon dont, historiquement, la psychiatrie s’en est saisie. “L’ensemble de la psychiatrie de l’Europe occidentale et de l’Amérique du Nord peut s’étudier [...] comme la succession de trois périodes, marquées [...] par la prévalence d’un paradigme (cf. Kuhn, 1962) qui régit toute la pathologie mentale correspondante” (Lantéri-Laura, 2005: 36). La première s’étend de 1793 à 1854 et se caractérise par la mise en œuvre du paradigme de l’aliénation mentale, qui oppose l’aliéné au non-aliéné, le fou au non fou, sans position tierce. Y succède, de 1854 à 1926, le paradigme des maladies mentales au pluriel, irréductibles les unes aux autres. Émerge enfin en 1926 – date du congrès de Genève-Lausanne sur la schizophrénie – le paradigme des structures psychopathologiques qui s’efface en 1977 avec la mort d’H. Ey. La notion de structure est au cœur de ce paradigme et réorganise la multiplicité des pathologies qu’avait mise au jour la précédente période. Depuis 1977, nous serions entrés dans la psychiatrie “postmoderne”, dont nous ne savons pas s’il lui correspond un paradigme (Lantéri-Laura, 2005: 40).

OBJECTIFS

Face à cette diversité explicative et au fait que la psychiatrie contemporaine puisse se résoudre en une “juxtaposition de syndromes” (Lantéri-Laura, 2004: 130), notre objectif est d’en explorer le champ, en particulier dans les formulations que les

médecins proposent pour appréhender les sujets malades, au-delà et indépendamment de la seule identification de leurs symptômes. Plutôt que de nous appuyer sur la distinction classique entre conceptions organogénétiques et conceptions psychogénétiques de la maladie mentale, nous avons voulu faire surgir des discours eux-mêmes, les représentations de la maladie mentale à l'œuvre dans la pratique clinique. Cette méthodologie permet de ne pas projeter *a priori* des représentations ou des conceptions de la maladie sur celles que formulent les acteurs, cette dernière démarche ayant le travers d'occulter des représentations minoritaires ou marginales. Elle coïncide avec une approche inductive, de type *bottom-up*. De plus, la dichotomie entre organogénèses et psychogénèses a le défaut de réduire la question des théories à celle des étiologies (voir Schaffner, 2008), et de surcroît à celle des étiologies considérées comme réactionnelles. Or l'étiologie n'est pas l'unique fil directeur d'organisation taxinomique. Il l'est encore moins lorsque ce ne sont pas les pathologies qui sont étudiées mais les représentations portant sur ces dernières.

Notre objectif est donc double : il s'agit à la fois de dresser une typologie de ces représentations et de saisir leur distribution dans le champ de la psychiatrie clinique contemporaine. Une question reste pendante : qu'est-ce qu'une typologie, issue d'une méthodologie en sciences sociales, peut apporter face aux modèles d'interprétation de la maladie mentale élaborés par la littérature médicale¹? Sachant que les médecins interrogés se meuvent au sein du champ représentationnel des interprétations courantes de la maladie mentale, notre objectif consiste à la fois à cerner la prégnance de ces représentations mais également à identifier les caractéristiques sociodémographiques de ceux qui les endossent. Nous éluciderons l'impact contemporain des représentations alternatives et issues des courants ayant voulu infléchir la psychiatrie dans les années 1970. Nous apprécierons le poids de la psychiatrie biologique dans le paysage médical institutionnalisé français actuel. Nous préciserons enfin la spécificité du champ représentationnel français concernant les interprétations de la maladie mentale.

Du fait de la structure de l'échantillon, nous envisagerons plus spécifiquement le critère du lieu d'exercice, lequel permet de distinguer des catégories de praticiens, selon

¹ Du côté des modèles purs de la psychopathologie, on identifierait le modèle organique, la causalité psychique (psychogénèse), la sociogénèse. Néanmoins les modèles sont, le plus souvent, pluridéterministes, tels l'organo-dynamisme, le modèle cognitivo-comportemental, le modèle biopsychosocial.

qu'ils exercent en milieu hospitalier², dans une structure privée ou en cabinet mais également, concernant la première catégorie, selon que leur activité se déroule en intra-ou en extra-hospitalier. L'attention au lieu d'exercice est motivée par deux hypothèses, d'une part, celle de l'existence de différences de culture en chacun de ces lieux et, d'autre part, celle du choix par les médecins de leur lieu d'exercice en lien avec l'idée qu'ils se font de la folie et de la réponse médicale qui doit lui être apportée. Un second critère sera retenu, celui de la position hiérarchique (interne, psychiatre, praticien hospitalier en psychiatrie, psychiatre en libéral, psychiatre en SMPR, psychiatre psychanalyste, psychiatre chef de pôle, psychiatre chef de service), donnant également dans certains cas une idée de l'âge de l'enquête³.

METHODES

Les données que nous avons analysées sont tirées d'entretiens semi-directifs menés, entre octobre 2012 et juillet 2013, auprès de 90 psychiatres exerçant dans des structures de différents types : hôpitaux publics (dans leur variété⁴), cabinets en ville, et dans des contextes géographiques variés (métropoles urbaines, milieu rural). Parmi les personnes interrogées, 4 étaient internes, 4 médecins avaient une activité exclusive en psychiatrie-précarité, 9 exerçaient en prison, 8 exerçaient principalement en libéral⁵. Le plus jeune avait 26 ans. Deux venaient d'entrer en retraite, deux autres étaient retraités. 58 étaient des hommes, 32 des femmes. Les entretiens approfondis de type semi-directifs ont été menés avec une grille standard, préalablement testée lors d'entretiens pilotes. Ces interviews ont duré entre 30 mn et 3h30. Elles ont été enregistrées et retranscrites. Tous les entretiens ont été soumis à une analyse individuelle à partir d'un codage thématique, permettant d'identifier des régularités dans les discours. Cinq thèmes ont été retenus : la maladie, la capacité à prendre des décisions pour soi-même – en lien avec le libre arbitre –, le bien du patient, les objectifs thérapeutiques du médecin, la question éthique. L'étude proposée s'appuie sur l'analyse des réponses à la question :

² Et plus précisément en hôpital psychiatrique, en hôpital général ou en Centre Médico-Psychologique.

³ Dans la mesure où des critères sociodémographiques n'ont pas été renseignés par certains enquêtés.

⁴ *I.e.* soit en service de psychiatrie (qu'ils soient fermés ou ouverts), soit en hôpital général, soit aux urgences, soit comme psychiatre de liaison.

⁵ Les données sociodémographiques des professionnels de santé sont disponibles sur demande.

“Si vous aviez à expliquer à un néophyte ce qu’est la maladie mentale, comment la décririez-vous ?” qui a été posée à la fois dans le questionnaire diffusé auprès des médecins, en complément des interviews réalisées, et abordée lors des entretiens semi-directifs. L’analyse a été complétée par l’étude thématique du contenu abordé par les enquêtés lors des entretiens.

RESULTATS

Les discours recueillis permettent de dresser une typologie à 6 + 1 entrées, chacune constituée de deux à cinq sous entrées. Chaque entrée retient le trait principal caractérisant la représentation proposée de la maladie, ce trait étant irréductible aux autres descriptions mentionnées. Nous traitons des représentations des formes les plus sévères de la maladie mentale, *i.e.* de la psychose. Sept thématiques émergent : l’absence de caractérisation de la maladie mentale, l’approche médicale, l’interprétation dite individuocentrée, la référence au symbolique, à une différence ou bien à une altérité, enfin une approche holiste.

Cette typologie constitue une épure qui identifie des idéaux-types au sens de Max Weber (1922), c’est-à-dire des hypothèses dont les éléments de base sont les représentations des agents, sur le fondement desquelles ils déploient des relations causales compréhensibles, permettant de s’orienter dans la réalité sociale ainsi que dans leur pratique, en leur donnant sens. Les types idéaux ne sont pas pensés sur un *a priori* de déductions exclusivement logiques et définitionnelles, mais construits à partir de la réalité sociale, en l’occurrence des discours recueillis et dont, par synthèse et abstraction, nous avons choisi, extrait et accentué des caractéristiques jugées représentatives de certains univers de discours. L’étude sociologique est contrainte d’élaborer des types (ou “idéaux”) “purs”, exprimant “l’unité cohérente d’une adéquation significative aussi complète que possible” (Weber, 1922 : 49), mais qui, pour cette raison, ne se présentent pas dans la réalité sous cette forme *pure*, absolument idéale. Indéniablement, peu d’individus adhèrent à des modèles “purs” d’interprétation de la maladie mentale. Rares sont les médecins ayant une interprétation mono-causaliste des pathologies mentales. L’analyse thématique permet toutefois de répartir les discours

recueillis, en extrayant le trait dominant à partir duquel les subsumer dans des catégories ou épures.

ANALYSE DES RÉSULTATS

1. TYPOLOGIE DES REPRESENTATIONS DE LA MALADIE MENTALE

Ne pas caractériser la maladie mentale [entrée 0]

26 médecins sur les 90 ont choisi de ne pas caractériser la maladie mentale soit (0.1) par refus de répondre à la question ou par aveu d'impuissance [n = 21], soit (0.2) parce qu'ils en ont privilégié une description métaphorique [n = 2], soit (0.3) parce qu'ils récusent l'existence même de la maladie mentale [n = 3]⁶. Cette entrée recouvre donc des attitudes diverses, allant de l'abstention à une posture d'engagement militant. On considère métaphoriquement [0.2] que "La folie, c'est de voir la vie telle qu'elle est..." (P.A., questionnaire)⁷ ou bien on assume [0.3] que "La maladie mentale" n'existe pas. Il y a des personnes qui présentent des troubles mentaux à un moment de leur vie." (J.R.) ou encore que : "Je ne sais pas ce qu'est la maladie mentale. Les patients m'apprennent la diversité des processus humains." (Y.A.)⁸, ces prises de position définissant l'attitude de celui qui les endosse dans le champ de la psychiatrie. Cette dernière posture présente des variantes consistant à "parle[r] d'"épisodes délirants" et

⁶ Certains médecins ont souligné la difficulté inhérente à la question posée. Cette réaction ne nous semble pas invalider sa pertinence parce que, d'une part, le questionnaire adressé à tous les enquêtés offrait du temps pour répondre et, d'autre part, parce que certaines personnes interrogées soulignaient la tendance contemporaine à ce que « depuis plusieurs années, moi je crois que c'est quelque chose qu'on ne questionne plus tellement, qu'on n'aborde plus vraiment comme un problème. Je trouve qu'actuellement on est... dans une identification qui n'est plus questionnant de la folie à une maladie mentale évidemment organique. » (O.B.)

⁷ « La folie, c'est en fait, en fonction des époques, c'est tout ce qu'on comprend pas et c'est tout ce qui sort de l'ordinaire et, suivant les moments, on le va le regarder sur un mode un peu... éventuellement sur un mode psychopathologique, comme on l'a fait nous ; ça va être aujourd'hui sur un mode plutôt émotionnel et comportemental, c'est-à-dire sur un mode scientifique, soi-disant ; à une époque, c'était sur le mode religieux, donc c'était des gens qui est en communication avec dieu soit en communication avec le diable. [...] On a un cerveau qui s'est énormément développé mais, du coup, dans les tréfonds du cerveau il se passe des choses bizarres et quand elles s'expriment, ça donne des fous. » (P.A.)

⁸ « [...] la représentation de la pathologie mentale. Je pense pas qu'il y ait des gens fous et des gens non fous. Il y a des fonctionnements psychiques différents à certains moments donnés, à certains moments de l'histoire... » (S.S.)

[à] refuse[r] de poser le diagnostic de schizophrénie, ou encore à utiliser le terme de “déséquilibre” plutôt que de maladie (N.B.). Cette orientation s’est incarnée historiquement dans l’antipsychiatrie britannique (Cooper, 1967 ; Laing, 1970 ; Laing et Cooper, 1972) et italienne (Basaglia et Scritti, 1953, 1968 ; Basaglia, 1970 ; Basaglia et Basaglia-Ongaro, 1971), récusant l’existence de la maladie mentale ainsi que toute classification des maladies mentales. Aux antipodes de cette réserve face à la question de la définition/interprétation de la pathologie psychiatrique, on s’engage activement dans la dénonciation des catégories socialement construites et élaborées par la psychiatrie.

Intermédiaire entre le refus de caractériser la maladie [0.1] et sa description à partir de symptômes [entrée 1], se dessine une posture, notamment assumée par certains des médecins s’inscrivant dans le modèle médical, consistant à caractériser la maladie par défaut. Cet extrait est en emblématique : [ces maladies]

“ c’est ce que nous on va prendre en charge, comme psychiatres, c’est des maladies, des maladies dont on ne connaît pas encore bien l’origine ; on est à peu près sûrs que toutes sont multifactorielles comme origine... encore qu’on manque de réponses précises, étiologiques sur aucune, c’est pour ça qu’on utilise le terme de “troubles” en psychiatrie plutôt que de “maladies” parce que “maladies”, ça suppose qu’on connaît le facteur étiologique...” (C.S.)⁹

Le modèle médical [entrée 1]

L’approche médicale et biologique, adossée à un présupposé naturaliste, présente plusieurs aspects selon que (1.1) la maladie est simplement décrite à partir de ses symptômes et comme une anomalie, (1.2) qu’elle est définie par référence à l’aliénation¹⁰ et comme exprimant des troubles psychiques profonds, privant un individu de ses facultés mentales. S’inscrit dans cette catégorie toute qualification

⁹ Il poursuit : « moi, je fonctionne comme les collègues avec un modèle de maladie : il y a des facteurs qui déterminent l’apparition d’une maladie. Il faut reconnaître la maladie parce qu’il y a des symptômes spécifiques pour chaque maladie et ensuite dans l’éventail de traitements qu’on connaît pour le sous type de maladie qu’on met en évidence, on va proposer les traitements qui paraissent le plus adaptés. » (C.S.)

¹⁰ Sans que l’aliénation ne soit pensée explicitement comme une perte de liberté. Cette détermination a trouvé des sens distinct selon les pays et selon les courants psychiatriques (Dörner, 1975 ; Gomory *et al.*, 2013). En France, « aliénation » connote une prévalence des passions sur la raison, comme le suggère la catégorie de « folie raisonnée » (Falret, 1866), alors qu’en Grande-Bretagne la notion renvoie plutôt à un biais dans les formes courantes du raisonnement ou au modèle médical. Dans ce texte, nous retiendrons le sens conféré au terme par les psychiatres français interrogés, *i.e.* d’une perte de ses facultés par l’individu ainsi que de sa liberté.

faisant mention d'une altération passagère du jugement, de la maîtrise de soi, d'égarement. (1.3) Elle intervient également lorsque la maladie est caractérisée par ses aspects biologiques ou génétiques, (1.4) lorsqu'elle est appréhendée, à partir d'un point de vue fonctionnaliste, comme un dysfonctionnement, un handicap ou un défaut de type fonctionnel (voir Zygart, 2014: 177). (1.5) L'évocation de la désorganisation de la pensée constitue une sous-occurrence de la représentation de la maladie comme dysfonctionnement.

Cette approche est endossée par 17 des médecins interrogés, lesquels envisagent la maladie soit à partir de ses symptômes [n = 9] ou de son étiologie biologique [n = 6], soit plus généralement comme une aliénation [n = 2] et secondairement comme un handicap, une inadaptation, un dysfonctionnement. Dès lors, "le malade mental est quelqu'un qui est lui-même empêché par sa maladie. En soignant sa maladie, on le libère." (F.C.) L'extrait suivant est paradigmatique de ces représentations:

" Sous maladie mentale, on entend généralement la psychose qui est une maladie du cerveau qui aboutit à des perceptions anormales de la réalité donc à des interprétations erronées des situations et à des comportements inadaptés (sous tendus par ces interprétations erronées). Autre élément important : le malade ne se sent pas malade. " (I.G., questionnaire)

L'approche organique, prégnante lorsque l'on considère que " la psychose [...] est une maladie du cerveau ", étudie les perturbations cognitives du comportement et les désordres de la personnalité apparaissant après des lésions cérébrales. Plus généralement, le modèle médical vise " la description d'entités syndromiques fondée sur l'analyse de mécanismes psychopathologiques spécifiques " (Garraabé, 2002). En effet, depuis la seconde moitié du XXe siècle, la psychiatrie s'est déployée comme psychiatrie psychopathologique.

L'approche médicale de la maladie mentale n'est pas sans lien avec celle qui suit (*i.e.* entrée 2.) mais en en faisant une entrée spécifique, nous avons voulu mettre en exergue une attitude explicitement revendiquée par certains médecins, identifiée sous l'expression – pour reprendre leurs termes – de "modèle médical", plaçant l'accent sur les déficiences, les altérations durables des fonctions physiologiques, psychologiques ou mentales, sur les incapacités, envisagées comme des difficultés à réaliser un certain nombre d'actes de la vie courante (voir Wood, 1975). Cette approche, à la différence de la suivante, se veut descriptive mais s'avère normative, alors que la suivante serait

plutôt empathique, conformément à une partition que l'on trouve aussi dans l'opposition entre *evidence based medicine* et *value based medicine* (voir Fulford, 2004). L'approche médicale, tout en étant centrée sur l'individu, s'attache aux symptômes, aux troubles, aux aspects pathologiques du comportement et à leur correction. Elle se veut objectiviste. La deuxième catégorie proposée dessine, en revanche, une approche également individuocentrée mais attentive aux aspects subjectifs de la vie et de la maladie de la personne.

L'individu malade [entrée 2]

En miroir de la description organogénétique objectiviste, se déploie une représentation assumée par à peu près un tiers des psychiatres français entendus [n = 34]. Nous la qualifierons d'individuocentrée. L'approche psychogénétique en constitue une illustration emblématique. Cette catégorie se décline en cinq sous entrées¹¹ selon que (2.1) la maladie est simplement décrite comme la modalité d'un vécu¹² [n = 1], (2.2) présentée comme une souffrance vécue par le sujet [n = 11], (2.3) le résultat d'un conflit inhérent au psychisme individuel [n = 15], (2.4) une perte du sujet [n = 1], envisagé comme "assez peu sujet de ses actes, des situations dans lesquelles on est", ou enfin comme (2.5) une "pathologie de la liberté" [n = 6].

La référence à la souffrance (2.2) en tant que modalité caractérisant la maladie mentale émerge, dans le discours psychiatrique français¹³, à partir des années 1990. Un basculement s'y opère, de l'accent placé sur la violence ou l'agressivité des patients psychiatriques, à l'attention portée à la souffrance psychique, à la singularité et à la spécificité de l'expérience du malade et des émotions induites (voir Coffin, 2011 :10). Dans les entretiens, cette posture appert lorsque l'on estime que "la maladie mentale [...] est une forme extrême de la souffrance psychique qui est la mobilisation de défenses psychiques face à des situations vécues comme intolérables et menaçantes

¹¹ Ces sous catégories soulignent le *trait caractéristique principal* de la description proposée par les médecins.

¹² « Une altération du vécu intime générant de la souffrance », « Un vécu émotionnel altéré générant une souffrance et d'éventuelles difficultés relationnelles et comportementales. » (N.F. dans les deux cas).

¹³ Nous nous en tenons ici au contexte français car ce motif est apparu antérieurement avec les travaux de Minkowski (1933, 1948) et Binswanger (1971, 1987) plaçant l'attention sur le vécu individuel et l'empathie du soignant.

pour l'intégrité du sujet." (J.M.) Ainsi 12 médecins mentionnent explicitement la notion de souffrance psychique.

Dans la mesure où l'enjeu aujourd'hui est de "montrer à travers la souffrance psychique que l'intention psychiatrique est d'être un dépassement d'une approche médicale qui demeure légitime mais insuffisante" (Coffin, 2011 :10), il nous a semblé pertinent de mettre en regard les représentations 1. et 2. de la maladie mentale. L'évocation de la souffrance des patients – plutôt que de la souffrance psychique – est très prégnante dans les discours. 12 femmes sur l'ensemble des 32 interrogées (c'est-à-dire 37 %) l'évoquent à un moment ou à un autre de leur caractérisation de la maladie mentale et 17 hommes sur 58 (*i.e.* 29 %) ¹⁴. La souffrance mise en avant, y compris par certains médecins chercheurs en sciences cognitives, peut être comprise comme le fruit d'une altération du vécu intime générant de la souffrance" (N.F.). On considère alors que le fou n'est pas "un aliéné à enfermer, mais un homme en souffrance dont le lien social est altéré, susceptible d'être écouté et soigné." (Durand, 2011 :44).

L'interprétation psychogénétique (2.3) constitue également une représentation individuocentrée de type subjectiviste de la maladie mentale, au même titre que la lecture psychanalytique, ou des descriptions de la psychose comme un éclatement du sujet ¹⁵ et du symptôme comme jouissance singulière. L'approche psychogénétique s'illustre aussi bien dans la littérature que dans les discours recueillis, en l'occurrence dans l'idée d'une atteinte incontrôlée du psychisme qui prend le dessus sur les pensées et les actions" (H.N.). Ce type de représentation présuppose que "deux systèmes de pensée s'opposent dans le délire, et que l'issue dépendra de leurs forces relatives." (Bottéro, 2011) Historiquement H. Ey (1975) appréhendait le champ de la psychiatrie comme articulé entre des déstructurations de la conscience et des déstructurations de la personnalité. Les premières concernent notamment les psychoses aiguës, avec la manie et la mélancolie, les bouffées délirantes et les états oniroïdes, les états confuso-oniriques. Les secondes regroupent les déstructurations diachroniques de la conscience de soi, c'est-à-dire les différents degrés de désorganisation du système de la personnalité, *i.e.* le moi devenu démentiel, le moi psychotique du délirant, le moi

¹⁴ Ce médecin caractérise la maladie par « la souffrance ; à mon avis, c'est la seule façon et c'est différentes façons de montrer sa souffrance. [...] Le déprimé, il montre sa souffrance d'une certaine façon ; le maniaque, c'est une défense contre la souffrance ; le schizophrène... c'est un problème. On sait pas du tout d'où ça vient du tout, là il faut pas croire les généticiens... » (E.G.)

¹⁵ « Ce qui est à lui est en dehors de lui » (C.J.).

névrotique et enfin le moi caractéropathique, fixation originaire de la personne entravant la liberté de ses changements éventuels (voir Ey, 1973). Cette caractérisation revêt une place prépondérante parmi les médecins interrogés.

Nous avons placé l'interprétation de "la maladie mentale comme pathologie de la liberté" (2.5), également héritée d'H. Ey (1948 :57), dans la deuxième catégorie thématique car cette description n'implique qu'un rapport du sujet à lui-même mais elle pourrait être subsumée sous d'autres thématiques dans la mesure où elle évoque aussi un rapport à un comportement ou à un agir, et se voit fréquemment associée à l'idée d'un dysfonctionnement. Cette détermination trouve alors un lien avec l'approche médicale pour autant qu'elle exploite la notion de capacités ou de fonctionnalités (voir Sen, 1985). La maladie consiste alors à "être privé de sa liberté", c'est-à-dire d'un de ses fonctionings¹⁶, c'est-à-dire de performances et d'aptitudes (*capabilities*) de l'individu, le présupposé étant que ce dernier est un sujet libre plutôt que déterminé. La mobilisation de cette représentation intervient dans une dizaine d'entretiens, en particulier chez des médecins séniors.

Un défaut de symbolisation [entrée 3]

En marge de ces représentations largement partagées de la maladie mentale se déploie une interprétation faisant référence au langage et au symbolique. Cette caractérisation se distingue de la précédente en ce qu'elle explique la maladie mentale à partir du langage plutôt que du psychisme. Dans notre échantillon, très peu de médecins [n = 2] font de cette interprétation l'axe dominant de leur appréhension de la maladie mentale. Deux sous entrées peuvent cependant être distinguées selon que l'accent est porté sur (3.1) un "défaut de symbolisation" (O.L.), une "perte du lien symbolique" (B.S.)¹⁷ et, lorsqu'il est question de psychose, sur "un trou dans ce qui constitue le champ symbolique, le langage au sens le plus large, ce qui fait loi." (A.L.), ou bien selon que l'on envisage (3.2) la schizophrénie comme le produit de messages linguistiques contradictoires.

Cette dernière interprétation s'illustre dans la littérature et la tradition psychiatriques avec l'école de Palo Alto pour laquelle lorsque l'un des membres du

¹⁶ Un *functioning* peut consister dans n'importe quel genre d'action exécutée, ou d'état réalisé, par un individu, et peut, *a priori*, couvrir tout ce qui concerne une description complète de la vie de l'individu.

¹⁷ « La psychose est caractérisée par la perte du lien symbolique. » (B.S.)

groupe familial reçoit, dès l'enfance de manière répétée et durable, des messages de type digital, *i.e.* de nature symbolique¹⁸, dont le sens se trouve contredit, soit par certains de ces messages eux-mêmes, soit par des messages analogiques, en particulier non verbaux, en somme lorsque l'information qu'il reçoit dit le même et son contraire, le sujet n'a pas d'autre issue pour survivre, fût-ce *a minima*, que de devenir ce que la clinique traditionnelle appelle un schizophrène chronique.

Une différence [entrée 4]

La rupture dans le commun peut n'être pas envisagée seulement eu égard au langage et à l'univers symbolique mais, plus généralement, par rapport à la norme ou aux normes (voir Scull, 1981). L'altérité s'incarne objectivement (ou extrinsèquement) dans une norme ou, subjectivement (et intrinsèquement), dans le "moi sain". S'ouvre alors l'espace de la représentation de la maladie mentale comme une différence susceptible de se décliner selon une pluralité de références, c'est-à-dire par rapport à une norme aussi bien biologique – la maladie est alors anomalie – que sociale (4.1). La maladie est "une anomalie du comportement ou de la conduite sociale ou du raisonnement, [et] pour les formes sévères[,] les trois anomalies associées" (S.K.). Cette catégorie se distingue spécifiquement de l'approche médicale [entrée 1], dans la mesure où la différence soulignée peut être décrite et appréhendée autrement que comme une altération ou un dysfonctionnement que la médecine aurait pour fonction de corriger. Cependant cette représentation est portée par un faible nombre de médecins [n = 4]. Elle dessine la ligne de partage entre l'orientation propre au monde médical et des représentations davantage présentes en sciences humaines.

Elle s'exprime toutefois chez certains médecins dans l'idée que la maladie mentale constitue une "perception des relations à autrui et du monde environnement venant s'écarter de la "norme" et ayant des conséquences dans la capacité de cette personne à être autonome, à développer sa vie familiale, affective, professionnelle." (H.M.) Déjà, Erving Goffman proposait une définition sociologique de la folie, telle que le malade mental est quelqu'un "qui enfreint les règles communes de l'interaction sociale" (Goffman, 1973 :322). Cette détermination est également présente dans la littérature francophone considérant que "la maladie est définie par rapport à une

¹⁸ C'est-à-dire ayant une syntaxe logique complexe manquant d'une sémantique appropriée à la relation.

moyenne, à une norme, à un “*pattern*” et que, dans cet écart, réside tout l’essence du pathologique ” (Foucault, 1954 :73) Ici la folie “c’est tout ce qu’on ne comprend pas et c’est tout ce qui sort de l’ordinaire” (P.A.).

Une sous entrée s’associe à cette représentation, en l’occurrence l’idée que (4.2) la maladie mentale traduit une altérité intériorisée, dont la représentation la plus courante consiste dans le fait “d’être étranger à soi-même, de perdre la capacité, la possibilité d’être le guide de sa propre existence.” (O.C.) ou encore dans l’idée d’une “zone d’altérité psychique inductrice de symptômes, avec souffrance psychique reconnue comme telle.” (O.H.).

L’écart à la norme [entrée 5]

Un cinquième type de représentation, proche du précédent et également minoritaire [n = 5], consiste à envisager la maladie en référence à quelque chose d’extérieur, à une altérité¹⁹. Il se distingue de la représentation individuocentrée, qui envisage la maladie comme émanant de ou inhérente au sujet, et du quatrième type, articulé autour de la notion de différence. Ici la maladie apparaît comme (5.1) une pathologie de la relation²⁰ [n = 4], comme (5.2) le fait de n’être pas dans le monde commun [n = 1] voire (5.3) d’être étranger à soi-même²¹, c’est-à-dire d’avoir intériorisé une forme d’altérité, le fou étant “la personne qui ne s’appartient pas complètement, c’est avoir une part de soi qui est étranger.” (T.A.) La folie ici, c’est “tout ce qui échappe à la norme, au bon sens... c’est-à-dire tout ce qui fait achoppement, tout ce qui fait effraction, tout ce qui fait désordre... à la fois dans le champ psychique personnel et dans le champ social.” (O.B.)

(5.1) Les individus sont alors “aliénés au sens de la rupture du lien” (F.C.), frappés par des “pathologies de la relation. [...] il y a un certain nombre de gens qui, pour des raisons x ou y, sur lesquelles les spécialistes se disputent depuis deux cents ans et c’est pas fini, ça fait même plus que ça – ces gens sont affectés dans différents aspects de leur vie, et le plus visible c’est le domaine des relation interhumaines et en

¹⁹ À eux deux, ces deux types de représentations (les catégories 4 et 5) sont portée par 9 médecins. Certaines approches, issues de l’école de Chicago, les feraient volontiers coïncider (voir Matza, 1969).

²⁰ Nous distinguons les sous entrées « pathologie de la liberté » (2.5) et « pathologie de la relation » (5.1), dans la mesure où la première porte une référence à l’agir et au libre arbitre – centrée sur le sujet – alors que la seconde véhicule moins un rapport à l’action qu’un rapport à des *alter ego*, à autrui, c’est-à-dire à des instances extérieures au sujet.

²¹ Cette notion, selon la lecture que l’on en propose, peut figurer comme sous entrée des types 4 et 5.

général c'est quand ça pêche dans le domaine-là qu'ils sont amenés à être contraints à des soins, quand eux-mêmes n'arrivent pas à les demander. Après, pour moi-même, je suis beaucoup moins catégorique que ça; je suis moi-même évidemment, j'ai absolument pas de thèse ou d'opinion de quoi que ce soit tranchée là-dessus." (I.S.) La maladie induit alors "une difficulté à être dans le monde, une difficulté à être avec les autres, une difficulté à être avec soi-même..." (B.G.).

(5.2) Ne pas être dans le monde commun signifie, pour la psychose en particulier, que "c'est un état psychique où la réalité vécue est pas... forcément la même que la majorité de la population. Il peut y avoir une distorsion des perceptions du monde extérieur... En général, la perception du monde extérieur est identique au niveau sensoriel mais c'est l'interprétation qui en est faite qui est différente. Donc il y a cette question de la réalité, du réel, comment est perçu le réel ? Il est perçu différemment dans la psychose." (N.B.) Bien que la perception du monde extérieur soit identique au niveau sensoriel, l'interprétation par le malade en est différente, de sorte que "le réel, la réalité est perçue différemment dans la psychose." (N.B.²²). Cet état induit "une difficulté à partager, à être dans un monde de partage, à partager tout" (T.R.²³). Cette représentation sert parfois de point d'appui pour la critique de l'interprétation clinique de la maladie mentale comme désorganisation de la pensée²⁴. Elle trouve un écho dans la littérature, lorsque les troubles mentaux sont désignés comme "des troubles du lien social" (Gonon, 2013 :292).

(5.3) L'intériorisation de l'altérité est enfin mise en exergue pour souligner que la maladie revient à avoir perdu la capacité ou la possibilité d'être le guide de sa propre

²² «Si on parle de la schizophrénie c'est une maladie chronique, qui évolue sur des années et qui fluctue aussi. C'est pas identique au fil des mois et au fil des ans, donc avec des moments où le fonctionnement de la personne peut se rapprocher ou peut en tous cas convenir à une société, à la société, et d'autres moments, qu'on appelle de décompensation où il y a justement un plus grand écart qui se creuse entre la vision du monde de la personne et la vision du monde communément admise.» (N.B.)

²³ «La vie psychique, c'est la tension entre notre désir d'être comme tout le monde et la certitude que on ne l'est pas, que notre singularité peut pas rentrer dans le truc commun, dans le monde commun et qu'en même temps on a envie d'être vraiment dans le monde commun. [...] La pathologie, c'est quand cette tension s'arrête c'est-à-dire qu'on tombe soit dans une espèce de... il y a tellement de singularité que presque plus rien ne peut être partageable et presque plus rien n'est dans le monde commun, et on ne sait pas comment s'y prendre.» (T.R.)

²⁴ «Je ne suis pas sûre que ça soit toujours de la désorganisation, je pense que parfois ce sont des liens psychiques qui se font et qui sont pas communément admis, qui n'ont pas de sens ; c'est comme s'il y avait une *cartographie du monde et une représentation du monde intérieure différente* et qui, du coup, amène du coup à des liens qu'une personne non psychotique ne ferait pas et que du coup ça donne l'impression d'une désorganisation de la pensée. » (N.B. ; nous soulignons)

existence (voir citation supra d'O.C. et S.S.). La littérature souligne cet aspect, lorsqu'elle considère qu'” à la base de tout délire, on retrouve un étranger, un *xénos* ” (Kapsambelis, 2013 :753).

L'approche intégrative et holiste [entrée 6]

Un dernier type de représentation de la maladie mentale use d'une approche holiste et compréhensive. En particulier, lorsque le lien social est envisagé plus largement – que dans la représentation 5 – comme un système de rapports sociaux, (5.1) la maladie mentale apparaît comme un phénomène bio-psycho-social (Engel, 1980). Dans cette logique, (5.2) elle se voit également interprétée en référence au modèle systémique (Bateson *et al.*, 1956; Elkaïm, 1995), à (5.3) l'approche culturaliste (Kardiner, 1939) ou au modèle de sociologie-génétique. Ces deux premières sous-entrées envisagent la folie comme le résultat d'un ensemble de rapports intersociaux ou intrafamiliaux²⁵, la personne malade n'étant que le symptôme d'un système de relations plus large.

(5.1) Peu de médecins [n = 2] font *explicitement* référence au modèle bio-psycho-social pour désigner le *trait majeur* de leur représentation de la maladie mentale. La meilleure illustration en est donnée par cet extrait de réponse au questionnaire :

“Le terme générique de maladie bio-psycho-sociale correspond à l'approche médicale intégrative des différentes composantes à l'intérieur de la psychiatrie (qu'on pourrait considérer comme un mille-feuille (!)) où chaque approche théorique coexiste avec les autres avec son degré de pertinence et les conséquences thérapeutiques qui en découlent.

Si on prend l'exemple de la dépression : vulnérabilité biologique différente selon chacun (comme pour l'hypertension par exemple) et interagissant avec le “social” ou le contextuel (dans un autre discours, les événements de vie). La dimension psychologique correspondant à l'histoire du sujet et la manière dont le franchissement des étapes de la vie telles que la relation, l'abandon sont aussi différentes selon chacun [...]. *Les trois niveaux interagissent entre eux.* [...] Par ailleurs la répétition d'événements de vie difficiles sollicite d'autant plus la vulnérabilité biologique.» (F.J.)

(5.2) D'autres diront qu'” on peut imaginer que le développement psychique et le fonctionnement psychique, c'est soi-même et c'est le monde qu'on construit autour ”

²⁵ «La question de la psychose, de la folie... Elle est entre les gens, la folie est intersubjective. » (S.S.)

(S.S.). (5.3) Au cours des entretiens, des allusions à la psychiatrie culturaliste s'expriment²⁶, soulignant que “ la folie, c'est un concept culturel qui selon les peuples renvoient à des réalités différentes ” (J.M.), sans néanmoins que les réponses ne rejoignent des affirmations dans ce sens aussi fermes qu'on en trouverait dans la littérature, tenant que “ la maladie serait marginale par nature, et relative à une culture dans la seule mesure où une conduite [...] ne s'y intègre pas. [...] la maladie prend place parmi les virtualités qui servent de marge à la réalité culturelle d'un groupe social ”. (Foucault, 1954: 73)

2. ASPECTS SOCIODEMOGRAPHIQUES

D'un point de vue sociodémographique, nous avons distingué 8 catégories professionnelles, en l'occurrence : 1. Psychiatre (n = 21) ; 2. Psychiatre, chef de service (n = 19) ; 3. Psychiatre, chef de pôle (n = 11) ; 4. Praticien Hospitalier en psychiatrie (n = 22) ; 5. Psychiatre psychanalyste (n = 3) ; 6. Psychiatre en libéral (n = 5) ; 7. PU-PH (n = 4) ; 8. Interne en psychiatrie (n = 5). La distribution de l'échantillon étant assez inégale, nous ne pourrions nous prononcer que sur les catégories 1 à 4.

1. Les psychiatres tendront soit à ne pas caractériser la maladie mentale (pour un tiers d'entre eux ; n = 7) soit à privilégier une représentation individuocentrée (pour un autre tiers ; n = 6), axée sur le conflit des forces psychiques²⁷. 2. Du côté des chefs de service, cette même représentation est majoritaire (n = 10) mais elle s'oriente soit vers une explication fondée sur le psychisme soit insistant sur la souffrance. 3. Les chefs de pôle, en faible nombre, ont des représentations plutôt fondées sur le modèle médical (n = 4) ou bien s'abstiennent de toute description (n = 3). 4. Enfin, les praticiens hospitaliers en psychiatrie, de fait plus nombreux, assument plutôt des représentations subjectivistes de la maladie mentale (n = 9) – selon les axes de partage que l'on trouve chez les chefs de service – mais aussi se retiennent, pour presque un quart d'entre eux (n = 6), de se prononcer sur ou de caractériser la maladie mentale.

²⁶ « Tout est histoire de contexte et d'environnement et *pas seulement d'état clinique pur*. [...] Le délire a toujours des conséquences sur le contexte et l'environnement mais les conséquences sont différentes selon le contexte, la culture et ce que veut l'entourage. Dans certains pays, on enchaîne les fous aux arbres et on leur jette de la nourriture. Ici, ça n'est pas comme ça. » (A.M.)

²⁷ Du type : « Une solution que la psyché à trouver, comme compromis, pour tenter de se protéger d'une souffrance psychique » (B.B.).

Les profils socioprofessionnels permettant de regrouper les catégories 1. Psychiatre et 4. Praticien Hospitalier en psychiatrie, d'une part, et les 2. Psychiatre, chef de service et 3. Psychiatre, chef de pôle, d'autre part, il apparaît que les premiers – au nombre de 43 – tendent soit à s'abstenir de toute caractérisation ($n = 13$) de la maladie soit à privilégier une représentation individuocentrée ($n = 15$) alors que le second groupe, rassemblant 30 individus, assumera, pour presque la moitié d'entre eux, une représentation individuocentrée ($n = 13$).

Lorsque l'on considère le critère du lieu d'exercice, l'échantillon se répartit comme suit. 36 des médecins interrogés exercent en intrahospitalier, 31 en extrahospitalier, 6 en hôpital général, 11 pratiquent dans un cabinet en ville, au moment de l'entretien, et 6 appartiennent à un établissement hospitalier en milieu pénitentiaire. Une partie du premier groupe (médecins en intrahospitalier) partage son temps entre une unité intrahospitalière et un service en extrahospitalier. Dans le cadre de la conduite d'entretiens, nous avons précisé avec eux le titre au nom duquel nous les interrogeons, ce qui a permis ultérieurement de les affecter dans la catégorie 1 "médecins intrahospitaliers en [service de] psychiatrie". Nous regroupons dans la catégorie générale d'extrahospitaliers" (catégorie 2) les médecins travaillant en CMP, dans des centres d'accueil de crise et ceux exerçant, à titre principal, dans des équipes mobiles précarité.

Lorsque leurs représentations de la maladie sont interrogées, les médecins exerçant en intrahospitalier ($n = 36$) soit se gardent de proposer aucune caractérisation de la maladie mentale ($n = 12$) soit privilégient l'approche individuocentrée ($n = 11$). Cette double tendance se confirme si l'on associe à ce groupe de médecins ceux travaillant en SMPR (respectivement $n = 14$ et $n = 13$). L'approche individuocentrée, aussi bien chez les médecins exerçant en intrahospitalier que lorsque l'on augmente ce groupe de ceux exerçant en SMPR, est éclatée à travers l'accent porté sur la souffrance du sujet, l'interprétation psychogénétique et la représentation de la maladie mentale comme pathologie de la liberté ($n = 4$ pour chacune des occurrences).

L'approche individuocentrée est également au cœur des représentations des médecins en extrahospitalier ($n = 15$), elle s'articule principalement autour de l'évocation du conflit psychique ($n = 8$). Elle ne fait en revanche aucune place à l'idée de la folie comme pathologie de la liberté. Enfin aucune attitude spécifique, au sein des

trois communément adoptée, n'émerge chez les médecins exerçant en cabinet quoique nous n'en ayons entendu qu'un très faible nombre (n = 11).

LIMITES DE L'ÉTUDE

Les médecins ont été approchés pour une étude visant à saisir les incidences de la réforme législative de 2011 sur la pratique psychiatrique et pour appréhender les questions éthiques que suscitait le recours à la contrainte. Certaines des personnes qui ont accepté de nous rencontrer étaient sensibilisées à ces questions davantage que d'autres profils de répondants. L'autre limite de cette étude tient à la méthode de recrutement des enquêtés qui s'est, *pour partie*, réalisée selon la méthode "boule de neige" (voir Gauthier, 2009) et a pu avoir laissé échapper une partie des médecins se revendiquant de l'approche biologique ou fondée sur l'*evidence based medicine*. Si ces limites peuvent avoir une incidence sur le nombre de médecins inclus dans chaque type, elles n'en ont en revanche pas sur la nature des types décrits.

CONCLUSION

Comment s'articule aujourd'hui, dans l'univers médical, le champ des représentations de la maladie mentale? L'époque – que G. Lantéri-Laura désigne comme postmoderne – laisse surgir deux tendances fortes, l'une consistant à proposer une clinique qui œuvre indépendamment de toute représentation globale de ce qu'est la folie, l'autre s'appuyant sur une représentation psychogénétique faisant référence au psychisme. La faible prégnance de la référence au modèle médical – n'émergeant que chez 19% des enquêtés – pourrait étonner. Elle ne tient pourtant pas à la méthode de recrutement des enquêtés²⁸ puisque l'essentiel des personnes sont des psychiatres hospitaliers.

Au-delà de la distribution quantitative réalisée à partir de ces entretiens, cette analyse et la typologie qu'elle a mise au jour présentent un intérêt analytique et heuristique pour s'orienter dans le champ des descriptions de la folie aujourd'hui. La

²⁸ Celle-ci ne porterait à critiques que concernant la sous entrée « approche biologique ou génétique » de la maladie mentale, quoique six médecins ne manquent pas de s'y reconnaître.

référence à la souffrance dans les descriptions et appréhensions de la maladie mentale se voit vérifiée empiriquement, confirmant ainsi ce que l'analyse de la littérature a, pour sa part, mis en évidence (Coffin, 2011). De même, la spécificité du champ français d'interprétation de la maladie mentale fortement marquée par un regard psychodynamique, y compris dans le secteur hospitalier, est une nouvelle fois vérifiée à partir de données empiriquement collectées. Enfin le caractère minoritaire de représentations alternatives aux modèles médicaux et psychogénétiques paraît indubitable au terme de cette investigation de terrain.

Références

- ALARY, P. (2012), "Pour une réforme de la Loi du 5 juillet 2011 – La loi du 5 juillet 2011 : protection des usagers ou accentuation des devoirs pour les patients et les professionnels ?", texte envoyé à la Commission Robiliart par la FASM.
- BASAGLIA, F. (1970), *L'Institution en négation*, Paris, Les éditions du Seuil.
- BASAGLIA, F. ; BASAGLIA-ONGARO, F. (1971), *La Maggioranza deviante*, Turin, G. Einaudi.
- BASAGLIA, F. ; SCRITTI, I. (1953), *Dalla psichiatria fenomenologica al l'esperienza di Gorizia*, Turin, G. Einaudi, 1968.
- BASAGLIA, F. ; SCRITTI, I. (1968), *Dall'apertura del manicomio alla nuova legge sull'assistenza psichiatrica*, Turin, G. Einaudi, 1980.
- BATESON, G. (1972), *Steps Towards an Ecology of Mind*, New York, Ballantine Books.
- BATESON, G. ; RUESCH, J.R. (1988), *Communication et Société*, Paris, Seuil.
- BATESON, G. *et al.* (1956), "Toward a theory of schizophrenia", *Behavioral Science*, 1, 195, p. 251-264. [Consult. on 25.08.2015]. Available at: <<http://solutions-centre.org/pdf/TOWARD-A-THEORY-OF-SCHIZOPHRENIA-2.pdf>>
- BINSWANGER, Ludwig (1956), *Trois formes manquées de la présence humaine : la présomption, la distorsion, le maniérisme*, Collection Phéno, Le cercle herméneutique.
- BINSWANGER, L. (1971), *Introduction à l'analyse existentielle*, Paris, Éditions de Minuit.
- BINSWANGER, L. (1987), *Mélancolie et manie : études phénoménologiques*, Paris, Presses Universitaires de France.
- BOTTERO, A. (2011), "ravaux préparatoires à la rédaction du chapitre V de la CIM-11", *Psychiatr. Sci. Hum. Neurosci.*, 9, p. 131-138. [Consult. on 03.03.2014]. Available at: <DOI 10.1007/s11836-011-0175-x>
- COFFIN, J.-C. (2011), "La souffrance psychique en perspective", *Rhizome*, n° 41, avril, p. 9-10.

- COOPER, D. (1967), *Psychiatrie et antipsychiatrie*, Paris, Le Seuil, coll. “Le champ freudien”, 1970.
- DÖRNER, K. (1975), *Madness and the Bourgeoisie: a Social History of Insanity and Psychiatry*, Oxford, Basil Blackwell, 1994.
- ELKAÏM, M. (1995), *Panorama des thérapies familiales*, Paris, Seuil.
- ENGEL, G.L. (1980), “The clinical application of the biopsychosocial model”, *Am J Psychiatry*, 137, p. 535-44. DOI 10.1007/s11836-011-0175-x [Consult. on 03.03.2014]. Available at: <www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/7369396>
- EY, H. (1934), *Hallucinations et délire*, Préface J. Ségla, Paris, Félix Alcan.
- EY, H. (1948), *Études psychiatriques*, vol. 1 *Historique - Méthodologie - Psychopathologie générale*, Paris, Desclée de Brouwer.
- EY, H. (1973), *Traité des hallucinations*, 2 vol. Paris, Masson.
- EY, H. (1975), *Des idées de Jackson à un modèle organo-dynamique en psychiatrie*, Privat, Toulouse.
- FOUCAULT, M. (1954), *Maladie mentale et psychologie*, Paris, PUF.
- FULFORD, K.W.M. (2004), “Ten Principles of Values Based Medicine”, in J. Radden (dir.), *The Philosophy of Psychiatry: A Companion*, New York, Oxford University Press, p. 205-234.
- GARRABE, Jean (2002), “La psychiatrie et la méthode psychopathologique (1902-1952)”, *Annales Médico-psychologiques*, vol. 160, n° 10, Décembre, p. 746-751.
- GAUTHIER, B. (2009), *Recherche sociale : De la problématique à la collecte des données*, Québec, Presses de l'Université du Québec.
- GOFFMAN, E. (1973), “Appendice - La folie dans la place”, in *La mise en scène de la vie quotidienne*, 2. *Les relations en public*, Paris, Minuit.
- GOMORY, T. et al. (2013), “Madness or Mental Illness? Revisiting Historians of Psychiatry”, *Curr Psychol*, vol. 32, p. 119-135. [Consult on 01.07.2015]. Available at: <http://diginole.lib.fsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1040&context=csw_faculty_publications>
- GONON, F. (2013), “Quel avenir pour les classifications des maladies mentales ? Une synthèse des critiques anglo-saxonnes les plus récentes”, *L'information psychiatrique*, 4, vol. 89, p. 285-294. [Consult. on 16.05.2014]. Available at: <www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=INPSY_8904_0285>
- KAPSAMBELIS, V. (2013), “Interpréter le délire □ : sens et contre-sens”, *Revue française de psychanalyse*, vol. 77, n° 3, p. 748-761. [Consult. on 23.06.2014]. Available at: <<http://www.cairn.info/revue-francaise-de-psychanalyse-2013-3-page-748.htm>>
- KARDINER, A. (1939), *L'individu dans la société*, Paris, Gallimard, 1969.

- KITCHER, P. (1997), *The lives to come: The genetic revolution and human possibilities*, New York, Simon & Schuster.
- KUHN, T.S. (1962), *La structure des révolutions scientifiques*, Paris, Flammarion, 1983.
- LAING, R.D. (1970), *Le Moi divisé*, Paris, Stock.
- LAING, R.D. ; COOPER, D. (1972), *Raison et violence*, Paris, Payot.
- LANTERI-LAURA, G. (2004), “ Principales théories dans la psychiatrie contemporaine ”, *EMC - Psychiatrie*, vol. 1, n° 2, April, p. 128-149. [Consult. on 23.06.2014]. Available at: < http://psychologie-m-fouchey.psychoblogs.net/public/fichiers%20jointes/psychiatrie/Principales_Theories_Dans_La_Psychiatrie_Contemporaine.pdf>
- LANTERI-LAURA, G. (2005), “ L’objet de la psychiatrie et l’objet de la psychanalyse ”, *L’Évolution Psychiatrique*, vol. 70, n° 1, January-March, p. 31-45. doi:10.1016/j.evopsy.2004.03.011 [Consult. on 23.06.2014]. Available at: <http://freud-lacan.com/freud/Champs_specialises/Psychanalyse_psychiatrie/L_objet_de_la_psychiatrie_par_rapport_a_l_objet_de_la_psychanalyse>
- MATZA, D. (1969), *Becoming deviant*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- MINKOWSKI, E. (1933), *Le temps vécu*, Paris, PUF.
- MINKOWSKI, E. (1948), “ Phénoménologie et analyse existentielle en psychopathologie ”, *L’Évolution Psychiatrique*, vol. 13, p. 137-185.
- SCULL, A. (1979), *Museums of Madness: The Social Organization of Insanity in Nineteenth-Century England*, Londres, Allen Lane.
- SEN, A. (1985), *Commodities and Capabilities*, Amsterdam, North-Holland.
- WEBER, M. (1922), *Wirtschaft und Gesellschaft*, tr. fr. *Économie et société*, Paris, Plon, 1995.
- WOOD, P.H.N. (1975), “Classification of impairments and handicaps”, Unpublished document, 1975n WI-IO/ICD9/REV. CONFj7S.15.
- ZYGART, S. (2014), “ La notion de handicap psychique : continuités, possibilités, dangers ”, *L’information psychiatrique*, 3, vol. 90, p. 177-181. [Consult. on 03.06.2015]. Available at: <http://www.cairn.info/revue-l-information-psychiatrique-2014-3-page-177.htm>

Caroline Guibert Lafaye. Centre Maurice Halbwachs, École Normale Supérieure, 48, boulevard Jourdan, 75014 PARIS – France. *E-mail:* caroline.guibetlafaye@ens.fr

Article reçu le 29 juin 2015. Publication approuvée le 10 décembre 2015.

ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

Notas sobre a dominação social em Antônio Gramsci e Pierre Bourdieu¹

Marcello Felisberto Morais de Assunção
Universidade Federal de Goiás
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Resumo

Neste texto buscaremos fazer uma análise comparativa entre Bourdieu e Gramsci, abordando a partir desta os possíveis sentidos marxianos da produção Bourdieusiana. Não pretendemos esgotar todas as possibilidades de análise, mas, demonstrar alguns contrastes entre as reflexões de Gramsci e Bourdieu a partir de dois conceitos centrais nas suas obras: Hegemonia e Violência Simbólica. A partir destes conceitos, perscrutaremos comparativamente as suas respectivas reflexões sobre a questão da dominação, a fim de contribuir para o vácuo em torno dos estudos comparados entre estes autores.

Palavras-chave: Marxismo; Gramsci; Bourdieu; Dominação.

Notes on the social domination in Antonio Gramsci and Pierre Bourdieu

Abstract

In this paper we seek to make a comparative analysis between Bourdieu and Gramsci, addressing from this possible Marxist senses of Bourdieusian production. We do not intend to exhaust all possibilities of analysis, but show some contrasts between the reflections of Gramsci and Bourdieu from two central concepts in his works: Hegemony and Violence Symbolic. From these concepts compared we will scrutinize their respective reflections on the question of domination in order to contribute to the vacuum around the comparative studies between these authors.

Keywords: Marxism; Gramsci; Bourdieu; Domination.

¹ Este texto foi resultado das pesquisas realizadas a partir do grupo "História, teoria e método no marxismo clássico" sob a orientação do Professor Dr. David Maciel.

Notes sur la domination sociale dans Antonio Gramsci et Pierre Bourdieu

Resumé

Dans cet article, chercher à faire une analyse comparative entre Bourdieu et Gramsci, adressant à partir de ce sens possibles marxistes de production Bourdieusienne. Ne pas l'intention d'épuiser toutes les possibilités de l'analyse, mais montrer quelques contrastes entre les réflexions de Gramsci et Bourdieu de deux concepts centraux dans ses œuvres: l'hégémonie et de la violence symbolique. Départ de ces concepts comparé nous allons examiner leurs réflexions respectives sur la question de la domination afin de contribuer à la dépression autour des études comparatives entre ces auteurs.

Mots-clés: Marxisme; Gramsci; Bourdieu; Domination.

Notas sobre la dominación social en Antonio Gramsci y Pierre Bourdieu

Resumen

En este trabajo tratamos de hacer un análisis comparativo entre Bourdieu y Gramsci, dirigiéndose de esta posibles sentidos marxistas de producción Bourdieusiano. No tenemos la intención de agotar todas las posibilidades de análisis, pero mostramos algunos contrastes entre las reflexiones de Gramsci y Bourdieu de dos conceptos centrales en sus trabajos: Hegemonía y violencia simbólica. A partir de estos conceptos en comparación examinaremos sus respectivas reflexiones sobre la cuestión de la dominación con el fin de contribuir al vacío en torno a los estudios comparativos entre estos autores.

Palabras clave: Marxismo; Gramsci; Bourdieu; Dominación.

Antônio Gramsci (1891-1937) e Pierre Bourdieu (1930-2001) foram, e continuam sendo através de seu legado, dois autores fundamentais para o avanço teórico-prático das ciências humanas em seus respectivos campos, seja no marxismo ou no âmbito da sociologia. Através de suas formulações teóricas e intervenções práticas estes conseguiram perpetuar o seu legado através de um elemento fundamental (hegemônico, mas, não único) que media a totalidade de suas obras: a análise crítica sobre a cultura a partir de uma perspectiva conflituosa desta. Conflito que é visibilizado, em ambos, através da tendência da contribuição da cultura para a legitimação da dominação de classe (ou/e de grupos), sem, no entanto, reduzir esta produção, através dos intelectuais, a partir de uma completa autonomia (consubstanciada na noção “gênio”, própria de uma “razão escolástica”) ou na redução desta produção a uma total dependência mecânica das estruturas (como no caso do “marxismo vulgar” ou em

certo tipo de estruturalismo), fugindo, portanto, de qualquer tipo de determinação fatalista, seja qual for o tipo de reducionismo (politicista, economicista ou culturalista).

Através de um amplo aparato conceitual, apropriado de uma série de tradições, Bourdieu e Gramsci conseguiram fazer, em seus distintos tempos, análises que mesclavam uma alta profundidade teórica com uma análise voltada para o seu próprio tempo. O esforço de Gramsci se voltava para a compreensão da derrota da revolução socialista no ocidente (Coutinho, 1999), e na tentativa, mediante esta derrota, da projeção de um horizonte socialista democrático através da superação da estratégia de *guerra de movimento* para uma *guerra de posição* (noções que são constituintes das reflexões Gramscianas sobre a revolução socialista no ocidente e imbricadas a noção de *hegemonia*, como veremos adiante).

Em Bourdieu, este esforço teórico-prático se direcionou na crítica ao sistema de ensino e a cultura em geral (a sua contribuição para a reprodução das relações de força), nos primeiros escritos, e nos últimos, uma intervenção mais direta através dos ataques a mídia e ao neoliberalismo. Ambos a partir de suas respectivas análises com enfoque na dimensão cultural perscrutaram, como já foi dito, a relação desta com uma classe ou grupo dominante, sem reduzi-la a um mero fatalismo da primeira e seguindo a tradição marxiana que vê a cultura dominante como a cultura da classe dominante.

Mediante as diversas aproximações entre Bourdieu e o marxismo, buscaremos nesta análise invocar os sentidos marxianos na obra Bourdieusiana através de uma análise comparativa entre este e A. Gramsci, considerado por muitos como um dos intelectuais mais singulares e inovadores da tradição marxista. Não analisaremos todas as múltiplas possibilidades de análises destes autores (o que seria uma tarefa hercúlea), mas, ressaltaremos aqui alguns possíveis contrastes (e também dissensos) a partir de um dos elementos de suas reflexões, central em suas análises: a questão da dominação social, através dos conceitos de *hegemonia* (A. Gramsci) e *violência simbólica* (Pierre Bourdieu). Antes de aprofundarmos no estudo desses conceitos se faz necessário evidenciar a concepção materialista e determinista do mundo social compartilhada por Gramsci e Bourdieu, pois, é a partir desta concepção que estes irão fundamentar uma ruptura com certa noção de liberdade contingenciada que esta implícita em suas abordagens. Bourdieu e Gramsci colocam a prática social, através desta perspectiva, dentro de uma cadeia de determinações, que apesar de seu aparente fatalismo e

mecanicismo guarda espaço para aquilo que Raymond Williams chamou de “inesgotabilidade da prática e da intenção humana” (Williams, 2011: 59).

1. Materialismo e determinismo em Antônio Gramsci e Pierre Bourdieu

Bourdieu e Gramsci ao longo de sua trajetória dialogaram ao longo de sua vida com a tradição materialista e idealista, sem, no entanto, fazer uma adesão a-critica a uma ou outra perspectiva. Ambos confrontaram as tradições hegemônicas das ciências humanas que analisavam a ação social (não é a toa que Gramsci chama o marxismo de filosofia da práxis e Bourdieu nomeia sua sociologia de praxiológica) a partir da dicotomia materialismo/idealismo, objetivismo/subjetivismo. Estas tradições, no qual Gramsci e Bourdieu se defrontavam, reduziam a ação, no idealismo a um individualismo reducionista, ou na perspectiva materialista metafísica (como também no estruturalismo do tempo de Bourdieu) a mero mecanicismo. Perspectivas que tanto Gramsci a partir dos *Cadernos do cárcere* – as críticas ao manual de Bukharin ou ao idealismo de Benedetto Croce e também na análise a historiografia do *Risorgimento* – como Bourdieu – em *Esboço de uma teoria da prática* (1983) e em outras obras – confrontam.

Parece-nos que em ambos a solução para estas dicotomias, está muito próxima da noção marxiana da dialética entre liberdade e necessidade, e que é visível na noção de determinação social apropriada por Gramsci e Bourdieu. Nesta tradição se supera certa noção de determinismo presa ao que Raymond Williams chamou de “herança teológica”, ou seja “a noção de que uma causa externa que prediz ou prefigura por completo e que de fato controla totalmente uma atividade ulterior” sendo substituída pela noção marxiana que “vai além da determinação abstrata e teleológica” (Williams, 2010: 44). Há, portanto, uma clara diferença entre esta primeira definição (mecanicista) onde “um conteúdo subsequente é essencialmente prefigurado, previsto e controlado por uma força externa preexistente” (Williams, 2010: 45) de numa noção onde a determinação é vista como um “processo de fixar limites e exercer pressões, seja por alguma força externa ou interna ou por leis internas de um desenvolvimento particular” (Williams, 2010: 45). É a noção mecânica, fatalista e estática na sua abordagem da relação entre indivíduo e sociedade, que ambos irão exorcizar a partir de suas reflexões.

Como nos mostra Bourdieu ao se enquadrar em uma noção dialética das determinações sociais:

“Os constrangimentos da necessidade inscrita na própria estrutura dos diversos campos pesam ainda nas lutas simbólicas que têm em vista conservar ou transformar esta estrutura; o mundo social é, em grande parte, aquilo que os agentes fazem, em cada momento; contudo, eles não tem probabilidades de o desfazer e de refazer, a não ser na base de um conhecimento realista daquilo que ele é e daquilo que nele são capazes em função da posição nele ocupada” (Bourdieu, 1989: 150)

Nesta reflexão, se vê claramente uma forte semelhança com a noção de liberdade contingenciada explícita na famosa frase de Marx “Os homens fazem sua própria história, mas não o fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 1977: 17). Esta perspectiva apropriada por Bourdieu evidencia uma ruptura com a “ilusão da transparência da consciência” (Bourdieu et al, 1999: 27) própria de uma noção que inclui aspectos “não-conscientes” (que não se apresentam facilmente a consciência) e determinantes na ação social (a partir do sentido de determinação assinalado anteriormente), que é mesmo um dos pressupostos para se fazer uma análise crítica do mundo social explícita na noção da ação social mediada pela noção de liberdade contingenciada.

É esta noção da qual Gramsci em grande parte se apropria nas suas reflexões, a partir do momento em que ele concebe a filosofia da práxis como “o historicismo absoluto, a mundanização e terrenalidade absoluta do pensamento, um humanismo absoluto da história” (Gramsci, 2004: 155) que se desdobra nesta perspectiva (de conceber as determinações no âmbito de uma perspectiva historicista), na fuga dos individualismo (próprios de uma noção idealista, consubstanciada na ideia do intelectual livre), mas também na crítica aos automatismos de uma análise social mecanizada presente em grande parte em uma noção economicista, própria do materialismo metafísico que rondava o tempo de Gramsci e que não aplicava o princípio das determinação sócio-históricas a si mesmo. Em linhas gerais pode se dizer que o marxismo Gramsciano busca através de uma noção historicista das determinações sociais a apreensão de uma noção dialética entre liberdade e necessidade.

É a partir da primeira noção de determinação (exercício de pressão), evidenciada anteriormente, que Bourdieu e Gramsci irão fundamentar a suas respectivas análises do mundo social e que irão pensar a questão da contribuição da cultura para a dominação

social de classe, sendo os conceitos de *hegemonia* e *violência simbólica* fundamentais (como veremos adiante) para compreender em suas construções o conflito social ampliado para além da estrutura socioeconômica, mas também para a dimensão simbólica, cultural. Abordaremos de agora em diante estes conceitos para a compreensão da noção de dominação social (e das determinações criadas por esta) em Gramsci e Bourdieu.

2. Hegemonia, Intelectuais e Sociedade Civil em Antônio Gramsci

Se em Marx o conceito central para pensar a dominação social, através da cultura (ou na linguagem marxista as superestruturas) é a *ideologia* em Gramsci este conceito se consubstancia na *hegemonia* (Eagleton, 1997: 105). A *hegemonia* não se reduz a ideologia, mas a inclui, já que pode assumir formas políticas, econômicas e culturais. Podendo ser entendida como um “espectro inteiro de estratégias, práticas pelas quais um poder dominante obtém o consentimento ao seu domínio daqueles que subjugam” (Eagleton, 1997: 107), portanto, conquistar a *hegemonia* significa instituir uma direção político-ideológica a partir das diversas instituições da *sociedade civil*. A *hegemonia* é entendida por Gramsci como uma das dimensões da dominação de um grupo social (e das frações do mesmo) sobre outros grupos e classes, supremacia que se manifesta de duas maneiras em Gramsci:

“(...) como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, alias, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser “dirigente” (Gramsci, 2001: 62-63)

Como evidencia Gramsci, a direção (obtida através de processos hegemônicos) é tão importante quanto o domínio (a coerção) na dominação social. Esta importância da dimensão consensual (contratual) e simbólica da dominação se consubstancia nos apontamentos realizados nos *Cadernos do Cárcere* na reformulação e ampliação dos conceitos de *sociedade civil* (o espaço onde a hegemonia se situa) e intelectual (o grupo

responsável pela reprodução ou subversão da hegemonia), que são interdependentes ao conceito de *hegemonia*.

Os intelectuais são para Gramsci os funcionários da ideologia, o grupo responsável pela reprodução ou subversão da hegemonia através de sua atuação nas instituições da sociedade civil (jornais, universidades, etc). A partir da noção do intelectual enraizado, há uma determinação social de classe (e por isso o termo *intelectual orgânico*), este critica e desconstrói a utopia idealista do intelectual livre (Gramsci, 1991: 5) – questão que o aproxima da crítica ao escolasticismo (formulador de uma razão escolástica) que P. Bourdieu se defronta em *Meditações Pascalinas* (2001b) e outras obras – própria dos *intelectuais tradicionais* (aqueles que se vêem como completamente autônomos de qualquer perspectiva ideológica ou/e de classe, mas que tendem a ser absorvidos ou suprimidos para a concretização de uma hegemonia).

Estas reflexões se desdobram em uma noção onde a relação entre intelectual e as classes dominantes (o que ele chama de classe fundamental) é mediatizada em diversos níveis (Gramsci, 1991: 10), fugindo assim de uma perspectiva mecânica entre produção cultural e classes dirigentes – como veremos a frente, esta noção do intelectual na sua relação com as classes dominantes, através de graus de mediação, é bastante próxima do conceito Bourdieusiano dos intelectuais como classe dominante dominada (Bourdieu, 1990: 174).. Os intelectuais em Gramsci tem o papel fundamental de dar uma direção “espontânea” às classes dominadas, a partir dos processos hegemônicos, criando uma autoconsciência a uma classe através de uma concepção de mundo unitária, que impregna o tecido social (Portelli, 1977: 87). Estes são, portanto, os “(...) ‘emissários’” dos grupos dominantes para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (Gramsci apud Portelli: 87).

Entretanto, os intelectuais para Gramsci não são meros agentes passivos na sua relação com as classes e grupos dirigentes, autonomia que é mesmo uma das condições para uma ação mais eficaz, pois os intelectuais devem “(...) desprender-se da classe dominante para unir-se a ela mais intimamente, para constituírem uma verdadeira superestrutura, e não apenas um elemento inorgânico e indistinto da estrutura econômica” (Gramsci apud Portelli: 88). Para Gramsci o grau de organicidade destes (a sua conexão com os grupos sociais dominantes), poderia ser medido através de dois planos superestruturais: a *sociedade civil* e a *sociedade política* (Gramsci, 1991: 11)

Em sua reflexão, o Estado é a unidade e o equilíbrio entre estes dois planos superestruturais. Gramsci irá a partir da reformulação do conceito de *sociedade civil* ampliar a teoria marxiana do Estado com a inclusão deste conceito, indo além da redução do conceito de Estado, vigente no seu tempo, a uma função repressiva (Coutinho, 1999: 123).

Neste sentido, o Estado em Gramsci além da sua dimensão coercitiva identificada através do conceito de *sociedade política* – o conjunto de aparelhos de repressão estatal (burocracia executiva e político-militar) que garantem o monopólio legal da repressão pelas classes e grupos dominantes – também é visto como *sociedade civil* – conjunto de organizações (Universidades, Igrejas, jornais, revistas, etc) responsáveis pela produção e difusão de ideologias (Coutinho, 1999: 127). Portanto, a sociedade civil representa uma das faces do Estado: do consenso e da legitimidade, da hegemonia, e a outra face a *sociedade política*, o espaço da coerção, do monopólio da violência física – esta definição também aproxima-se bastante da reflexão de Bourdieu sobre o Estado na sua dimensão de dominação simbólica

Como reitera Gramsci em diversos apontamentos dos *Cadernos do Cárcere* ao se referir, através da metáfora do centauro maquiavélico, a esta dupla face do estado “...ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade...” (Gramsci, 2000: 33), e, também, em um outro momento ao explicitar que o exercício da hegemonia, no terreno clássico do Estado parlamentar (mas que pode ser generalizado para as formações sociais “ocidentais” em geral):

‘(...) caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrario tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião publica – jornais e associações (...)’ (Gramsci, 2000: 95).

É, portanto, através destes dois espaços, que em sua unidade representam o estado (hegemonia escudada na coerção), que os intelectuais exercem a sua dupla função de hegemonia e do governo político de duas formas:

“1) do “consenso espontâneo” dado pelas grandes massas da população a orientação expressa do grupo fundamental dominante da vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de

sua posição de sua função no mundo da produção; 2) do aparato da coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem” nem ativa nem passivamente”, mas que é constituído por toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo” (Gramsci, 1991: 11)

Esta noção ampliada de Estado e intelectual não pode ser compreendida a-historicamente. A sociedade civil e os processos hegemônicos são imbricados nas formações sociais ocidentais, quer dizer, são um fenômeno moderno (ligados aos processos de institucionalização do capitalismo) e que se contrapõem as formações “Orientais”. No dizer de Gramsci:

“No oriente, o Estado era tudo e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa, no Ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma relação equilibrada: a um abalo do Estado, imediatamente se percebia uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual estava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; a proporção varia de Estado para Estado, como é evidente, mas precisamente isso requeria um cuidadoso reconhecimento de caráter nacional (Gramsci apud Coutinho, 1999: 152)

Como se vê por “ocidente” (em oposição as formações “orientais”) Gramsci quer dizer uma formação social onde a sociedade civil tem um papel central, quer dizer, onde a socialização da política possibilitou uma autonomia (ainda que relativa), que possibilita a centralidade dos processos hegemônicos, o que tende a gerar uma redução do grande dispêndio de energia próprio da ação da *sociedade política* (Estado-coerção). A predominância de um ou outro momento superestrutural é que define o grau de ocidentalidade ou orientalidade de uma formação, o que na prática define se um sistema pode ser caracterizado como predominantemente hegemônico ou ditatorial (Portelli, 1977: 83).

Esta formulação instiga Gramsci a visualizar uma necessidade na mudança da estratégia socialista no ocidente, ao explicitar que enquanto nas formações sociais orientais a estratégia deveria se voltar para a *guerra de movimento* (o confronto direto ao Estado), nas formações ocidentais esta luta deveria se orientar pela *guerra de posição* (uma noção processual e molecular da revolução, onde a luta se direciona para o combate nas diversas trincheiras constituídas pela figura da *sociedade civil*, espaço

privilegiado das lutas). Esta luta deveria ser orientada seja na *hegemonia* burguesa (e em geral das classes e grupos dominantes) ou na contra-hegemonia proletária, não por um indivíduo (como pensa Maquiavel através da ação do príncipe), mas, no âmbito daquilo que Gramsci denominou como moderno príncipe: o partido político (Gramsci, 2000: 16).

Este intelectual coletivo é o mediador entre as classes subalternas e o Estado (Coutinho, 1999: 168), e conformaria (seja nas hegemonias ou contra-hegemonias) a formação de uma vontade coletiva que ultrapassasse o interesse econômico-corporativo para o ético-político. Os intelectuais orgânicos (hegemônicos ou contra-hegemônicos) dariam forma e homogeneidade a consciência de classe contida na vontade coletiva. Processo que pode resultar na formulação de um *bloco histórico* (a aliança entre as classes através de um equilíbrio, sempre instável, entre infraestrutura e superestrutura, no qual os intelectuais, através da *sociedade civil* e *sociedade política*, tem um papel mediador fundamental). Neste sentido, não há *hegemonia* sem o conjunto das organizações materiais da cultura (através do espaço da *sociedade civil*) que fazem a mediação entre o Estado-coerção e a economia, sendo o intelectual a figura que faz, propriamente, esta conexão através de sua atuação no Estado (*sociedade civil* e *sociedade política*).

A *hegemonia*, como ficou claro na análise dos conceitos interdependentes a esta, é um conceito central na teoria do mundo social Gramsciana, pois esta evidencia, em conjunto aos conceitos de *sociedade civil* e intelectual, a importância da dimensão consensual/contratual e simbólica para a dominação social, sem, no entanto, ser estática, pois deve ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada, e por ser dinâmica e dialética suporta contradições: as contra-hegemonias. Portanto, para Gramsci, através da noção de hegemonia:

“A vida estatal deve ser concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios nos quais os interesses dos grupos dominantes predominam, mas até certo ponto, não até o restrito interesse econômico-corporativo” (Gramsci apud Coutinho: 187)

E na superação do mero “interesse econômico-corporativo” para o ético-político e que a política aparece na sua dimensão hegemônica, expressa na prioridade da

vontade geral sobre a vontade singular (Coutinho, 1999: 224), sendo assim, como explicita Gramsci, o momento da “catarse”, quer dizer, da “passagem do momento meramente econômico (ou egoísta-passional) para o momento ético-político” (Gramsci apud Coutinho, 1999: 225). Neste aspecto, podemos perceber não só a influencia de Hegel, Maquiavel, Marx e Lenin, mas, também de Rousseau na formulação de sua noção de hegemonia. Presença que pode ser visualizada no contratualismo implícito a noção da passagem do interesse individual (econômico-corporativo) para o interesse coletivo, ético-político (aquilo que Rousseau chamava de vontade coletiva), quer dizer, da adesão consensual entre governantes e governados no interior do Estado, a partir de sua “dimensão do consenso ou da legitimação” (Coutinho, 1999: 248).

Outra dimensão da *hegemonia* é a originalidade no qual este conceito reformula a noção de base e superestrutura, até então bastante ossificado na teoria da cultura marxista, por ter como pressuposto a base como um estado e não um processo (Williams, 2011: 47). Para Raymond Williams (2011) o conceito de *hegemonia* esboça uma das análises mais originais para se pensar a noção de totalidade, pois, foge de uma noção mecânica da base e superestrutura (base determinante superestrutura determinada) que ignora as contradições e variações inerentes as atividades humanas que sempre encontram-se em uma dinâmica bastante complexa (Williams, 2011: 47). Portanto, a *hegemonia* em Gramsci ao mesmo tempo em que evidencia a dominação social como algo dinâmico, por terem que ser constantemente “renovadas, recriadas e defendidas” (Williams, 2011: 52), esta também nos mostra a existência de algo total, no sentido de algo que é:

“(…) vivido em tal, profundidade, que satura a sociedade a tal ponto e que, como Gramsci o coloca, constitui mesmo a substância e o limite do senso comum para muitas pessoas sob sua influência, de maneira que corresponde à realidade da experiência social muito mais nitidamente do que qualquer noção derivada da formula de base e superestrutura” (Williams, 2011: 52).

Gramsci supera, através deste conceito, uma noção abstrata entre base e superestrutura, percebendo a relação entre estas não como um espaço estático de relações sociais, e sim, como um processo. Noção que explicita um aspecto fundamental na análise do mundo social: a dimensão inconsciente. Dimensão que é, como nos diz também Terry Eagleton (1997), um dos aspectos mais originais dessa formulação, pois,

supera a “ilusão da transparência da consciência”, sem, no entanto, cair nos mecanicismos (ou voluntarismos) que a sua geração enredava a ação social, como se percebe nos apontamentos dos *Cadernos do Cárcere* (as críticas à sociologia, ao materialismo metafísico e, também ao idealismo). Portanto, é em Gramsci que se efetiva a passagem da ideologia como “sistema de ideias” para a ideologia (enquanto hegemonia) como prática social vivida, habitual, rotineira, que abrange “as dimensões inconscientes, inarticuladas da experiência social” (Eagleton, 1997: 107).

Em contraponto a esta interpretação da *hegemonia* enquanto dimensão, inarticulada, inconsciente da experiência social, Michael Burawoy (2011), nos diz que a mesma é em Gramsci sumamente consciente, sendo assim, em sua perspectiva, contraria a noção de *violência simbólica*, como este nos mostra ao pensar como em ambos os conceitos há distintas reflexões sobre a dominação:

“(…) de um lado, a dominação simbólica em Bourdieu, no qual o dominado não reconhece sua submissão como tal; de outro lado, a hegemonia em Gramsci, na qual o dominado reconhece e consente sua submissão. A partir disso emergem diferentes teorias acerca da dinâmica da mudança social” (Burawoy, 2011: 52).

Tese que é aqui confrontada, pois como se vê em nossa construção, a *hegemonia* não é só consciente, esta também tem uma dimensão inarticulada e inconsciente (no sentido de construir uma dinâmica que satura a experiência), como deixa claro não só o próprio Gramsci, mas, também alguns dos seus interpretes como Terry Eagleton (1997) e Raymond Williams (2011) – o que o aproxima, em nossa opinião, como veremos adiante, da reflexão Bourdieusiana da *violência simbólica*, pois esta apesar de ser mais estática (o que não significa imóvel) em relação ao conceito de *hegemonia*, esta também tem toda uma dimensão que tende à inconsciência.

Na realidade, esta ambivalência, inconsciência ou consciência, não define em si a noção de *hegemonia*, pois, a mesma pode ser tanto consciente como inconsciente. Podemos visualizar esta binaridade através do momento em que os processos hegemônicos nunca conseguem esgotar a experiência dos grupos e classes subalternos, que respondem a estas mesmas formas hegemônicas através de uma concepção de mundo fragmentaria que carrega não somente elementos de determinada cultura dominante (como demonstra Gramsci em sua análise sobre o folclore). Neste aspecto, o senso comum (produzido através da mediação entre hegemonias em combate e a cultura

popular) é uma espécie de consciência inconsciente, pois é uma forma aleatória, espontânea, “não-organizada” de compreensão da realidade, inclusive da dominação.

O senso comum é, portanto, uma forma inconsciente, devendo ser superada por uma concepção crítica de mundo que dialogue com o senso comum, mas busque superá-lo por meio de uma “filosofia”, ou seja, uma concepção elaborada que eleve o nível cultural das massas e as permita entender sua inserção no mundo. Para Gramsci esta é a função dos intelectuais socialistas, por isto, nem sempre o consentimento é oriundo da concordância consciente, pois, pode ser oriundo de passividade ou de uma consciência do tipo do senso comum.

Como veremos adiante o conceito de *hegemonia*, a partir de sua dimensão inconsciente, tem uma série de aproximações com o conceito Bourdieusiano de *violência simbólica*, já que em ambas as formulações há uma ênfase muito grande a essa dimensão de um poder que subordina sem, no entanto, ser sempre reconhecido enquanto tal (por ser confundido com a própria experiência, sendo assim transformado em senso comum). Este poder oprime com o consentimento daqueles que são subordinados, ou seja, como é próprio da ação do poder simbólico, ele só é reconhecido (tem sua força) quando ignorado enquanto tal visto como “arbitrário” e “natural” (Bourdieu, 2003b: 7).

3. *Habitus*, campo e violência simbólica em Pierre Bourdieu

O tema central que atravessa a obra de Bourdieu é o desmascaramento da dominação (Burawoy, 2010: 26), através da análise da *violência simbólica* (aquela que não é reconhecida enquanto tal) a partir de uma perspectiva materialista e determinista da cultura (como já foi evidenciado no primeiro tópico). A *violência simbólica* consiste na imposição de um poder arbitrário como legítimo (Bourdieu, 2011: 26). A seleção/omissão dos arbitrários culturais se concretiza em uma luta, verdadeiramente simbólica, no qual a classe dominante tende sempre a se impor, sendo esta fundamental, por realizar (a partir dos intelectuais) o processo de desistoricização e naturalização de determinado arbítrio (o inconsciente cultural, ou histórico, produzido através da “amnésia da gênese”) o colocando no topo da hierarquia dos arbítrios, como este deixa claro na suas reflexões sobre o papel dos arbítrios culturais:

“Numa formação social determinada, o arbítrio cultural que as relações de força entre os grupos, ou classes constitutivas dessa formação social, colocam em posição dominante no sistema dos arbitrários culturais é aquele que exprime mais completamente, ainda que sempre de maneira mediata, os interesses objetivos (materiais e simbólicos) dos grupos ou classes dominantes” (Bourdieu, 2011: 30)

Para Bourdieu há, portanto, uma tendência na correspondência entre reprodução cultural e a reprodução social (que em geral é dissociada da primeira), quer dizer, os arbítrios culturais dominantes tendem a se constituir “como um dos mecanismos, mais ou menos, determinantes segundo os tipos de formações sociais, pelos quais se encontra assegurada a reprodução social, definida como reprodução da estrutura das relações de força entre as classes” (Bourdieu, 2011: 30). A transubstanciação das relações de força em autoridade legítima, através da desistoricização e naturalização, e, portanto, um aspecto fundamental da dominação social, pois:

“O reconhecimento da legitimidade de uma dominação constitui sempre uma força (historicamente variável) que vem reforçar a relação de força estabelecida, porque impedindo a apreensão das relações de força como tais, ele tende a impedir aos grupos ou classes dominadas a compreensão de toda força que lhes daria a tomada de consciência de sua força” (Bourdieu, 2011: 36)

Neste aspecto, a *violência simbólica*, implícita na seleção e imposição dos arbítrios culturais, satura a experiência social, através do trabalho de dissimulação das estruturas objetivas, como este evidencia:

“A violência simbólica é essa violência que extorpe submissões que não são sequer percebidas como tais apoiando-se em “expectativas coletivas”, crenças socialmente inculcadas. Como a teoria da magia, a teoria da violência simbólica, assenta numa teoria da crença, ou, melhor, numa teoria da produção da crença, do trabalho de socialização necessário para produzir agentes dotados dos esquemas de percepção e de apreciação que lhes permitirão perceber as injunções inscritas numa situação ou num discurso e obedecer-lhes. A crença de que falo não é uma crença explícita, posta explicitamente como tal relativamente à possibilidade de uma não-crença, mas uma adesão imediata, uma submissão dóxica às injunções do mundo, obtida quando as estruturas materiais daquele a quem a injunção se dirige concordam com as estruturas implicadas na injunção que lhe é dirigida” (Bourdieu, 1997b: 130-131).

Como se percebe, a *violência simbólica* é sumamente inconsciente, e age tanto a partir daqueles que a sofrem e também naqueles que a exercem, na medida em que uns e outros são em grande parte inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la (Bourdieu, 1997a: 62). Neste aspecto, o estudo da *violência simbólica*, permite, através da evidenciação da historicidade dos arbítrios sociais, nos mostrar os mecanismos pelos quais as ideologias tomam conta da vida cotidiana (Eagleton, 1997: 104), o que o aproxima do conceito de *hegemonia*. No entanto, para compreender a teoria Bourdieusiana da *violência simbólica*, para além de um hiperdeterminismo destruidor do sujeito, se faz necessário evidenciar os conceitos de *campo* e *habitus*. O conceito de *campo* e *habitus* são interdependentes ao conceito de *violência simbólica* tal como a noção ampliada de intelectual e Estado são do conceito de *hegemonia* em Gramsci. Estes são, portanto, conceitos centrais em sua análise, por evidenciarem uma perspectiva mais dinâmica e complexa do processo de imposição das violências simbólicas (e dos arbítrios culturais produzidos por esta), a partir de sua conexão com uma noção multi-conflituosa das relações sociais entre grupos e classes.

Se em Gramsci a cultura, e a sua dominação subjacente através da *hegemonia*, é concretizada através da materialidade da *sociedade civil*, em Bourdieu este espaço se consubstancia nos *campos* sociais. Um *campo* para Bourdieu é um microcosmo de relações sociais relativamente autônomas, onde se é produzido e reproduzido as visões sociais de mundo. No interior dos *campos* há uma eterna competição (entre os detentores do monopólio de determinada competência), e também externa (aqueles fora do campo) pelo domínio, quer dizer, legitimação de si (e também dos outros) oriunda do acúmulo de capital (o capital cultural, científico, simbólico, político, etc) próprio de cada campo (Eagleton, 1997: 142).

Neste sentido, há um campo educacional, literário, intelectual, historiográfico, jornalístico, etc..., o conjunto destes, o chamado *campo de poder* tem uma função análoga à *sociedade civil* em Gramsci e o campo político é análogo ao Estado restrito (Burawoy, 2010: 67). Nos campos sociais há dominantes e dominados, havendo assim, o combate (a luta de todos contra todos) entre ortodoxias (que tendem a defender através de sua posição social privilegiada nas estruturas sociais) e as heterodoxias (que buscam confrontá-la), mas só fazem sua defesa ou crítica, jogando o jogo social, com suas próprias regras, não enunciadas verbalmente. Em linhas gerais para Bourdieu:

“Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominante e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo, em consequência suas estratégias” (Bourdieu, 1997a: 57)

Os intelectuais, através destes *campos*, são responsáveis pelas produções ideológicas em conflito pelo monopólio da produção simbólica legítima (Bourdieu, 2003b: 12). Para Bourdieu estes respondem a um duplo princípio que se consubstancia na reprodução ou subversão de determinada dominação simbólica: aos desígnios de classes como também ao “campo específico de produção” no qual estes se vinculam (Bourdieu, 2003b: 13), já que é: “na própria estrutura do campo em que se produz e reproduz a crença” (Bourdieu, 2003b: 15). Portanto, é nestes microcosmos de relações sociais, com sua autonomia relativa em relação ao Estado, na sua esfera política, é que haverá os conflitos pelo domínio da *violência simbólica* legítima, ou seja, pela naturalização da visão de mundo no qual se busca veicular/subverter.

Para Bourdieu os intelectuais, detentores do *capital cultural* e *simbólico*, ao produzirem os *bens simbólico* em seus respectivos *campos* não somente reproduzem interesses dos grupos dominantes, mas também respondem a interesses internos, de cada intelectual, como ao seu *campo* de produção. Portanto, o conflito pela reprodução/subversão de uma certa visão social de mundo implícita a toda produção cultural sempre irá responder por este duplo intuito: aos *campos* sociais e às classes dominantes (Bourdieu, 2003b: 13). E no interior desta lógica é que a produção do mercado de bens simbólicos (com seu capital correspondente aos campos no qual se vincula determinado bem: o capital cultural, simbólico, científico, político, etc.) tem uma autonomia relativa em relação ao mercado de bens materiais.

Esta produção cultural tende a contribuir para manutenção e reprodução da dominação social através da difusão e legitimação no interior dos campos sociais de uma visão de mundo, ou em termos Bourdieusianos, dos *habitus*. Para Bourdieu os *habitus* são um:

“(…) sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como

princípio gerador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e do domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente” (Bourdieu, 1983: 61)

Bourdieu a partir da noção de *habitus* abandona por completo qualquer noção mecânica da prática social, sem, no entanto, conceder uma espécie de livre arbítrio a estas. Um outro aspecto dos *habitus* é que este evolui somente, e através, dos *campos* sociais, pois, internalizam estas estruturas sociais, sendo assim, uma ferramenta para perscrutar essas incorporações:

“O *habitus* é o produto do trabalho de inculcação e de apropriação necessário para que esses produtos da história coletiva, que são as estruturas objetivas (por exemplo, da língua, da economia, etc), consigam reproduzir-se, sob a forma de disposições duráveis, em todos os organismos (que podemos se quisermos chamar de indivíduos) duravelmente submetidos aos mesmos condicionamentos, colocados, portanto, nas mesmas condições materiais de existência” (Bourdieu, 1983: 79)

E, portanto, neste jogo dialético de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade (Bourdieu, 1983: 60), através da mediação dos campos e intelectuais, é que a dominação social tende a se perpetuar. É a partir desta lógica que a violência simbólica se concretiza, sendo, portanto, uma estratégia que consolida a dominação social com um pequeno dispêndio de violência física. Como se percebe até aqui a análise da cultura e das lutas simbólicas inerentes a esta (traduzidas por Bourdieu através dos conceitos de *violência simbólica*, *campo*, *habitus*, *capital* e outros), são o eixo central de suas reflexões, mas, sem, no entanto, reduzir esta mesma produção a uma perspectiva unidimensional internalista ou externalista, como nos mostra Bourdieu:

“Somente na medida em que tem sua função lógica e gnosiológica a ordenação do mundo e a fixação de um consenso a seu respeito, é que a cultura dominante preenche sua função ideológica – isto é, política – , de legitimar uma ordem arbitrária; em termos mais precisos, é porque enquanto uma estrutura estruturada ela reproduz sob forma transfigurada e, portanto, irreconhecível, a estrutura das relações sócio-econômicas prevaletentes que, enquanto uma estrutura estruturante (...), a cultura produz uma representação do mundo social

imediatamente ajustada à estrutura das relações sócio-econômicas que, doravante, passam a ser percebidas como naturais e, destarte, passam a contribuir para a conservação simbólica das relações de força vigentes” (Bourdieu apud Miceli, 2011: XII).

Neste sentido, as relações entre as classes através deste pressuposto, entre reprodução social e reprodução cultural, obedecem a uma lógica que dissimula, racionaliza no plano das significações, as estruturas objetivas. Dissimulação que só pode ser compreendida a partir dos campos sociais, quer dizer, dos espaços onde se constituem as distintas linguagens e que dão materialidade (como já foi assinalado anteriormente) a produção cultural (Miceli, 2011: XIII).

Bourdieu busca, portanto, aliar o conhecimento da organização interna das distintas produções culturais – através do campo simbólico que dá ordenação ao mundo social a partir de representações que tendem a simular a estrutura real de relações – com uma percepção da sua função político e ideológica de legitimação de uma ordem social vigente (Miceli, 2011: XIV). Processo que é traduzido através da relação entre *habitus* e campo que gera os distintos processos de dissimulação das estruturas sociais, formuladoras das *violências simbólicas*, que por sua vez legitimam as distribuições desiguais dos distintos capitais (econômico, cultural, simbólico, político, etc).

O estudo da cultura para Bourdieu, como busquei evidenciar até aqui, tem, portanto, como objetivo desvendar o que é ocultado no tecido social. Como este evidencia, ao pensar o papel da sociologia: “A sociologia, como todas as ciências, tem por função desvelar coisas ocultas; ao fazê-lo, ela pode contribuir para minimizar a violência simbólica que se exerce, nas relações sociais (...)” (Bourdieu, 1997a: 62). Neste aspecto, a historicização dos processos de seleção/omissão dos arbítrios culturais (consubstanciados nos distintos campos), constitui como uma das armas para irromper o poder de mobilização gerado pelo poder simbólico legitimador de uma certa ortodoxia.

Para tal intento (o estudo das distintas formas de dominação simbólica) pode-se dizer, sinteticamente, que Bourdieu pensa a sociologia da cultura a partir do estudo da relação entre reprodução social e reprodução cultural. Esta relação é a chave (como já foi evidenciado) para compreender a eficácia de um discurso ou doutrina simbólica, a partir do desvendamento do trabalho de dissimulação do sistema de relações objetivas e das relações de forças no qual a cultura dominante tende a legitimar. Pretensão que se

consustancia em Bourdieu desde os seus primeiros escritos até os últimos na crítica as distintas produções culturais, desde o sistema de ensino ate o neoliberalismo.

4. Apontamentos finais sobre a dominação social em A. Gramsci e P. Bourdieu

Como podemos perceber o conceito de *hegemonia* e *violência simbólica*, dentro de suas respectivas construções, tem uma função análoga: pensar a questão da legitimidade, consentimento e durabilidade da dominação de classe ou/e grupo, que se expande da estrutura sócio-econômica para a cultura ou em linguagem marxista para as superestruturas. Neste aspecto, as produções culturais em Gramsci e Bourdieu não são entendidas como um espaço neutro que paira sobre a sociedade (como é próprio de uma perspectiva idealista), ao contrario, estas produções culturais são enquadradas a partir de sua conexão com os grupos, classes e instituições, e, ao mesmo tempo (apesar destas determinações), esta mesma produção, não é uma mera resposta mecânica destas estruturas sociais. Ambos os autores são, portanto, fundamentais para romper com uma série de “falsas dicotomias” próprias de certas análises do mundo social, sem renunciar a uma noção crítica da sociedade.

Embora haja uma série de proximidades entre Bourdieu e Gramsci (que este texto buscou reforçar), há alguns pontos de dissenso, ligados, fundamentalmente, à questão do grau de interiorização da dominação social. A hegemonia tem a dimensão da não-consciência como um dos aspectos, mas não o único, da dominação, sendo a consciência da dominação algo possível através do elemento de bom senso, implícito no senso comum das classes e grupos dominados. No entanto, há uma série de barreiras no qual essa consciência em Gramsci confronta para superação deste senso comum que satura, através dos processos hegemônicos, a experiência social, evidenciando assim as diversas dificuldades (os desequilíbrios materiais e simbólicos entre classes hegemônicas e contra-hegemônicas) no qual o moderno príncipe irá defrontar em seus embates contra os poderes hegemônicos.

Em Bourdieu a interiorização da dominação social, através das violências simbólicas, é algo muito mais profundo do que a *hegemonia*, já que dificilmente seria possível superá-la, pois, esta sempre tende à inconsciência. No entanto, para além do hiperdeterminismo implícito a este enquadramento do conceito de *violência simbólica*,

se faz necessário perceber a dinâmica entre *habitus* e *campos* (evidenciada no tópico III), que nos mostra um Bourdieu atento ao papel ativo dos agentes, em luta pela imposição dos distintos arbitrários culturais (violências). Esta superação das ortodoxias, que apesar de em grande parte das obras de Bourdieu estar consubstanciada na imagem do intelectual (e, fundamentalmente do sociólogo), em seus últimos escritos de vida nos parece ir além desse grupo privilegiado. Nos últimos anos da sua vida, nos anos 90, vê-se um Bourdieu reivindicando o poder latente nas classes e grupos dominados, a partir de sua luta contra o neoliberalismo, às artimanhas da “razão imperialista” e as produções culturais legitimadoras desta ortodoxia.

Apesar das diferenças entre Gramsci e Bourdieu, há uma serie de ganhos, em distintos níveis, ao se realizar uma leitura aproximativa entre estes autores, que não se reduzem somente a noção de dominação social, mas, em distintos outros aspectos (a noção de Estado, intelectual, necessidade/liberdade e outras), os quais este texto não abarca em toda a sua complexidade.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre (1983), “Esboço de uma teoria da prática”, In: ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática.
- (1990) *Coisas ditas*, São Paulo: Editora Brasiliense.
- (1997a), *Sobre a televisão*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
- (1997b), *Razões praticas*: Sobre a teoria da acção, Oeiras: Celta Editora.
- (1998), *Contrafogos*: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
- (2001a), *Contrafogos II*: Por um movimento social europeu, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- (2001b), *Meditações pascalinas*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- (2003a), *A miséria do mundo*, São Paulo: Vozes.
- (2003b), *O poder simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- (2011), *Economia das trocas simbólicas*, São Paulo: Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude (1999), *Ofício de sociólogo*, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude (2011), *A reprodução*: Elementos para uma teoria do sistema de ensino, Rio de Janeiro: Editora Vozes.

- BURAWOY, Michael (2010), *O marxismo encontra Bourdieu*, São Paulo: Editora da Unicamp.
- COUTINHO, Carlos Nelson (1999), *Gramsci: Um estudo sobre o seu pensamento político*, Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- EAGLETON, Terry (1997), *Ideologia*, São Paulo: Boitempo Editorial.
- GRAMSCI, Antônio (1991), *Os intelectuais e a organização da cultura*, 8ª edição, Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- (2000), “Maquiavel: notas sobre o Estado e a política”, In: *Cadernos do cárcere*, vol. III, 3ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- (2001), “O Risorgimento: Notas sobre a história italiana”, In: *Cadernos do cárcere*, vol. V, 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MICELI, Sérgio (2011), Introdução: A força do sentido, In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo: perspectivas, . p. VII-XLI.
- PORTELLI, Hugues (1997), *Gramsci e o bloco histórico*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- WILLIAMS, Raymond (2006), *Cultura e materialismo*, São Paulo: Editora Unesp.

Marcello Felisberto Morais de Assunção. Doutorando e bolsista CAPES (UFG). Faz estágio sanduíche em Portugal no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Endereço de Correspondência: Rua Morais Soares 114, 3º Direita, 1900-349. E-mail: marcellofma@gmail.com

Artigo recebido a 8 de março de 2014. Publicação aprovada a 23 de dezembro de 2015.

ESTATUTO EDITORIAL

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

ESTATUTO EDITORIAL

A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspectivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

N.º XXX, JULHO-DEZEMBRO 2015

EDITORIAL

ARTIGOS

Texturas, ou sobre os efeitos sociais das artes

Sara Melo

Palcos de inovação social: atores em movimento(s)

Ana Alves da Silva e Joana Almeida

O ensino público no olhar das elites escolares: representações sociais dos agentes educativos de dois colégios privados

Maria Luísa Quaresma

Da saúde e bem-estar/mal-estar ao termalismo

Maria Engrácia Leandro e Ana Sofia da Silva Leandro

Governança, participação e desenvolvimento local

Isabel Ferreira

Acidentes com tratores agrícolas e florestais: aprender para prevenir

Carlos Montemor, Luísa Veloso e João Areosa

A insustentável sustentabilidade das previsões económicas: reflexividade, etnoeconomia e neoliberalismo

Fernando Ampudia de Haro

N.º XXVIII, JULHO-DEZEMBRO 2014

EDITORIAL

ARTIGOS

Política e Administração: em que medida a atividade política conta para o exercício de um cargo administrativo

João Bilhim

Para uma história operária do capital: classe, valor e conflito social

Ricardo Noronha

Da *Geração à Rasca* ao *Que se Lixe a Troika*. Portugal no novo ciclo internacional de protesto

José Soeiro

Rituais Familiares: Práticas e Representações Sociais na Construção da Família Contemporânea

Rosalina Costa

Padrões de mudança de casa e eventos de vida: uma análise das carreiras habitacionais

Magda Nico

A fotografia como retrato da sociedade

Ana Rita Bastos

Narrativas das relações entre o Estado e as organizações do terceiro setor: algumas pistas de análise

Paula Guerra e Mónica Santos

A Socialização Antecipatória para a Profissão Docente: estudo com Estudantes de Educação Física

Patrícia Gomes, Paula Queirós e Paula Batista

Fundos de conhecimento e egoredes: traduzindo uma abordagem teórico-metodológica

Filipa Ribeiro

TEXTOS

Contributos para a definição de uma visão estratégica na construção de um percurso profissional de sucesso

Rui Santos

N.º XIX, JANEIRO-JUNHO 2015

EDITORIAL

ARTIGOS

Uma etnografia das práticas e dos processos de produção de conhecimento em empresas e laboratórios

Luísa Veloso, Joana Lucas e Paula Rocha

Reverberações da medicalização: paisagens e trajetórias informacionais em consumos de performance

Telmo Costa Clamote

Pressupostos para a construção de uma sociologia das redes sociais

Joaquim Fialho

Redes sociais no recrutamento de imigrantes: fundamentos teóricos de uma proposta de explicação

Filipa Pinho

Das tensões entre desmistificar e reconhecer os discursos ao repensar o “social”: manifesto por uma sociologia eclética

Pedro dos Santos Boia

Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos

Luciana Teixeira de Andrade e Luís Vicente Baptista

RSI, tolerância zero: o embrutecimento do estado

Ricardo Sá Ferreira

Os menores estrangeiros isolados ou não acompanhados em França e Portugal: a “batata quente”

Vítor Rosa

RECENSÃO

Recensão crítica da obra *De l’artification. Enquêtes sur le passage à l’art*

Natália Azevedo

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

– INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES –

1. A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (RS)* aceita textos de diversa natureza: artigos; recensões; notas de investigação; ensaios bibliográficos.
2. A **RS** publica por ano um número temático. Poderão ser apresentadas propostas nesse sentido, que serão sujeitas a avaliação.
3. Os textos apresentados terão de ser originais, assumindo os autores que não foram publicados, qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação. Excecionalmente o Conselho de Redação da **RS** poderá aceitar trabalhos já publicados, desde que considerados relevantes cientificamente.
4. Os autores devem indicar a natureza do seu texto (artigos, recensões, notas de investigação ou ensaios bibliográficos).
5. Os textos poderão ser apresentados em português, francês, espanhol e inglês.
6. Os textos serão sujeitos a um processo de avaliação com vista à sua possível publicação. A direção da **RS** efetuará uma avaliação inicial que tomará em conta a pertinência do texto face à linha editorial, a qualidade e o cumprimento integral das normas formais de apresentação estipuladas no presente documento. Posteriormente, os textos serão submetidos à avaliação de *referees*, na qualidade de especialistas, em regime de duplo anonimato.
7. Se necessário, aos autores poderá ser solicitada a revisão dos textos de acordo com as avaliações realizadas. A decisão final da publicação será da responsabilidade do Conselho de Redação. Aos autores será comunicada a decisão final sobre a publicação do seu texto.
8. Devem ser apresentadas duas versões dos textos devidamente corrigidas: uma que corresponde ao que o autor propõe que seja publicado; outra anónima e em que estão suprimidas todas as referências que possibilitem a identificação do autor, sendo esta a versão submetida a avaliação.
9. Os textos devem incluir as respetivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence,

bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrônico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).

10. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé e os quadros devem apresentar corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15.

11. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 carateres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 carateres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 carateres, incluindo espaços.

12. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 carateres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.

13. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco. Estes elementos devem vir no texto e de modo separado, com o título e fontes respetivos, em formato JPEG. As imagens não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.

14. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. A **RS** não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.

15. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al.* (2004).

16. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.

17. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.

18. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.

19. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:

a) **Livro com um autor:** LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.

b) **Livro com mais de um autor:** BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.

c) **Livro com mais de quatro autores:** RUHRBERG *et al.* (2010), *Arte do Século XX*, London, Taschen.

d) **Capítulo em livro:** GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’ Água, pp. 99-107.

e) **Artigo em publicação periódica:** FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.

f) **Artigo em publicação periódica online:** FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>>

g) **Publicações online:** PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf>.

h) **Comunicações em eventos científicos:** QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Associação Portuguesa de Sociologia, 12-15 Maio 2004.

i) **Teses:** CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em

Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

j) **Legislação:** Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*.

20. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

21. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

22. Os autores cedem à **RS** o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados. Os textos inseridos na **RS** não poderão ser utilizados em outras publicações, salvo autorização expressa do Conselho de Redação.

23. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para revistasociologia@letras.up.pt ou revsociologiaflup@gmail.com